

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM  
PROGRAMA DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE  
CIDADES  
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE  
CIDADES

Romilda de Fátima Suinka de Campos

**DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS  
BRASILEIROS**

Campos dos Goytacazes, RJ

Março de 2009

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM  
PROGRAMA DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE  
CIDADES  
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE  
CIDADES

Romilda de Fátima Suinka de Campos

DISTRIBUIÇÃO DE RENDAS NOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS  
BRASILEIROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes-Campos/RJ, para a obtenção do grau de MESTRE em Planejamento Regional e Gestão de Cidades.

Orientador: Prof. Rodrigo Valente Serra, D.Sc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

Março de 2009

## FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca da **UCAM - CAMPOS**

016/2009

Campos, Romilda de Fátima Suinka de.

Distribuição de rendas nos municípios turísticos brasileiros/ Romilda de Fátima Suinka de Campos. – 2009.  
114 f. ; il.

Orientador: Rodrigo Valente Serra.

Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades - Universidade Candido Mendes - Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2009.

Bibliografia: f. 99 - 108.

1. Turismo 2. Municípios Turísticos. 3. Distribuição de Renda. 4. Economia regional. I. Universidade Candido Mendes – Campos. II. Título.

CDU – 379.85:332.1

ROMILDA DE FÁTIMA SUINKA CAMPOS

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS  
TURÍSTICOS BRASILEIROS

Dissertação apresentada ao PROGRAMA de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes-Campos/RJ, para a obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Aprovada em 31 de maio de 2009.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. D.Sc. Rodrigo Valente Serra.  
Universidade Candido Mendes  
Orientador

---

Profa. D.Sc. Denise Cunha Tavares Terra  
Universidade Candido Mendes

---

Profa. D.Sc. Roberta de Sousa Ramalho  
Instituto Federal Fluminense

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ  
2009

## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação de mestrado a minha família, em especial ao Gabriel Antoine Simon-Vermot e Bruno Suinka Santos pelo amor, carinho e compreensão.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Rodrigo Valente Serra, pela disposição, dedicação, amizade e percepção que foram fundamentais para a concretização desse trabalho.

Aos meus professores do curso de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, especialmente às Professoras Denise Cunha Tavares Terra e Elzira Lúcia de Oliveira.

Aos funcionários da UCAM-Campos, que no anonimato dos seus trabalhos administrativos, contribuem silenciosamente para nossos estudos.

Aos colegas da 6ª Turma de mestrado, pela ajuda mútua e senso de cooperação que cultivaram entre si, pela garra demonstrada e compartilhada durante todo o curso e pela grande amizade e apoio que essa turma me proporcionou, especialmente nos encontros das quartas-feiras à noite.

Ao Wagner Pinheiro, pela contribuição nos levantamentos dos dados e a Fernanda Alhadad, pelo apoio e dicas de informática.

A querida amiga Ana Maria Cardoso Lucena, pelos comentários. Lá de Pelotas, ora torcia, ora dava puxão de orelha e desenvolveu uma técnica especial de ombro amigo virtual.

Aos meus amigos pelo carinho e apoio.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

“A sociedade global é o cenário mais amplo do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. A dinâmica do todo não se distribui similarmente pelas partes. (...) É no nível do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório, que se expressam diversidades, localismos, singularidades, particularismos ou identidades. Às vezes, os localismos, provincianismos ou nacionalismos podem exacerbar-se, precisamente devido aos desencontros, às potencialidades e dinâmicas próprias de cada um, de cada parte.”

*Octavio Ianni*

## RESUMO

### DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS BRASILEIROS

O turismo contribui na distribuição de renda? Sendo a atividade turística economicamente relevante, seus efeitos de desconcentração da renda nacional serão significativos para o aumento do grau de igualdade e as políticas pró-turismo podem ser justificadas também como políticas de promoção de igualdade; mas, se, ao contrário, a atividade turística for concentradora de renda, geradora de desigualdade, há de se revisar os discursos que apontam o turismo como panacéia e, paralelamente, procurar desenvolver políticas que façam do turismo uma atividade promotora de igualdade. A falta de clareza para compreender se o setor é gerador de maior grau de igualdade ou desigualdade nos municípios em que a atividade tem relativa predominância, deve-se, em grande parte, às dificuldades na mensuração dos impactos, decorrentes do aspecto heterogêneo das atividades características do turismo. Assim, este estudo tem como objetivo entender de que forma a atividade turística interfere na distribuição da renda nos municípios turísticos brasileiros. Na busca desse entendimento, dimensionou-se o papel do setor na economia nacional para compreender se a contribuição do segmento do turismo na economia brasileira é produtora e promotora de maior igualdade ou desigualdade; fez-se um diagnóstico genérico de como ocorre a distribuição de renda no interior do setor turismo e, por fim, traçou-se um panorama sobre a situação de desigualdade de renda dos municípios turísticos entre os anos censitários de 1991 e 2000, comparando-os com os demais municípios brasileiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo, municípios turísticos, turismo e a distribuição de renda.



## RÉSUMÉ

### RÉPARTITION DES REVENUS DANS LES COMMUNES TOURISTIQUES BRÉSILIENNES

Le tourisme participe-t-il à la distribution des revenus? Quand l'activité touristique est économiquement importante, ses effets sur la déconcentration du revenu national seront significatifs pour l'augmentation du niveau d'égalité, ainsi les politiques favorisant le tourisme pourront se justifier aussi comme des politiques favorisant l'égalité; mais si au contraire, cette activité concentre les revenus, augmentant ainsi les inégalités, il faudra donc remettre en question les discours qui montrent le tourisme comme la solution miracle, et en même temps, chercher à mettre en place une politique qui fera en sorte que le tourisme devienne une activité favorisant l'égalité. Le manque de clarté pour comprendre si ce secteur favorise ou non, une plus grande égalité dans les communes qui ont une activité touristique prédominante, est due en grande partie à la difficulté de mesurer chaque impact économique, vu l'aspect hétéroclite des activités touristiques. Cette étude a donc pour objectif de comprendre de quelle façon une activité touristique peut interférer dans la distribution des revenus dans les communes touristiques Brésiliennes. Dans la recherche de cette compréhension, il faudra tenir compte du rôle de ce secteur dans l'économie du pays pour comprendre si, dans l'économie brésilienne, ce secteur produit ou non une plus grande égalité. On fait une recherche pour savoir comment se répartit la distribution des revenus dans le secteur touristique, et pour conclure on fait un panorama de la situation des inégalités des revenus dans les communes touristiques Brésiliennes dans les années qui vont de 1991 à 2001, en comparaisons des autres communes du pays.

MOTS CLÉS: tourisme, communes touristiques, distribution de revenus.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Chegadas de Turistas Internacionais, segundo Grupo de Países Receptores, no período 1995, 2003-2005 .....	30
TABELA 2	A Participação do Turismo Receptivo por Ano, segundo a Entrada de Turista. Brasil 1970-2005 .....	31
TABELA 3	Desembarque de Passageiros em Vôos Nacionais - Variação Anual 1996-2005 .....	34
TABELA 4	Estimativa do PIB Turístico e sua Participação no PIB Brasileiro - 1980 e 1987/95 .....	36
TABELA 5	Receita Cambial Turística dos principais países receptores de turistas 2001-2005 (Em US\$ bilhões) .....	37
TABELA 6	Receita Cambial Turística por ano no Mundo, América do Sul e Brasil 1996-2005 .....	38
TABELA 7	Participação Setorial no Valor da Produção e no Valor Adicionado, Brasil, 1999 .....	44
TABELA 8	Correspondência entre a Internacional Standard Industrial Classification - ISIC Rev. 3 e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0 .....	47
TABELA 9	Valor Adicionado, Constante e Corrente da Economia das Atividades Características do Turismo, segundo Setores de Serviços - Brasil 2001-2005 .....	49
TABELA 10	Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0 .....	50
TABELA 11	Entrada de Turistas no Brasil, segundo Mês de Chegada, no Período 2005-2006 .....	59
TABELA 12	A Classificação de Setores, por Código de Atividade, segundo a Variável nº 0347, Censo Demográfico de 1991 .....	70
TABELA 13	Cálculo do Gini e Renda <i>Per Capita</i> , por classe de rendimento médio, segundo a faixa de remuneração média. Brasil, 2006 .....	73
TABELA 14	Distribuição das pessoas ocupadas no setor turismo, por classe de rendimento médio e participação acumulada, segundo as grandes regiões do Brasil, 2006 .....	74

TABELA 15	Cálculo do Percentual de Renda Absorvida, Razão de Renda e Índice de Gini, por atividade econômica, segundo a faixa de remuneração média. Brasil, 2006 .....	76
TABELA 16	Municípios com maior peso no turismo, por vínculos dos setores agregados, o percentual de vínculos de pessoas ocupadas no setor. Brasil, 1991 .....	82
TABELA 17	Índice T de Theil dos cinquenta municípios turísticos, ordenados segundo vínculos de maior número de emprego no turismo, em 2006. Brasil, 1991-2000 .....	85
TABELA 18	Variação (1991-2000) da diferença (razão) entre a renda <i>per capita</i> da renda <i>per capita</i> média dos 20% mais ricos e dos 40% mais pobres, nos municípios turísticos e não-turísticos, segundo as regiões geográficas e classes de tamanho populacional - Brasil .....	87

## **LISTA DE FIGURAS/GRÁFICOS**

FIGURA 1	Inter-relação entre as atividades econômicas no processo turístico .....	40
FIGURA 2	Representação esquemática da inserção dos produtos característicos do turismo no conjunto total de bens e serviços .....	46
GRÁFICO 1	Participação na geração de valor agregado das Atividades Características do Turismo, por setores de serviços - Brasil - 2005 .....	48
GRÁFICO 2	Demonstração do Grau de Convexidade da Curva em Relação ao Eixo AB .....	56

## **LISTA DE SIGLAS**

ACT - Atividades Características do Turismo  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
CET /UNB - Centro de Estudos do Turismo, Universidade Federal de Brasília  
CIUAT - Classificação Uniforme das Atividades Turísticas  
CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas  
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo  
FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas  
INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária  
ISIC - International Standard Industrial Classification  
MCS - Matriz de Contabilidade Social  
MCST - Matriz de Contabilidade Social do Brasil para o Turismo  
MIP - Matriz Insumo-Produto  
MTUR - Ministério do Turismo  
OMT - Organização Mundial do Turismo  
PAS - Pesquisa Anual de Serviços  
PIB - Produto Interno Bruto  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares  
SCN - Sistema de Contas Nacionais  
WTTC - World Travel and Tourism Council

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	6
<b>RÉSUMÉ</b> .....	7
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	8
<b>LISTA DE FIGURAS/GRÁFICOS</b> .....	10
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	11
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1 O Contexto da Pesquisa .....	13
1.2 Objetivos Geral e Específico .....	14
1.2.1 Objetivo geral .....	14
1.2.2 Objetivos específicos .....	14
1.3 Justificativa .....	15
1.4 Metodologia .....	16
1.5 Estrutura do Trabalho .....	18
<b>2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TURISMO</b> .....	20
2.1 O caráter Fugidio do Conceito de Turismo .....	20
2.2 Características do Mercado Turístico Brasileiro .....	23
<b>3. A RELEVÂNCIA ECONOMICA DO TURISMO NA ECONOMIA</b> .....	26
3.1 Fluxo Turístico Internacional (receptivo) e Interno .....	28
3.1.1 Fluxo turístico receptivo .....	30
3.1.2 Fluxo turístico interno .....	32
3.2 A Participação do PIB .....	36
3.3 A Desagregação Setorial .....	39
<b>4. TURISMO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA</b> .....	52
4.1 Principais Determinantes da Distribuição de Renda .....	53
4.2 Discussão sobre a Distribuição de Renda no Setor do Turismo .....	58
4.2.1 Benefícios do turismo para uma melhor distribuição de renda .....	59
4.2.2 Impactos negativos do turismo .....	63
<b>5. O PAPEL DO TURISMO NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS</b> .....	67
5.1 Procedimentos Empregados na Escolha dos Municípios Turísticos .....	68
5.2 Distribuição de Renda Intra-setorial .....	71
5.3 Análise da Trajetória de Indicadores de Desigualdade ao Longo da Década de 1990 .....	77
5.3.1 Panorama sobre a situação de desigualdade de renda dos municípios turísticos .....	81
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94
<b>7. REFERÊNCIAS</b> .....	96
<b>ANEXOS</b> .....	104

# **1. INTRODUÇÃO**

O turismo, um segmento ainda em construção no país, passa por questionamentos de diversos agentes: de profissionais da área, da classe política, dos gestores públicos, bem como de pesquisadores das diversas áreas. A atividade é mostrada de forma contraditória. São muitas questões que emergem: para uns, o segmento tem considerável relevância econômica, é alternativa importante na reestruturação produtiva e, muitas vezes, a “salvação” para economias em declínio; para outros, o setor ora é visto como benéfico para as localidades, ora como causador de impactos negativos, devido à relativa intervenção nos aspectos socioambiental e cultural nas cidades e nos sítios vocacionados para o turismo.

## **1.1 O Contexto da Pesquisa**

Esta pesquisa originou-se do pouco entendimento a respeito do papel do turismo na distribuição de renda em cidades turísticas. A falta de clareza para compreender se o setor é gerador de maior grau de igualdade ou desigualdade nas cidades onde a atividade tem relativa predominância, deve-se, em grande parte, às dificuldades na mensuração dos impactos, decorrentes do aspecto heterogêneo das atividades características do turismo, quando comparadas às suas estruturas produtivas (IBGE, 2008, p. 8).

Diante do número reduzido de pesquisas acerca da relação do turismo com a distribuição de renda, não está claro se o turismo, de uma forma geral, é produtor de

igualdade ou de desigualdade social. A incerteza se reforça diante da continuidade do descompasso entre crescimento econômico e melhoria das condições sociais da população em países em desenvolvimento (JANNUZZI, 2004, p. 13), mesmo naqueles que investiram no setor.

Acredita-se que as dificuldades na mensuração dos impactos positivos e negativos do turismo, sejam eles no aspecto socioeconômico ou ambiental, perpetuem essas contradições, ampliadas pelos poucos estudos sobre a importância da atividade na geração de emprego e renda e, sobretudo, quanto aos reflexos na estrutura da distribuição de renda nas cidades e regiões ditas turísticas.

Assim, pretende-se evidenciar de que forma o processo de turistificação interfere na distribuição de renda em municípios turísticos, bem como oferecer subsídios que preencham parte dessa lacuna a partir da investigação para o entendimento das consequências do segmento do turismo na economia brasileira.

A pesquisa contempla os municípios que dependem economicamente do turismo, onde o setor tem uma participação significativa no emprego total, no ano de 1991. A escolha do recorte temporal da pesquisa, além de respeitar a disponibilidade de dados censitários no nível municipal, considera a dinâmica econômica, presente nas políticas de privatizações, a desregulamentação de mercado e de liberalização comercial. Acredita-se que estas interferiram fortemente na atividade turística, considerando-se o quadro macroeconômico, em que as decisões de consumo podem ser afetadas por políticas de fortalecimento dos mercados e de estabilidade de preços e, com isso, operar mudança no comportamento de agentes econômicos, o que se reflete no setor turístico (ARBACHE, 2001, p. 20).

Pretende-se, com esta pesquisa, contribuir para uma compreensão mais efetiva da relevância do papel da atividade nos municípios turísticos, bem como da necessidade do investimento em políticas públicas voltadas para o planejamento turístico regional.

## **1.2 Objetivos Geral e Específicos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

O objetivo geral dessa pesquisa é compreender os efeitos do segmento do turismo sobre a distribuição social da renda.



### 1.2.2 Objetivos específicos

A compreensão do impacto da atividade turística sobre a distribuição de renda requer:

- Dimensionar os subsetores (ou classes de atividade) que compõem o segmento do turismo.
- Diagnosticar o papel do setor na economia nacional.
- Realizar um levantamento dos municípios brasileiros que têm o segmento turismo como setor-chave na economia.
- Identificar, com base na literatura, razões para compreender o segmento turismo como promotor de distribuição de renda vis-à-vis outros segmentos produtivos.

### 1.3 Justificativa

O turismo, devido a sua característica de prática social coletiva, que integra mecanismos distintos de relação com o espaço e a identidade do lugar, interfere no desenho das cidades e no desenvolvimento dos municípios brasileiros, bem como de uma região.

Diversos estudos (IBGE, 2008; ARBACHE, 2001; Mtur, 2005, entre outros) têm evidenciado que o setor, no conjunto da economia nacional, é aquele ao qual atribuem a responsabilidade pelo crescimento demográfico de muitas dessas localidades e pela geração de emprego e renda no país.

O bom desempenho ocorre em parte significativa dos municípios brasileiros, mesmo diante da ausência do planejamento turístico. Evidencia-se que essas localidades, que passam por adequações no processo de produção, adotaram, a partir do declínio das outras atividades, a "exploração" do turismo como "remédio" para as dificuldades decorrentes da queda nas receitas municipais e da redução da oferta de emprego.

Embora os efeitos da atividade tragam consequências mais imediatas na vida cotidiana dos habitantes, tais como, adensamento, fluxo de pessoas de outras localidades, movimento no comércio e nos equipamentos turísticos, os bons resultados econômicos das localidades turísticas pouco reflete sobre o papel do turismo no desenvolvimento social dos municípios brasileiros, considerando a distribuição de renda.

Esses resultados assinalam para a necessidade de se desenvolverem estudos que apontem para alternativas, configuradas em propostas de intervenção no planejamento do turismo com base local e regional mais adequadas à questão socioeconômica do turismo na vida dos municípios, de modo a favorecer as políticas de planejamento urbano.

Além disso, estudos do segmento do turismo na área econômica são acanhados. A maior parte deles é representativa na área da geografia. Adicionalmente, as estatísticas de turismo têm pouca precisão nos dados, o que resulta da carência de indicadores e das dificuldades nas definições e conceituações (COOPER, SHEPHERD e WESTLAKE, 2001, p. 114 e REJOOWSKI E SOLHA, 2001, p. 297). O investimento em pesquisas voltadas para o estudo do impacto socioeconômico do turismo poderia ser um mecanismo para indicar os setores que estão direta e indiretamente relacionados ao turismo.

Por essas razões, percebe-se que entender os impactos gerados pela atividade na economia é muito importante, bem como analisar os efeitos do setor em termos de geração de emprego e renda.

Acredita-se que esta pesquisa contribuirá para uma compreensão mais efetiva da relevância do papel da atividade nos municípios turísticos, bem como da necessidade do implemento de políticas públicas voltadas para o planejamento turístico regional.

Além do mais, espera-se, com o estudo, demonstrar a importância desse segmento na geração de emprego e renda nos municípios turísticos, especialmente diante da hipótese de que o turismo, devido a sua capacidade de geração de empregos, poderá ter relevante papel nas políticas de enfrentamento das desigualdades. Para a verificação dessa hipótese, pretende-se mensurar os efeitos do turismo sobre a distribuição da renda no período analisado. Justifica-se, portanto, o objeto empregado na pesquisa.

#### **1.4 Metodologia**

Neste trabalho, foram considerados elementos que possibilitaram levantar dados para mensuração do impacto na distribuição de renda nos municípios turísticos e da evolução desse processo comparativamente aos municípios não turísticos. Para a verificação do desempenho dessas localidades, procedeu-se à análise da relevância econômica do setor para seu entendimento como gerador de maior grau de igualdade e desigualdade e dos principais determinantes da distribuição de renda.

Para esse levantamento, utilizaram-se, primeiramente, os dados da RAIS, período 2000-2006, para a construção de um retrato do mercado de trabalho mais representativo na questão setorial. Esses registros administrativos sobre o mercado de trabalho refletem os vínculos formais.

Optou-se pela agregação dos setores de atividades urbana e rural, considerando que o estudo abrange o município. Buscou-se entender quais setores e subsetores interferem direta e indiretamente no setor turístico, na perspectiva da economia, bem como seus efeitos.

Assim, selecionaram-se seis atividades econômicas que evidenciaram maior inter-relação com serviços característicos do setor, considerando as limitações na classificação das atividades do turismo.

Uma vez classificados os setores e subsetores que interferem diretamente na atividade turística, fez-se uma análise do peso relativo do setor, primeiramente, por unidade federativa e, posteriormente, por município.

Os procedimentos empregados na escolha dos municípios consideraram, primeiramente, a classificação dos setores por atividades e a agregação dos setores baseados nos dados da RAIS, período 2000-2006, de vínculos formais e, em seguida, no censo 1991, no período censitário de 1991-2000.

Nesse sentido, procurou-se compreender o papel do turismo na distribuição social da renda nos municípios turísticos, considerando que o turismo, muitas vezes, é visto como um meio menos oneroso para a “renovação produtiva”, segundo o peso relativo do turismo na estrutura de emprego do município, medida pela razão entre pessoal ocupado no turismo e sobre pessoal ocupado total.

O resultado do total dos vínculos das atividades gerou uma tabela com 5.506 municípios brasileiros. Desse conjunto, selecionou-se o grupo resultante para os testes, tomando-se como base dois critérios: município com maior peso no turismo segundo pessoal ocupado nos seis setores e municípios que apresentassem maior percentual de pessoas ocupadas nas atividades turísticas.

Na construção dessa tabela, considerou-se que ela relaciona, dentro de uma hierarquia, o peso relativo do turismo na estrutura de emprego formal e informal nos municípios.

O levantamento dos municípios brasileiros a partir do peso relativo do turismo na estrutura de emprego do município foi medido pela razão entre pessoal ocupado no turismo e sobre pessoal ocupado total, baseado no censo 1991. A escolha desse período deve-se à abrangência temática dos anos censitários (1991-2000) que possibilitam observar a evolução

dos indicadores de distribuição de renda, considerando que estes fornecem dados que podem ser desagregados em nível municipal.

Na análise da trajetória de indicadores de desigualdade, utilizaram-se os resultados dos indicadores do Censo de 1991, ainda que os censos também apresentem limitações, principalmente relacionadas à periodicidade. Essa limitação, às vésperas do Censo 2010, interfere sobremaneira nos resultados sobre a atividade turística, considerando que o setor apresentou avanços significativos no período 2000-2006. Contudo, os dados disponíveis atendem às necessidades deste estudo.

Cabe esclarecer que, embora as cidades mais visitadas no país no “*ranking*” do turismo internacional sejam as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, e estas tenham a preferência no turismo interno ou doméstico, optou-se por investigar o segmento do turismo em um grupo de cidades de pequeno e médio porte, que têm a atividade como papel principal em sua economia. No critério de escolha, procurou-se evitar as cidades de grande porte devido à variedade de atribuições que comportam as funções dessas metrópoles, que têm outras fontes de renda, concentração de serviços diversificados, isto é, comportam uma diversidade de fontes intervenientes. Isso poderia interferir na análise dos efeitos do turismo sobre a distribuição de renda, o que certamente ampliaria a complexidade do estudo e dificultaria o entendimento da questão chave da pesquisa. Quanto ao recorte espacial, a afirmação de Neri (2007) sobre a questão metropolitana corrobora os argumentos apresentados:

O Rio é o Estado mais metropolitano da federação, 76% da população fluminense mora numa metrópole. Não há nenhum estado que chegue perto disso. Nos últimos 15 anos, vivemos no Brasil uma grande crise metropolitana. As áreas metropolitanas não são as áreas mais pobres, mas foram as localidades onde a renda caiu mais. São Paulo, o maior município brasileiro, foi entre os mais de 5 mil municípios do Brasil onde o problema aumentou mais entre os censos de 1991 e 2000, o que dá idéia de como tamanho de cidade e evolução econômica tem se relacionado nos últimos anos. A recente deterioração da renda nas grandes cidades iniciada em 1996, só a partir de 2003 dá sinal de arrefecimento. Tem sido patente a incapacidade do estado brasileiro em lidar com a questão metropolitana (NERI, 2007, p. 3).

## **1.5 Estrutura do Trabalho**

Neste trabalho, foram considerados elementos que possibilitam levantar dados para mensuração do impacto na distribuição da renda nos municípios turísticos e da evolução desse processo relativamente aos municípios não-turísticos. Para a verificação do desempenho

dessas localidades, tomou-se o entendimento do turismo como gerador de maior grau de igualdade e desigualdade.

Para atingir esse propósito, primeiramente, apresentou-se uma breve caracterização do mercado turístico brasileiro, bem como dos diversos conceitos de turismo, turista e viagens na segunda parte do trabalho. Ainda nessa segunda parte, a revisão da literatura possibilitou a compreensão dos desafios que se apresentam para o desenvolvimento social nos municípios brasileiros turísticos.

Na terceira parte, procedeu-se uma análise da relevância econômica do turismo. Procurou-se, nesta seção, apresentar estudos sobre a importância do setor e os fatores que mais contribuíram para o crescimento econômico da atividade. Para tanto, buscou-se evidenciar o crescimento da atividade por meio de dados sobre o fluxo de turistas, dados da participação do PIB turístico no PIB total, e a complexidade da desagregação setorial da atividade.

A quarta parte busca entender o papel do setor na variável “distribuição de renda”. Essa seção tem dois objetivos. O primeiro é identificar as principais determinantes da distribuição de renda. O segundo é estabelecer uma discussão da distribuição de renda, evidenciando os benefícios do turismo e seus impactos negativos na distribuição de renda.

Na quinta parte, para dimensionar o papel do setor na economia nacional, identificaram-se os principais municípios dependentes economicamente do turismo no Brasil. Com base nesse resultado, verificou-se o desempenho dessas localidades na distribuição de renda e a forma de evolução desse indicador. Para tanto, foi necessário investigar a distribuição de renda no segmento turismo, no ano de 1991. Buscou-se entender quais setores e subsetores interferem direta e indiretamente no setor turístico, na perspectiva da economia e quais os efeitos destes na redução das desigualdades sociais diante do movimento de fluxo do turismo receptivo.

Já, na sexta parte, procedem-se às considerações finais, que pretendem contribuir com sugestões possíveis de serem adotadas pelas políticas públicas para uma melhor distribuição de renda nos municípios que dependem economicamente do turismo.

## 2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TURISMO

Há muitas contradições sobre o Turismo, considerando que o setor ainda encontra-se em construção no país. Contribui, também, para isso, o aspecto difuso dos conceitos relacionados ao turismo e ao turista que permeiam a literatura sobre essa atividade e sua dimensão socioeconômica.

### 2.1 O Caráter Fugidio do Conceito do Turismo

Em *Fundamentos da Teoria de Sistemas Aplicados ao Turismo*, Beni (2000, p. 33), apresentando a trajetória das terminologias, afirma que “a definição de turismo é composta de três tendências, que influem na academia e nos organismos públicos e privados relacionados ao setor: a econômica, a técnica e a holística”.

A primeira, criada por Herman Von Schllern em 1910, compreende o turismo como “a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região” (ABDEL WALAB, apud ANDRADE, 2000, p. 23).

A segunda, desenvolvida por agências públicas e privadas (as organizações turísticas, as instituições de ensino, os organismos internacionais de turismo, como a OMT) de fomento ao turismo, em 1930, visava maior controle dos fluxos e das características mercadológicas do setor e teve como foco da definição técnica o consumidor ou visitante<sup>1</sup> (turista, principalmente o internacional).

---

<sup>1</sup> Consumidor/visitante [A pessoa que visita um país que não seja o de sua residência por um período de, pelo menos, vinte e quatro horas]. A definição, após ajustes que não interferem no conceito anterior, foi adotada pelas Nações Unidas (na Conferência sobre Viagens Internacionais e Turismo, 1963) e pela Organização Mundial do Turismo em 1968.

Essa tendência, aliada à perspectiva de planejamento de políticas de governo, incorpora aspectos econômicos de planejamento das atividades, consoante aos acontecimentos mundiais, de restauração das atividades econômicas a partir da expansão do Estado “o Plano Marshal, a gestão keynesiana da demanda e o Estado previdenciário” (BANCO MUNDIAL, 1997) e controle das atividades econômicas por meio do planejamento central.

A última das três tendências apresentadas teve reconhecimento de diversos organismos ligados diretamente ao setor, em nível internacional e nacional, devido à abrangência multidisciplinar do conceito de turismo visto como “A soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória” (HUNZIKER e KRAPF<sup>2</sup>, *apud* BENI, 2000, p. 33-35).

As derivações do conceito de turismo ainda ocorrem sem, contudo, apresentar alterações significativas das primeiras definições constantes das tendências e trajetórias apresentadas por Mario Beni e outros autores (FUSTER, 1974; BARRETO, 1991; LOPES, 1994; MONTEJANO, 1996; IGNARRA, 1999; YÁGIZI, 1999; ACERENZA, 2002, MOESCH, 2002), permanecendo as contradições sobre as definições do que vem a ser o segmento.

O turismo não é técnica nem ciência com autonomia e independência, pois faz uso permanente de princípios, recursos e conclusões de ciências e técnicas dos mais variados ramos da atividade humana (...). Não possui sistemática própria. Nem mesmo o objeto do conhecimento específico do seu setor lhe é próprio, pois se constitui de um conjunto de objetos de outras ciências e de técnicas comuns a atividades de outros campos ou especialidades (ANDRADE, 2000, p. 37-38).

O turismo, devido a sua característica de produto composto, é dependente de várias outras atividades econômicas. Essa dependência resulta em contradições quanto à definição das atividades relacionadas direta e indiretamente ao setor, interferindo, algumas vezes, na mensuração e análise. Por isso, ressalta-se a relevância do estudo Economia do Turismo realizado pelo IBGE (2008), que demonstra a dimensão da economia do turismo no Brasil, sua correspondência com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0 e a articulação com o Sistema de Contas Nacionais, e “[...] ratifica a compreensão do turismo como atividade econômica relevante e singular e contribui para a elaboração de um sistema

---

<sup>2</sup> HUNZIKER, W. e KRAPF, K. *Allgemeine freundenverkehrslehre*, Zúriq, 1942.

integrado de estatísticas com vistas à construção da Conta Satélite de Turismo” IBGE (2008, p. 24).

Arbache (2001, p. 17) traz dois aspectos na discussão sobre o setor. A reutilização do termo “indústria do turismo”, como sinônimo de “atividade econômica do turismo”, terminologia pouco utilizada em estudos mais recentes. O autor justifica tal escolha, por acreditar que “[...] à medida que uma atividade se desenvolve e se integra, ela ganha as características de uma indústria”.

Outro aspecto refere-se à classificação<sup>3</sup> do setor como atividade econômica, considerando-se que não está incluso na classificação de um dígito.

A classificação se tornou possível a partir das variáveis das PNADs, no nível dos três dígitos: agenciamento de viagens e turismo, hotelaria e outras formas de hospedagem, serviços de diversão e locação de veículos e comércio de lembranças. A seleção realizada pelo autor deixa de contemplar a classificação quanto à abrangência dos segmentos diretamente relacionados ao setor, desenvolvida por outros estudos como será demonstrado na seção 1.3, bem como a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0. (Tabela 1). Assim, o autor considera que a inclusão de restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas poderia “superestimar o emprego no setor e enviesar os resultados da pesquisa” (*Ibid.* p.17, 21-22). Essa opção está baseada na perspectiva de que os potenciais demandantes desses serviços são residentes e não visitantes.

Essa atividade multifária do turismo reflete sua globalidade, isto é, não está formada “[...] só pelas pessoas que viajam e pelos bens e serviços que se lhes oferecem e utilizam, mas que entre uns e outros surgem uma série de relações e situações de fato de caráter econômico, sociológico e até político” (ARRILLAGA, 1976, p. 31).

A produção turística, ou processo de turistificação, é resultante da ação conjunta de três sistemas: (i) um sistema de agentes: os turistas, as empresas turísticas, o governo e a comunidade anfitriã; (ii) um sistema de imagens: a dimensão simbólica das especificidades culturais e das representações coletivas do lugar, como atratividade para o turista, presente nos “[...] valores perceptivos e culturais subjetivos derivados da sua percepção, tais como sensação de mistério, de aventura, interesse cultural e histórico e atração visual” (PIRES,

---

<sup>3</sup> “As atividades econômicas são classificadas pelo IBGE em um, dois e três dígitos. Quanto maior o número de dígitos, maior o grau de desagregação. A classificação de um dígito, por exemplo, trata apenas dos grandes setores de atividade econômica, enquanto a classificação de três dígitos traz os subsetores de um grande setor” (ARBACHE, 2001, p. 21).



2001, p.237); (iii) um sistema de espaços: considera a paisagem como resultado do conjunto de inter-relações entre os componentes da mesma (rochas, água, vegetação, relevo, uso do solo, clima etc.), que representa, dessa forma, a resposta visual da evolução conjunta dos elementos físicos e biológicos que a constituem, com impactos diretos nas dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais em cidades turísticas (CAZES<sup>4</sup>, *apud* CARAS, 2001, p. 89 e LAGE e MILONE, 1999, p. 31).

O caráter fugidio do conceito de turismo reforça a alusão à lembrança do turismo como panacéia para o desenvolvimento local e os questionamentos sobre o impacto dessa atividade no cotidiano das pessoas que vivem em cidades turísticas, em particular, na indagação: O turismo, de forma geral, é um produtor de igualdade ou de desigualdade social? Esses questionamentos persistem. Assim, é imperativo verificar se o crescimento econômico trazido por essa atividade implica elevação da qualidade de vida dos seus moradores.

## **2.2 Características do Mercado Turístico Brasileiro**

O processo de turistificação<sup>5</sup> intensificou-se a partir da década de 40 em cidades que demonstravam forte componente vocacional para a atividade, devido ao conjunto cênico que induzia ao afluxo de pessoas que veraneavam nas cidades litorâneas e serranas ou nas estâncias hidrominerais. Tal fenômeno, embora incipiente no Brasil, refletia, naquele momento, uma tendência mundial de incentivo ao turismo e ao lazer como forma de minimizar os impactos negativos da Segunda Grande Guerra e promover o consumo e o aumento do emprego e da renda.

No Brasil, diante da tímida interferência do Estado em estabelecer políticas públicas de desenvolvimento regional para o turismo, a atividade se estabeleceu informalmente em boa parte das cidades brasileiras e requereu adaptabilidade dessas localidades para se equiparem, além de competência e condições de se constituírem relações interurbanas e com outros centros urbanos, principalmente no âmbito metropolitano, para atender às novas demandas.

---

<sup>4</sup> CAZES, George. Fundamentos pour une géographie du tourisme et des loisirs. Paris: Breal, Col. Anphi-Geografique, 1992.

<sup>5</sup> Por turistificação entende-se o resultado da ação conjunta de pelo menos três sistemas: um sistema de agentes, um sistema de imagens e um sistema de espaços. Esse processo tem reflexos diretos nas dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais das localidades ou regiões que buscam a produção turística como forma hegemônica de geração de renda (CAZES. 1994; CARA, 2001).

Embora a atividade contribua positivamente para o desenvolvimento econômico regional com reflexos na urbanização das cidades, foi, em parte, responsável pelos impactos gerados na forma descontrolada de apropriação do espaço regional. Contribuiu para isso a pouca efetividade de ações mitigadoras nas políticas de zoneamento urbano diante da instalação da infraestrutura turística<sup>6</sup>, o que reflete na feição físico-social de muitas cidades turísticas. Essa lacuna se dá, muitas vezes, no estabelecimento dos parâmetros urbanísticos, mais afeitos às práticas imobiliárias do que à função social das cidades. Conseqüentemente, a cidade informal foi se construindo e se mantém em expansão no entorno dos atrativos turísticos e das cidades formais em tempos presentes.

A turistificação promove também um avanço progressivo na densidade populacional, resultado do pouco uso de instrumentos inibidores da ocupação que ainda é intensa em muitas das cidades turísticas brasileiras. Esse descontrole se faz presente no avanço de construções irregulares em diversos “loci”, incluindo as unidades e áreas de conservação e preservação ambiental, que sofrem os impactos do adensamento desordenado e interdito, apesar das constantes ameaças de descaracterização, inclusive em áreas de preservação permanente, que enfrentam dificuldades na efetivação, na criação e controle de unidades de conservação. É importante lembrar que, “[...] apesar dos avanços da legislação ambiental do país, há conflitos entre as esferas federal, estadual e municipal” (GIANSANTI, 1998, p. 88).

Diante do desenvolvimento econômico da atividade turística sem planejamento prévio, aliada a uma ocupação desordenada e não regularizada, germinam as práticas da economia informal presentes no segmento turístico. Entre essas distorções, além da ocupação desordenada e dos impactos sociais e ambientais advindos dessa situação, há, ainda, uma intensa competição entre as localidades que buscam se diferenciar para aumentar seu grau de atratividade, mesmo diante da aparente interdependência que impera nas práticas espaciais materiais cotidianas, nas representações do espaço e nos espaços de representação<sup>7</sup>. Assim, na pós-modernidade, existe a impressão de que o capital pode estar em qualquer lugar, que se libertou das amarras locais. Essa visão talvez explique a disputa na qual os prefeitos entram para atraí-lo.

---

<sup>6</sup> “INFRAESTRUTURA turística atende aos diversos requisitos e aos indispensáveis aspectos específicos que permitem o exercício turístico, compreende: as instalações de hospedagem, as instalações de recepção e a organização para recreação e esportes” (ANDRADE, 2000, p. 109).

<sup>7</sup> Tabela 3.1 - Uma “grade” de práticas espaciais”. (HARVEY, 2006, p. 203).

Esse traço contemporâneo da gestão pública tem implicações mais aparentes quando o olhar destina-se à atividade turística como produto do capitalismo: ideário da produtividade, do lazer, do consumo da paisagem, da intensificação nas práticas da parceria público-privada e do ativismo na instalação de equipamentos turísticos e de uso coletivo da população residente nas cidades consideradas turísticas.

Assim, os municípios direcionam seus recursos para o embelezamento das orlas, de algumas vias, praças e espaços públicos, incentivam a produção imobiliária, fortalecem o setor com construção de centros de eventos, shows, encontros, simpósios e outras atividades atrativas, na intenção de ampliar o fluxo de pessoas às localidades e, conseqüentemente, o aumento do consumo, apesar do discurso dos gestores públicos de que esses melhoramentos sejam voltados para a população residente.

Diante das estratégias de renovação urbana tão necessária à cidade turística, emerge uma questão: qual o impacto dessa atividade no cotidiano das pessoas que vivem nesses municípios turísticos? A elevação da qualidade do meio urbano se reflete na qualidade de vida dos moradores dos municípios turísticos em maior grau que na dos moradores de municípios não turísticos? Há pouca clareza se o turismo, de uma forma geral, é um produtor de igualdade ou de desigualdade social.

### **3. A RELEVÂNCIA ECONÔMICA DO TURISMO NA ECONOMIA**

Ao longo de sua história, o processo de desenvolvimento econômico brasileiro se fez com fortes desigualdades sociais e regionais. Essas desigualdades persistem até os dias de hoje, permitindo caracterizar uma verdadeira divisão econômica e social, quando se comparam os níveis de desenvolvimento e as condições sociais entre as regiões brasileiras (DINIZ e GONÇALVES, 1999, p. 165-166).

Para o estudo dos efeitos é fundamental dimensionar o papel do setor na economia nacional, bem como buscar compreender se a contribuição do segmento do turismo na economia brasileira é produtora e promotora de maior igualdade ou desigualdade. Assim, procura-se, nesta seção, apresentar estudos sobre o turismo que mostrem a relevância econômica do setor e os fatores que mais contribuíram para o crescimento econômico da atividade.

Os estudos sobre turismo evidenciam a importância econômica do setor e os fatores que mais contribuíram para o crescimento econômico da atividade. Evidenciam, também, os impactos do turismo nas economias local e internacional, bem como a importância do turismo na geração de emprego, na balança de pagamentos e no comércio internacional. O setor é tido como um dos mais significativos para a economia global. Contudo, permanece uma lacuna quanto ao papel do setor na variável distribuição de renda, ou seja, se o turismo distribui ou concentra renda.

Os fatores que contribuem para o crescimento econômico da atividade são muitos, considerando-se a heterogeneidade das atividades ligadas diretamente ao setor. Na esfera socioeconômica, podem-se mencionar as facilidades de deslocamento, advindas da evolução dos meios de transporte e da informação, as políticas indutivas que incentivam viagens por segmentos<sup>8</sup> direcionados a aposentados, estudantes e outros, especialmente em feriados

---

<sup>8</sup> Para segmentar o mercado, utilizam-se essencialmente de fatores como: mensurabilidade do poder de compra; acessibilidade nos segmentos-alvo; substanciabilidade ou tamanho do lucro e a acionabilidade através de programas que atinjam o segmento em questão (KLOTTER, 1974).

prolongados. Outro fator que alguns autores<sup>9</sup> apontam como relevante no aumento do número de viagens nas últimas décadas é a dupla renda dos casais proveniente do trabalho feminino, uma vez que uma composição a mais na renda familiar proporciona maior tranquilidade para investir em lazer.

Outro interveniente no crescimento quantitativo do número de viagens é a mudança do padrão na duração das viagens de lazer em períodos de férias, agora em tempo curto ou mini-férias, com duração de dois a três dias. Apesar dos avanços sociais conquistados pelos trabalhadores, a tendência de férias com período reduzido é um fenômeno mundial, sobretudo nas classes consumidoras do turismo<sup>10</sup>. A redução gradual vem ocorrendo desde a década de 1960, com duração de 10 a 14 dias por ano. Posteriormente, nas décadas de 1970 e 1980 as férias em média foram reduzidas para cinco a sete dias e ocorriam duas vezes por ano (POWERS e BARROWS, 2004, p. 266). A popularização das mini-férias tem ocorrência expressiva principalmente para norte-americanos.

As viagens compõem duas categorias motivacionais: negócios e lazer<sup>11</sup>. Essas categorias sofrem intensa interferência das questões econômicas. A demanda por viagens de negócios é mais constante nas estimativas das empresas diretamente ligadas à atividade. Mesmo que haja flutuações no quantitativo de viagens de negócios “[...] ela não é tão elástica quanto a demanda por viagens de lazer. As viagens de lazer podem ser adiadas quando a economia não vai bem. [...] viagens de negócios também são menos sazonais do que as de lazer” (CHON e SPARROWE, 2003, p. 30-31). Contudo, é importante observar que os critérios motivacionais das viagens são secundários, pois “as tradicionais descrições do turismo, baseadas nas características dos visitantes, nas condições que levaram a cabo suas viagens e estadas, o motivo de sua visita etc., têm sido complementadas por uma perspectiva de caráter econômico” (IBGE, 2008, p. 8).

O setor é sensível às interferências interna e externa da economia, isto é, tem uma relação estreita com a economia nacional e mundial e sofre os impactos positivos e negativos das políticas econômicas nos países em que o setor tem relevância econômica.

As controvérsias sobre a atividade turística são muitas e virão à tona no decorrer desse estudo, especialmente a dificuldade de classificação das atividades que compõem o setor turístico, uma vez que ele não é caracterizado como um processo de produção como os

---

<sup>9</sup> POWERS e BARROWS, 2004, p. 265.

<sup>10</sup> “Se, por um lado, a recessão, o desemprego e o alto custo dos financiamentos diminuíram essa possibilidade para significativas parcelas da população, por outro lado, ainda persiste um grande poder de consumo [em grande parte alimentado pelo crédito]” (HARVEY, 1996, p. 39)

<sup>11</sup> As motivações ou objetivos da viagem: recreativo ou de lazer, cultural, de saúde, religioso, esportivo, de eventos, são fatores que geram o deslocamento. (CAMPOS e GONÇALVES, 1998, p. 53).

demais segmentos que têm produção própria. Assim, a análise do setor deve “partir da perspectiva da demanda, ou seja, como o resultado econômico do consumo dos visitantes” (IBGE, 2008, p. 9)

O estudo feito pelo IBGE (2008) denominado Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005 traz, além da conceituação de turismo, a classificação de produtos e atividades econômicas do setor e uma análise econômica do setor a partir da mensuração dos produtos (bens e serviços), isto é, estabelece a relação entre consumo turístico e consumo total. Para tanto, o setor foi distribuído em categorias: (i) produtos característicos do turismo; (ii) produtos conexos ao turismo e (iii) produtos específicos do turismo, o que será tratado na seção sobre a desagregação setorial. Para Takasago (2006, p. 15), “[...] o setor de turismo tem demanda final maior do que o valor agregado, indicando que sua produção é, sobretudo, de bens finais, e usa, para produzi-los, muitos bens intermediários de outros setores, agregando menos valor novo”.

Cabe ressaltar a importância econômica do turismo, considerando as variáveis fluxo, participação no PIB e desagregação setorial, com base na literatura que trata sobre o assunto. O entendimento dessas variáveis tem fundamental importância para o entendimento do papel do turismo na distribuição da renda municípios turísticos.

### **3.1 Fluxo Turístico Internacional (receptivo) e Interno**

Com o propósito de evidenciar a relevância econômica do turismo, esta seção procura, ao apresentar dados sobre o fluxo turístico internacional e interno, demonstrar a importância desse setor para a economia nacional como instrumento de políticas de distribuição de renda, considerando as características do setor. Essa ocorrência, certamente, depende de uma mudança na atuação e no pensar da relação entre o setor público e o privado, em que Estado tenha papel preponderante na formulação de políticas de incentivo na redução da informalidade no turismo.

O fluxo turístico, resultado do deslocamento (FUSTER, 1974, p. 23) de pessoas de seus lugares de origem para outros destinos dentro e fora dos limites geográficos do país, compreende o mercado nacional e internacional. Assim, na perspectiva do núcleo emissor do visitante, o turismo pode ser interno e externo.

A classificação baseada em elementos extraídos da geografia política evidencia o caráter socioeconômico e político-administrativo do fluxo turístico (*ibid*, p. 49). Observa-se,

também, nesse arranjo, a similaridade com as novas técnicas de organização e gerenciamento da produção advindas das condições tecnológicas “para incrementar a fluidez dos fluxos espaciais e setoriais do capital, do trabalho, das mercadorias e das informações” (LIMONAD, 2007, p. 27).

As demandas, que influenciam e determinam os fluxos turísticos, são caracterizadas em maior e menor grau pela elasticidade e sazonalidade dos mercados, considerando-se que o setor é sensível às variações de consumo decorrentes da escala de valores e necessidades humanas<sup>12</sup>,

[...] marcado por contínuos movimentos de crescimento e diminuição em sua demanda, em fluxos irregulares, motivados pelos diferentes graus de sensibilidades às mudanças provocadas pela oscilação das condições financeiras e econômicas de mercado, instabilidade que influi na própria formação das estruturas de preços ao empresário e ao consumidor (ANDRADE, 2000, p. 118).

O conjunto de atividades exercidas pelo visitante que ultrapassa ou viaja além da localidade de sua residência em direção a outro país, onde, temporariamente, consome bens e serviços no atendimento de suas necessidades ou conveniências (ANDRADE, 2000, p. 51) é denominado turismo externo ou internacional. Essa modalidade envolve a saída de capital do país de origem para o país receptor ou região receptora.

O turismo interno caracteriza-se pelas atividades turísticas exercidas pelo visitante dentro do próprio país de origem, em outras localidades. Nessa modalidade não ocorre evasão de divisas, mas circulação do capital nacional.

Assim, para atender a necessidade do estudo, a abordagem é na perspectiva do turismo receptivo brasileiro e do turismo interno ou doméstico. Na primeira seção, são apresentados dados sobre a chegada de visitantes estrangeiros. Embora as estatísticas sobre o setor ainda enfrentem dificuldades na mensuração dos dados, as informações sobre essa modalidade são mais acessíveis e disponíveis do que as relacionadas ao turismo interno. Na segunda seção, buscou-se tratar do turismo interno ou doméstico, apesar das limitações de dados estatísticos nesta modalidade, que subsidiem os resultados que apontam o crescimento econômico da atividade no país.

---

<sup>12</sup> Para Maslow (1954, p. 23) as necessidades humanas estão organizadas em níveis, segundo uma hierarquia de importância. Com isso, os deslocamentos são afetados em maior e menor grau conforme a escala de valores e a satisfação das outras necessidades.

### 3.1.1 Fluxo turístico receptivo

A atividade turística vem se intensificando nas últimas quatro décadas. A evolução das chegadas de turistas internacionais, no período que vai de 1950 a 2004, nos principais países receptores do mundo é notória. As perspectivas de crescimento do turismo são evidentes nos dados, apontam significativo aumento do fluxo internacional de turistas no mundo, no computo geral é estimado na ordem de 50%, no período 1995 a 2005 (OMT, 2006; MTUR, 2007).

No Brasil, a taxa de crescimento no mesmo período foi 170%, o que não somou um avanço significativo da participação relativa do país no conjunto dos principais receptores (Tabela 1), embora tenha potencial para o crescimento.

**Tabela 1 - Chegadas de Turistas Internacionais, segundo Grupo de Países Receptores, no Período 1995, 2003-2005 (em milhões).**

PERÍODO	1995	2003	2004	2005	% 1995-05	% 2003-05	% 2004-05
<b>Mundo</b>	538,0	697,0	766,0	808,0	50,2	15,9	5,5
<b>Europa</b>	309,0	408,6	425,6	443,9	43,7	8,6	4,3
<b>Ásia e Pacífico</b>	85,0	114,2	145,4	156,2	83,8	36,8	7,4
<b>Américas</b>	109,0	113,1	125,8	133,1	22,1	17,7	5,8
<b>América do Sul</b>	12,0	13,7	16,0	18,0	50,0	31,4	12,5
<b>Brasil</b>	<b>2,0</b>	<b>4,1</b>	<b>4,8</b>	<b>5,4</b>	<b>170,0</b>	<b>31,7</b>	<b>12,5</b>
<b>África</b>	20,0	30,7	33,3	36,7	83,5	19,5	10,2
<b>Oriente Médio</b>	14,0	30,0	35,9	38,4	174,3	28,0	7,0

FONTE: Ministério do Turismo, 2006 e OMT, 2006.

NOTA: dados extraídos do documento referencial Turismo no Brasil 2007/2010.

São muitos fatores relacionados principalmente à segurança pública, infraestrutura e a sustentabilidade social e ambiental entre outros, que impedem o avanço do país nesse campo e interferem na inserção do produto turístico brasileiro no mercado internacional (Fórum Econômico Mundial<sup>13</sup>, *apud* MTUR, 2007, p. 14).

Contribui para esse quadro, a relação econômica do país frente aos países centrais mais dotados de critérios de competitividade no âmbito mundial, já que “[...] num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis [...], o

<sup>13</sup> WORLD ECONOMIC FORUM. The travel and tourism competitiveness report 2007. Furthering the process of economic development. Genebra, Suíça, 2007.



conhecimento da última técnica [...] implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva” (HARVEY, 1989, p. 151).

As evidências no crescimento do fluxo do turismo receptivo no Brasil (Tabela 2) sugerem a relação entre o ambiente econômico e o crescimento do setor, já mencionada anteriormente. O país vem ampliando seu papel no “*ranking*” dos principais receptores de turistas no mundo, acompanhando as tendências de desconcentração<sup>14</sup> dos fluxos internacionais, com a inclusão de novos destinos nas rotas preferenciais dos viajantes. O Brasil e países da Ásia e Pacífico aumentam a participação nos novos destinos e rotas dos viajantes mundiais.

**Tabela 2 - A Participação do Turismo Receptivo por Ano, segundo a Entrada de Turista. Brasil, 1970-2005.**

Ano	Turista	Ano	Turista
1970	249.900	1988	1.742.939
1971	287.926	1989	1.402.897
1972	342.961	1990	1.091.067
1973	399.127	1991	1.228.178
1974	480.267	1992	1.692.078
1975	517.967	1993	1.641.138
1976	555.967	1994	1.853.301
1977	634.595	1995	1.991.416
1978	784.316	1996	2.665.508
1979	1.081.799	1997	2.849.750
1980	1.625.422	1998	4.818.084
1981	1.357.879	1999	5.107.169
1982	1.146.681	2000	5.313.463
1983	1.420.481	2001	4.772.575
1984	1.595.726	2002	3.784.898
1985	1.735.982	2003	4.132.847
1986	1.934.091	2004	4.793.703
1987	1.929.053	2005	5.358.170
		2006	5.018.991

FONTE: DPF, EMBRATUR, 2006.

Ocupando o 16<sup>o</sup>. lugar no *ranking* turístico mundial, o fluxo (receptivo) brasileiro registrou, no período 2004-2005, aumento na ordem de 12,5%, enquanto o crescimento do turismo internacional no mundo, em chegadas de turistas estrangeiros, registrou, no mesmo período, 5,5% (OMT, 2006; MTUR, 2006, p. 24).

<sup>14</sup> “Em 1950, somente 3% das chegadas internacionais se dirigiam para fora dos 15 principais países receptores [Estados Unidos, Canadá, México e países da Europa]. Já em 2004, 43% do total de chegadas internacionais se realizaram fora destes 15 países receptores principais (...) para o grupo de países classificados a partir da 16<sup>a</sup> colocação no “*ranking*”, entre os quais se encontra o Brasil” (MTUR, 2006, p. 22).

Os dados não incluem a participação do turismo doméstico no setor. Apesar das insuficientes estatísticas devido às dificuldades na caracterização do mercado interno, o turismo doméstico tem relevância na economia do país, como será demonstrado logo adiante.

Vale ressaltar que a qualidade do conjunto heterogêneo de produtos e serviços pode influenciar sobremaneira o fluxo de visitantes a uma determinada localidade. Esses deslocamentos de um lugar para outro respondem em parte aos efeitos do processo da globalização, isto é, sugere a replicação da 'idéia de difusão' que se caracteriza por fluxos de capital, trabalho, mercadorias, informações e imagens. (LASH e URRY, 1994, p. 4-12).

Assim, as cidades mais equipadas apresentam vantagens competitivas em relação às menos equipadas, com isso, a competição entre essas localidades torna-se mais vigorosa, na medida que busca atender às exigências dos consumidores mais seletivos e exigentes. Para estes, “[...] a cidade tem que parecer como lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver, visitar, para jogar ou consumir” (HARVEY, 1996, p. 55).

Sobre a competitividade dos destinos turísticos, Gooroochum e Sugiyarto apresentam um modelo de avaliação com um rol de variáveis para análise do grau de competição entre os países: infraestrutura, preço, abertura econômica, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento humano no turismo, desenvolvimento social, meio ambiente e recursos humanos (GOOROOCHUM e SUGIYARTO<sup>15</sup>, *apud* MTUR, 2007, p. 13-14). A correlação entre as variáveis que determinam a capacidade dos destinos turísticos de se adaptarem às necessidades do turismo poderá determinar, também, o aumento do fluxo turístico. A prerrogativa se ajusta ao turismo internacional e nacional.

### **3.1.2 Fluxo turístico interno**

O levantamento, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas-FIPE<sup>16</sup> (1998) a pedido da EMBRATUR, dimensionou o turismo interno no país. O relatório apresenta informações que merecem reflexão sobre a importância do segmento na geração de emprego e renda e traz, também, um panorama da situação do turismo doméstico, tais como:

---

<sup>15</sup> GOOROOCHURN, N. SUGIYARTO, G. Measuring Competitiveness. In The Travel and Tourism Industry. Discussion Paper -TTRI. Nottingham University Business School University of Nottingham. 2004.

<sup>16</sup> A FIPE realizou novo estudo em 2006. Os dados ainda permanecem reservados ao Ministério do Turismo, e brevemente serão disponibilizados para consulta.

- A predominância do fluxo intraestadual comparativamente aos inter-regionais, isto é, os próprios estados destinos respondem por 45,5% do seu emissivo;
- A escolha dos principais destinos leva em conta a proximidade às cidades de origem dos turistas, com destaque para Balneários e Estâncias Climáticas e Hidrominerais;
- A maioria dos turistas domésticos se hospeda em casa de amigos (73,2%, na distribuição por classe de renda, as classes DE17 participam com 62,4%), a segunda alternativa é a hospedagem em hotel (11,5%);
- O acesso aos destinos turísticos é feito por ônibus de linha (49,6%), carro próprio (36,5%), através de carona (11,8%), de transporte aéreo (6,8%), de ônibus de excursão (6,1%) e carro alugado (1,0%).
- O resultado sugere que o custo é fator determinante na motivação da viagem por motivo de lazer e está fortemente relacionada à visita a amigos ou familiares (grupo de renda DE 65,7% e 44,7 ABC). As atrações turísticas são responsáveis por parques 5,3%. Já entre a decisão para realizar viagens de não lazer, o fator predominante é a viagem de negócios (39,7%), seguida por motivos de saúde (18,3%); religiosos (11,7%); participação em Congressos e razões de educação formal (10,7).
- Outros tipos de serviços mais utilizados pelos turistas internos, nos centros receptivos, segundo o grau de utilização: Restaurante (56,6%) seguido de Supermercado (40,4%), Diversão (31,2%), Transportes Locais (30,6%) e Comércio de lembranças.
- A centralidade de São Paulo no fluxo turístico do turismo doméstico é o principal emissor (24,5%) e maior receptor (18,7%) de turistas, respondendo por 1/3 dos gastos do turismo doméstico do país.

O relatório evidencia, também, a situação já mencionada na seção anterior, ou seja, a tendência do comportamento da economia e a relação estreita entre crescimento econômico e fluxo turístico. Seis Estados comportam 50% do fluxo total. São eles, São Paulo, com cinco das principais destinações (São Paulo, Praia Grande, Ubatuba, Caraguatatuba e Santos), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro e Cabo Frio), Bahia (Salvador e Porto Seguro), Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Ceará, acumulam-se 56,0% do emissivo e 52,2% do receptivo. O

---

<sup>17</sup> Classes de renda: Classe D corresponde as quantias percebidas entre R\$305,00 a R\$575,00, com Renda Média igual a R\$505,00. Considera-se Classe C os rendimentos até R\$340,00, isto é, Renda Média R\$265,00.

bom desempenho dos Estados da Bahia e Ceará ressalte-se, é decorrente dos investimentos públicos e privados no implemento da atividade<sup>18</sup>.

Essa situação pouco difere na análise do fluxo turístico nos municípios, os de maior renda preponderam, pois estes, além de serem mais equipados, dispõem de mais recursos de acessibilidade aos principais centros emissores. Maior investimento em infraestrutura faz a diferença, também. No turismo doméstico, como demonstram os dados, as cidades de “São Paulo (4,1%) e do Rio de Janeiro (3,5%), entre mais de 5.000 municípios, respondem por quase 8% do receptivo do Turismo Interno do País” (FIPE, 1998; EMBRATUR, 1998).

O movimento de passageiros nos Aeroportos do Brasil (Tabela 3) demonstra o constante e crescente fluxo de turistas nacionais. O número de desembarques de passageiros domésticos no ano de 2005 somou 43.130.559. Os dados são referentes ao número total de desembarques.

**Tabela 3 - Desembarque de Passageiros em Vôos Nacionais - Variação Anual 1996-2005.**

Ano	Vôos Regulares	Variação (%)	Vôos Não-Regulares	Variação (%)	Total	Variação (%)
1996	18.097.975	-	1.434.627	-	19.532.602	-
1997	19.860.172	9,74	1.415.792	(1,31)	21.275.964	8,93
1998	24.817.036	24,96	1.687.599	19,20	26.504.635	24,58
1999	24.966.812	0,60	1.769.558	4,86	26.736.370	0,87
2000	26.453.570	5,95	2.068.375	16,89	28.521.945	6,68
2001	30.064.573	13,65	2.539.122	22,76	32.603.695	14,31
2002	30.320.820	0,85	2.694.476	6,12	33.015.296	1,26
2003	28.534.658	(5,89)	2.207.379	18,08	30.742.037	6,89
2004	33.727.312	18,20	2.827.213	28,08	36.554.525	18,91
2005	39.877.656	18,24	3.218.172	13,83	43.095.828	17,89

FONTE: Estatísticas básicas do turismo 2000-2005 (MTUR, 2006).

NOTAS: Com base nos dados da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO  
Dados de 2000 a 2004 revisados. Dados de 2005 estimados

O transporte aéreo ilustra bem o que se considera produto característico do turismo, na perspectiva das Atividades Características do Turismo (ACT) do estudo do IBGE (2008), isto é, a diminuição ou inexistência de consumo do transporte aéreo pelos visitantes poderá resultar na redução ou extinção da oferta desse serviço. Assim sendo, pode-se afirmar que “neste tipo de transporte, observa-se o predomínio de turistas, entre os seus usuários. Isto porque o deslocamento propiciado por este meio de transporte implica, em geral, um percurso

<sup>18</sup> Na década de 1990 o turismo toma centralidade política como paliativo para a crise econômica com a criação do Programa de Desenvolvimento para o Turismo no Nordeste-PRODETUR-NE como alternativa às economias deprimidas dos estados nordestinos (RODRIGUES, 2001, p. 149)

bastante distinto ao utilizado pelos passageiros em seu entorno habitual” (IBGE, 2008, p. 9-10).

O desembarque mensal de passageiros em vôos nacionais, em 2005, estimados pela INFRAERO (MTUR, 2006), demonstra que os efeitos da sazonalidade são menos aparentes que nos dados de desembarques de turistas internacionais<sup>19</sup>. Porém, dois aspectos devem ser considerados. Primeiramente, na análise da totalidade das viagens domésticas, o ônibus de linha e o carro próprio são os meios de transporte mais utilizados. A preponderância desses meios de transporte dificulta sobremaneira a mensuração do turismo doméstico ou nacional, principalmente quando os deslocamentos são efetuados via uso de automóvel particular ou ônibus de linha comercial. Segundo, no que diz respeito ao transporte aéreo, o mês de menor fluxo é maio, já os meses de maior fluxo, primeiramente, o mês de julho, seguido do mês de dezembro. Contudo, esse meio de transporte ocupa o terceiro lugar nas opções dos viajantes. Essas considerações devem-se à hipótese de que o maior fluxo ocorre nos meses de janeiro e fevereiro período das férias escolares e da alta temporada do turismo brasileiro.

Estimativas dão conta de que a concentração das viagens na alta temporada, respondem por “70,5% das viagens do ano (média de 17,6% a.m.); restando 30% para serem realizadas em outros 8(oito) meses (média de apenas 3,7% a.m.)” (EMBRATUR, 2005).

A sazonalidade reflete em impactos diretos e indiretos no setor, inclusive na situação de ociosidade dos equipamentos turísticos, que diante da frequência irregular de uso tem seus custos fixos de manutenção ampliados, com resultados na composição do preço dos serviços prestados ao turista, que muitas vezes na ótica do visitante não são compatíveis. Além disso, na alta estação, no “... momento em que a demanda se apresenta disposta a consumir uma quantidade significativamente maior, a capacidade de oferta não consegue se ajustar em tempo à nova realidade” (TAKASAGO, 2006, p. 30).

O turismo doméstico ou turismo interno foi estimado, nas consideradas viagens domésticas<sup>20</sup>, em 32,7%, a média nacional de brasileiros não-turistas é de 67,3%. Na distribuição de classe por renda, 53,3% na ABC e na DE 76,6% (FIPE, 1998). Os dados ratificam a relação turismo e renda. A variável tem efeito restritivo e interfere negativamente nas possibilidades das classes de menor renda exercerem o papel de turista, apesar destas se

---

<sup>19</sup> Meses de maior fluxo, primeiramente, o mês de julho (4.247.000), seguido dos meses de dezembro (4.010.218), outubro (3.909.997), setembro (3.702.542) e agosto (3.713.614).

<sup>20</sup> O levantamento das capacidades da demanda turística foi elaborado por tipos de viagem: Viagens Rotineiras, caracterizadas como sendo típicas de fins de semana, feriados prolongados ou de frequência diferenciada nos meses, ao longo do ano, de não longo percurso; e pelos Meios de Hospedagem predominantemente utilizados, tipo residências secundárias; e Viagens Domésticas ou viagens internas, exceto as rotineiras, caracterizados por serem viagens planejadas e pela representatividade ao conceito de turismo interno (MTUR, 1998; FIPE, 1998).

sentirem propensas a viajar e conhecer outros locais. Isso resulta no alto percentual de não-turistas, sendo a renda um dos fatores limitativos na distribuição por classes, fator mais relevante nas classes de menor renda.

### 3.2 A Participação do PIB

A importância econômica do turismo no plano mundial teve crescimento significativo na última década. O crescimento econômico mundial médio, de acordo com o PIB, foi de 3,5 ao ano, enquanto a atividade turística contribuiu com 4,4% anualmente. Além disso, o setor tem representativa criação de empregos “Aproximadamente, de 6% a 8% do total de empregos gerados no mundo depende do turismo” (OMT, 2000; MTUR, 2006, p. 21).

Embora o turismo tenha tido sua participação ampliada na economia brasileira a partir da década de 1980, esse aumento da participação do setor no PIB brasileiro (Tabela 4) não necessariamente pode ser entendido como melhoria de vida das populações que habitam as cidades ou municípios turísticos. Ainda que exista consenso de que o turismo é umas das atividades econômicas mais dinâmicas na atualidade, permanece o impasse quanto ao seu desempenho no desenvolvimento socioeconômico e a contribuição do setor do turismo para o PIB brasileiro, pois “a participação do turismo no PIB brasileiro é de 2,8%, a demanda final é de 3,72% e a participação da produção turística no valor bruto da produção do país é de 3,23%” (TAKASAGO, 2006, p. 15).

**Tabela 4 - Estimativa do PIB Turístico e sua Participação no PIB Brasileiro – 1980 e 1987/95.**

<b>ANOS</b>	<b>PIB</b> (Em R\$ Milhões, a Preços Constantes, Base 1995)	<b>PIB TURÍSTICO</b> (Em R\$ Milhões, a Preços Constantes, Base 1995)	<b>PIB TURÍSTICO/PIB TOTAL (Em %)</b>
1980	492.628	12.907	2,62
1987	584.206	38.685	6,62
1988	583.574	40.431	6,93
1989	601.890	50.972	8,47
1990	575.995	52.419	9,10
1991	577.890	42.938	7,43
1992	572.838	39.610	6,91
1993	596.837	—	—
1994	631.574	48.740	7,72
1995	658.100	52.670	8,00

FONTE: MICT/EMBRATUR - FADE/UFPE (1998, p. 5).

O Brasil evidencia crescimento expressivo do segmento no plano interno e externo, que vem apresentando anualmente uma tendência de expansão na demanda real (Tabelas 5 e 6), com consideráveis possibilidades de ampliação desse resultado diante da demanda potencial. Essas probabilidades dependem de ações mais efetivas de articulação dos setores diretamente ligados ao segmento e à instância pública. Esta última apresenta ainda tímida expressividade na implantação do plano de desenvolvimento do turismo, na perspectiva do turismo receptivo, apesar dos bons resultados da receita cambial turística em relação ao resultado mundial, além do aumento considerável registrado a cada ano, pois desde 1996 vem apresentando evolução. Esse aumento das reservas cambiais é relevante para países como o Brasil, que vive com desequilíbrio na balança de pagamento.

**Tabela 5 - Receita Cambial Turística dos principais países receptores de turistas 2001-2005 (Em US\$ bilhões).**

País	2001	2002	2003	2004	2005	2001-2005 (%)
França	76,5	66,5	64,3	74,5	81,7	9.66
Espanha	49,5	33,6	39,6	45,2	47,9	5.97
Estados Unidos	45,5	32,3	36,6	40,8	42,3	3.68
China	33,2	26,9	31,2	35,7	35,4	-0.84
Itália	39,1	17,6	22,7	27,3	30,4	11.36
Reino Unido	22,8	20,4	17,4	25,7	29,3	14.01
México	19,8	19,2	23,1	27,7	29,2	5.42
Alemanha	17,9	11,9	13,2	15,9	18,2	14.47
Turquia	11,6	11,2	14,0	15,4	15,5	0.65
Áustria	18,2	8,1	10,3	13,0	14,9	14.62
<b>Brasil</b>	<b>1,7</b>	<b>2,0</b>	<b>2,5</b>	<b>3,2</b>	<b>3,9</b>	<b>21.88</b>
Outros	349,6	237,2	257,9	308,3	332,8	7.95
Total	688,5	486,9	532,8	632,7	681,5	7.71

FONTE: Embratur: Estatísticas básicas do turismo 2000-2005. Organização Mundial do Turismo - OMT  
NOTAS: Dados de 2001 a 2004 revisados. Dados de 2005 estimados.

A participação ampliada do Brasil na receita cambial turística em relação à América do Sul e ao Mundo gera importantes efeitos multiplicadores na atividade econômica e tem a capacidade de propagar-se positivamente em outros segmentos da economia, principalmente no âmbito local. Contudo, “[...] o País ainda não alcançou um patamar de estabilidade e não ocupa um lugar no mercado turístico, nacional e internacional, compatível com as suas potencialidades e vocações” (MTUR, 2006, p. 13).

Diante desse ativismo, os principais países receptores de turistas “atribuem a esse importante segmento econômico parte da tarefa de equilibrar e até obter superávit em suas

balanças de serviços apenas com receitas advindas do turismo” (Informe BB<sup>21</sup>, 1999, *apud* CASIMIRO FILHO, 2002, p. 1).

No plano mundial, os bons resultados do setor devem-se, em parte, à melhoria das condições de vida das pessoas e dos próprios países, fruto do avanço tecnológico nos transportes e da informação. No Brasil, pouco conhecimento se tem dos reflexos do setor na melhoria de vida das pessoas, embora dados apontem crescimento nas variáveis PIB e emprego. Ocorre constante aumento da participação do PIB turístico no PIB brasileiro e manteve, também, estável o crescimento na criação de empregos. Estima-se que 560 mil empregos foram criados no período como consequência da movimentação econômica gerada pelo setor (FGV, 2006), superando o conjunto da economia.

**Tabela 6 - Receita Cambial Turística por ano no Mundo, América do Sul e Brasil 1996-2005.**

Ano	No Mundo (Em US\$ Bilhões)	Variação %	Na América do Sul (Em US\$ Bilhões)	Variação %	No Brasil (Em US\$ Bilhões)	Variação %
1996	435,6	-	10,7	-	0,8	-
1997	436,0	0,09	11,4	6,54	1,1	<b>37,50</b>
1998	442,5	1,49	11,8	3,51	1,6	<b>45,45</b>
1999	445,0	0,56	11,6	(1,69)	1,7	-
2000	482,9	8,52	12,2	5,17	1,8	<b>12,50</b>
2001	471,6	2,34	11,3	(7,38)	1,7	<b>(5,56)</b>
2002	486,9	3,24	9,2	(18,58)	2,0	<b>17,65</b>
2003	532,8	9,43	10,5	14,13	2,5	<b>25,00</b>
2004	632,7	18,75	10,9	3,81	3,2	<b>28,00</b>
2005	681,5	7,71	<b>13,0</b>	19,27	<b>3,9</b>	<b>21,88</b>

FONTE: Embratur: Estatísticas básicas do turismo 2000-2005

Organização Mundial do Turismo - OMT e Banco Central do Brasil - BACEN

NOTAS: A partir de 2005 utilizar-se-á os dados da série histórica da Receita Cambial calculada pelo Bacen. Dados de 2000 a 2004 revisados. Dados de 2005 estimados.

Essa contribuição na geração de empregos, além de relevante para a economia brasileira no período é, também, um dos pontos de concordância entre os autores citados nas temáticas relacionadas à atividade, considerando-se as controvérsias sobre as conceituações e impactos do setor demonstrado na seção anterior. Esse consenso deve-se à capacidade de geração de emprego, ainda que a oferta de emprego tenha função secundária no desenvolvimento econômico do setor, considerando-se as políticas voltadas ao setor. Essas políticas embora reconheçam que a capacidade de geração de empregos no setor é

<sup>21</sup> Informe BB. Turismo. Revista de Comercio Exterior, n. 21, p. 16-20, fev. 1999.



significativa e pode ter relevância na economia de municípios e cidades, empreendem poucas ações efetivas de incentivo a formalização e melhoria da situação do emprego no turismo.

O setor de turismo tem baixo custo de implantação em relação a outros segmentos econômicos,

[...] com apenas 0,17 do investimento foram gerados 5,56 % do PIB, logo o investimento no setor de turismo teve um resultado extraordinariamente grande. Some-se a isso, o fato de que é bastante comum o estabelecimento da parceria entre organizações públicas e privadas no incremento dessa estrutura (UNB-CET/Núcleo de Economia de Turismo, 2004, p. 6-7).

Os investimentos traduzem-se em rendimento crescente, como demonstra o estudo do Centro de Estudos em Turismo-CET que, com base na Matriz de Contabilidade Social-MCS de 2002, concluiu que o turismo representou 5,56% do PIB da economia brasileira, o que indica um grande potencial de crescimento para o setor.

Ressalta-se que o crescente fluxo de chegada de turista e os bons resultados do PIB turístico em relação ao PIB total não evidenciam que a população se apodera da renda total gerada. Persiste a dúvida se os reflexos na estrutura de distribuição de renda nas cidades e municípios turísticos ocorrem e de que forma ocorre.

### **3.3 A Desagregação Setorial**

A compreensão do impacto gerado pela atividade turística na economia e os efeitos sobre a distribuição de renda demanda o dimensionamento dos setores, subsetores ou classes de atividade que compõem o turismo. A seção traz esclarecimentos sucintos sobre os principais autores que abordaram a dimensão do setor, em tentativas de agregação e desagregação. Em contraste com outros segmentos econômicos, os quais têm uma caracterização econômica melhor definida e com maior grau de autonomia em relação às demais atividades, o turismo possui grau elevado de dependência de outros setores da economia. É uma atividade composta, resultante dos produtos característicos do turismo no conjunto total de bens e serviços.

O conjunto de atividades que compõem o turismo, dentro da estrutura produtiva, não é considerado como setor econômico, porque demanda um conjunto de bens e serviços que podem ser produzidos e demandados por outros setores. Com isso, essa participação setorial a

partir de uma abrangência macro, em nível nacional, pode sofrer mudanças no resultado quando da análise dos municípios que dependem economicamente do turismo, principalmente quanto ao macro-setor não turístico, que pode ser afetado com o crescimento econômico da atividade (IBGE, 2008, p. 25).

Para ampliar a complexidade na desagregação setorial do turismo, há ainda as dificuldades na quantificação do que é de uso do turista e de uso do residente. Assim, “devido à heterogeneidade tanto de seus processos produtivos quanto do volume de seus negócios, as atividades características do turismo exercem graus diferenciados de impacto na economia brasileira”. (IBGE, 2008, p. 17)

Os meios indispensáveis ao deslocamento de um turista quando decide viajar, denominados “*trade turístico*”, são atividades econômicas envolvidas na prestação de serviço para atender às necessidades básicas de uma viagem turística<sup>22</sup> (Figura 1), de acordo com a disponibilidade de tempo livre, da renda disponível e das aspirações. O desenho retrata a inter-relação.



**Figura 1 - Inter-relação entre as atividades econômicas no processo turístico**

FONTE: Baseado nos canais de distribuição do turismo de Krippendorf (1971)<sup>23</sup> e Crisóstomo (2004).

<sup>22</sup> “Nem toda a viagem é turística, [...] embora todas as viagens importem em deslocamento físico e espacial e revertem em gastos e lucros, o fenômeno turismo, em sua concepção ideal pura, é um deslocamento realizado por prazer a locais que despertem algum tipo de interesse objetivo ou subjetivo” (ANDRADE, 2000, p. 18).

<sup>23</sup> CRISÓSTOMO, F. R. Turismo & hotelaria. São Paulo: DCL, 2004.

As atividades diretamente ligadas ao turismo incluem os serviços necessários aos visitantes que empreendam viagens por lazer ou por necessidade, subsidiando-os na formulação de roteiros, reserva de hospedagem, transporte, guiamento, serviços de eventos e outros serviços demandados.

Os agentes econômicos que compõem o mercado turístico, tais como consumidores (turistas) e produtores (fornecedores dos bens e serviços turísticos) formam um binômio indispensável à implantação e manutenção da atividade que requer:

[...] um conjunto de instalações, edificações, infraestrutura e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística, tais como meios de hospedagem [hotéis, pousadas, motéis, acampamentos, etc.], serviços de alimentação [restaurantes, lanchonetes, bares, etc.], entretenimentos [parques, clubes, marinas, estádios, etc.], equipamentos diversos [operadoras, agências de viagens, transportadoras, locadoras, casas de câmbio, bancos, museus, etc.], sistema de transportes [aeroportos, rodoviárias, etc.], sistema de comunicações [agências postais, postos telefônicos], equipamentos vários [postos hospitalares, delegacias de polícia, corpo de bombeiros, etc.], e outros sistemas [saneamento, água, eletricidade, gás, etc.] (LAGE e MILONE, 2001, p. 165-166).

Parte do conjunto de instalações que o turismo necessita, muitas vezes já está contemplada nas localidades onde a atividade se estabelece, o que facilita a implantação do segmento em substituição a outras atividades em declínio ou como mais uma possibilidade.

O conjunto de bens e serviços que se oferece ao turista é um produto composto que pode ser analisado em função dos componentes básicos que o integram: os atrativos, as facilidades e os acessos. Na hierarquia dos componentes necessários à atividade turística, preponderam os atrativos turísticos, uma vez que são os que determinam à seleção, por parte do turista, do destino de sua viagem, e que geram uma corrente turística até a sua localização. (ACERENZA, 1991, p. 7-9).

Para o autor, esses componentes formam o produto turístico. Nesse produto, os atrativos de sítio e de eventos têm primazia, pois são os responsáveis pela geração de atratividade, isto é, atraem o turista para determinada localidade. Entretanto, para a permanência do turista no local, são necessárias “facilidades”, tais como alojamento, alimentação, entretenimento e complementares (passeios locais e excursões), além do componente “acesso” (transporte aéreo, terrestre, marítimo e fluvial), que viabiliza o deslocamento e a chegada do visitante ao atrativo que será visitado.

Para a maioria dos estudiosos do turismo, o setor abrange diretamente os segmentos que compõem as atividades de serviços turísticos voltados para o atendimento ao turista, tais como:

- Operadoras e agências de viagens;
- Estabelecimentos de hospedagem;
- Transporte de passageiros regular e não regular;
- Empresas de eventos;
- Restaurantes, Bares e Similares;
- Atividades auxiliares de transporte/ aluguel de carros e de outros meios de transporte
- Serviços recreativos, culturais e esportivos.

Outros autores buscam justificar as contradições em torno da mensuração da abrangência do setor. A falta de consenso deve-se, em grande parte, à dificuldade em quantificar quanto dessas atividades é de uso do turista, quanto é de uso do residente no destino turístico, situação que se evidencia também nos dados estatísticos pouco precisos.

Enquanto a definição e a abrangência da indústria do turismo são repletas de problemas, é possível observar sua grande importância econômica, como fonte geradora de renda. [...] O turismo provoca impacto em todos os níveis da economia, ao meio ambiente, à sociedade e à cultura. Por essa razão precisamos entender completamente a natureza de sua atividade e a maneira pela qual as dinâmicas da atividade influenciam as sociedades anfitriãs e geradoras. (COOPER, SHEPHERD e WESTLAKE, 2001, p. 90-91).

A lacuna quanto à abrangência do setor perde fôlego diante das recentes publicações como o estudo “Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005”, resultante do acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Turismo, a EMBRATUR e o IBGE (2008). O estudo, baseado nos dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN), compõe os principais agregados macroeconômicos das atividades que caracterizam o turismo e a participação do setor na economia, na perspectiva do resultado econômico do consumo dos visitantes. Assim, “os produtos característicos do turismo são, portanto, um subconjunto da lista de produtos específicos do turismo e, por isso, não refletem exhaustivamente todos os impactos diretos e indiretos que a atividade turística exerce na economia como um todo” (IBGE, 2008, p. 10).

Essas atividades são imprescindíveis em uma localidade turística ou no entorno desta para a ocorrência ou não do fluxo turístico. Ressalte-se que a lista da desagregação do setor

desperta opiniões divergentes quanto ao dimensionamento dos segmentos que estão direta e indiretamente relacionados à atividade econômica. O turismo abrange 80 (oitenta) produtos e 42 (quarenta e dois) setores (IBGE, 1997). Alternativamente, Milene Takasago (2006), baseada na matriz construída por Casimiro Filho (2002), obteve uma tabela de usos com 95 produtos e 55 setores de atividades, referenciada no padrão da Organização Mundial do Turismo - OMT.

A autora utilizou-se da Matriz de Contabilidade Social do Brasil<sup>24</sup> para o Turismo (MCST), para o ano 2002, como ponto de partida no dimensionamento do setor de turismo na economia brasileira. A MCST deriva da Matriz Insumo-Produto (MIP)<sup>25</sup> que foi construída de acordo com a metodologia proposta por Guilhoto *et al* (2002)<sup>26</sup>. A autora esclarece ainda que na MIP para o turismo foram utilizados dois métodos. Primeiramente, compatibilizaram-se as tabelas de Recursos (elementos que compõem a oferta total de bens e serviços da economia) e Usos (elementos que compõe a demanda total), que permitem estimar o PIB pela ótica do produto, da renda e da despesa.

Em seguida, procedeu-se à inserção da atividade turística na matriz de insumo-produto para o ano 2002, com base na metodologia desenvolvida por Casimiro Filho (2002), que será abordada a seguir. Esse método possibilitou a desagregação das atividades econômicas em transporte, importante para definição daquilo que é tomado como atividade turística, serviços prestados às famílias consumidoras (turistas) e serviços prestados às empresas. A desagregação é importante para o dimensionamento da abrangência do setor no nível municipal que será realizada a frente (estudos empíricos).

A metodologia desenvolvida por Casimiro Filho<sup>27</sup>, denominada modelo de insumo-produto da economia turística no Brasil, apresentada em sua tese, é baseada, também, no modelo insumo-produto elaborado por Guilhoto *et al* (2001) para o ano de 1999.

Segundo o autor, os setores e produtos das tabelas de insumo-produto encontram-se de forma agregada e, em vista disso, procederam-se algumas alterações para ajuste da matriz

---

<sup>24</sup> Construída por Arbache *et alii* (2004).

<sup>25</sup> A Matriz Insumo-Produto possibilita a verificação das relações inter-setoriais na produção. Para tanto, segmenta-se a economia em setores produtivos e faz-se o detalhamento da demanda final das instituições, o valor adicionado das atividades, os impostos indiretos e o número de pessoas ocupadas por atividade. É composta por uma matriz de produção e outra de uso dos insumos. A dimensão da matriz de produção é de 42 setores por 80 produtos, e a matriz de uso de 80 produtos, por 42 setores (TAKASAGO, 2006, p. 4, 85).

<sup>26</sup> GUILHOTO, J. J. M.; OLIVEIRA, A.F.; GRAMIERO, A. H. ET AL. Notas metodológicas de construção da matriz de insumo-produto para economia brasileira para 1999. Piracicaba: DEAS/ESALQ/USP, 2001. (Relatório de Atividades).

<sup>27</sup> A elaboração do modelo de insumo-produto para o turismo, a partir da matriz de insumo-produto geral para a economia brasileira, dar-se-á por meio da agregação de alguns setores [os que, segundo a literatura, tem pouca relação com o turismo] e da desagregação de outros setores [os que podem ser considerados de maior projeção turística] (CASIMIRO FILHO (2002, p. 56-57, 59).

com o objetivo de atender aos propósitos do trabalho. Na descrição da agregação e desagregação, esclarece que seguiu a Classificação Uniforme das Atividades Turísticas (CIUAT) da OMT e a classificação Nacional de atividades Econômicas (CNAE) do IBGE para a primeira e, na segunda, considerou o grau de homogeneidade das atividades de cada um. (CASIMIRO FILHO, 2002, p. 43).

A classificação dos produtos da Matriz e os setores agregados e desagregados resultante do estudo de Casimiro Filho (2002, p. 59-64) obtiveram um quadro de agregação e desagregação dos setores usados na construção do modelo de insumo-produto do turismo (1999) com 80 produtos da matriz e 54 setores desagregados e agregados, necessários para relacionar as atividades turísticas no Brasil.

As atividades selecionadas que compõem o segmento turismo somam doze para os dois autores e são semelhantes. Francisco Casimiro Filho (2002, p. 58) selecionou as atividades considerando as definições de autores citados no estudo (LAGE & MILONE, 1991; LUNDBERG *et al*, 1995; PACI, 1996; TIOTI-Espanha, 1996 e a EMBRATUR). Primeiramente, o autor fez a agregação das atividades e posteriormente a desagregação dos serviços turísticos.

Para analisar a participação do setor na economia brasileira, Casimiro Filho fez a agregação e desagregação dos setores, resultando em 54 setores<sup>28</sup> (Anexo 1) do modelo insumo-produto. Na agregação, que resultou em seis macro-setores, considerou o grau de homogeneidade das atividades (Tabela 7).

**Tabela 7 - Participação Setorial no Valor da Produção e no Valor Adicionado, Brasil, 1999.**

Macro-setores	Participação setorial no valor da produção (%)	Participação setorial no valor adicionado (%)
AGROPECUÁRIA	7,47	7,89
INDÚSTRIA	35,44	22,06
S.I.U.P	2,81	2,73
CONSTRUCAO CIVIL	8,37	9,06
SERVIÇOS NÃO-TURÍSTICOS (1)	41,70	54,68
SERVIÇOS TURÍSTICOS	4,22	3,59
Transporte rodoviário de passageiros, regular	19,72	21,78
Transporte rodoviário de passageiros, não-regular	1,44	1,59
Transporte regular para exploração de pontos turísticos	0,02	0,02

<sup>28</sup> Composto pelos seguintes setores: Transporte rodoviário de cargas, Outros transportes terrestres, transporte aquaviário, atividades auxiliares aos transportes aquaviários. Outras atividades auxiliares ao transporte, comércio, comunicações, instituições financeiras, Outros serviços prestados às famílias. Outros serviços prestados às empresas, Aluguel de imóveis, administração pública e serviços privados não-mercantis CASMIRO FILHO (2002, p. 99).

Conclusão da primeira

Macro-setores	Participação setorial no valor da produção (%)	Participação setorial no valor adicionado (%)
Transporte aéreo, regular	16,17	13,55
Transporte aéreo, não-regular	0,91	0,78
Agências e organizadores de viagens	4,46	3,74
Atividades auxiliares aos transporte Terrestre	1,48	1,63
Atividades auxiliares aos transporte Aéreo	1,20	1,01
Estabelecimentos hoteleiros outros tipos de alojamento	9,95	9,43
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação	34,98	33,14
Atividades, recreativas, culturais e desportivas	8,73	11,90
Aluguel de automóveis e outros meios de transporte	0,95	1,46

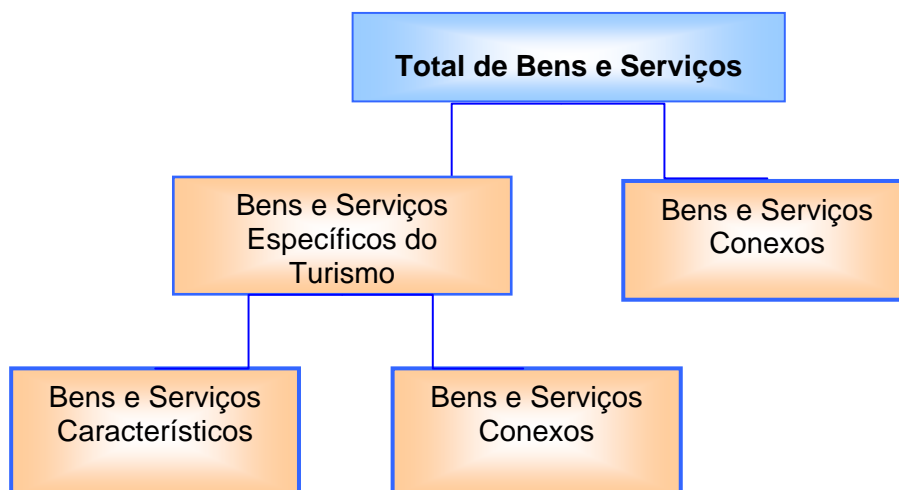
FONTE: CASIMIRO FILHO, F. contribuições do turismo à economia brasileira. Tese apresentada à Escola Superior de agricultura “Luiz de Queiroz/USP. Piracicaba, 2002. p. 100.

NOTA: Dados estimados pelo autor.

A classificação realizada pelo IBGE, a partir dos dados do SCN, considera como atividades econômicas características do turismo “aquelas nas quais as unidades econômicas, as empresas, produzem pelo menos um produto característico do turismo” (IBGE, 2008, p. 11), uma vez que essa categorização identifica quais produtos da produção principal são dependentes do consumo de visitantes.

A identificação e classificação das Atividades Características do Turismo (ACT) resultante do estudo do IBGE (2008) baseia-se em documentos internacionais que classificaram o setor objetivando dar compatibilidade aos dados estatísticos. A OMT desenvolveu a Classificação internacional Uniforme das Atividades Turísticas (CIUAT), que tem similaridade com a terceira revisão, elaborada pelas Nações Unidas, da International Standard Industrial Classification (ISIC), Anexo 2. O conjunto de ACT compreende a produção de bens e serviços característicos do turismo.

Para melhor entendimento da inserção dos produtos característicos do turismo no conjunto total de bens e serviços, representa-se o esquema conforme a recomendação da OMT.



**Figura 2 - Representação esquemática da inserção dos produtos característicos do turismo no conjunto total de bens e serviços.**

FONTE: IBGE, 2008.

A Classificação Nacional das Atividades Econômicas no Brasil (CNAE), adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pela Administração Pública é similar e compatível com a ISIC, pois “permite garantir a comparabilidade internacional das estatísticas produzidas no país”. (IBGE, 2008, p. 11). A equivalência dos códigos entre a classificação da ISIC e da CNAE das ACT segue o padrão estabelecido pela OMT (Tabela 8). Vale ressaltar que no conjunto de dados predominam as atividades prestadoras de serviços.

Para a construção da ACT, o IBGE utilizou como fonte para obter informações referentes à caracterização da estrutura produtiva das atividades de serviço e para a classificação de produtos para o setor de serviços, a Pesquisa Anual de Serviços - PAS 2003 e Suplemento Produtos e Serviços 2002-2003. Para mensurar os valores gastos com viagens não-rotineiras, utilizou a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002-2003, que trata do montante e da estrutura dos gastos com viagens não-rotineiras realizadas pelas famílias brasileiras, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2003.



**Tabela 8 - Correspondência entre a International Standard Industrial Classification - ISIC Rev. 3 e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0**

Descrição das atividades	International Standard Industrial classification (ISIC Ver. 3)	Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 1.0)
Hotéis e similares	551	55.1
Restaurantes e similares	552	55.2
Serviços de transporte ferroviário de passageiros	(1) 6010	60.1
Serviços de transporte rodoviário de passageiros	(1) 6021 e (1) 6022	6024 e 6025
Serviços de transporte marítimo de passageiros	(1) 611 e (1) 612	(1) 61.1 e (1) 62.2
Serviços de transporte aéreo de passageiros	(1) 621 e 622	(1) 62.1 e (1) 62.2
Serviços anexos de transporte de passageiros	(1) 6003	63.2
Agência de viagens e similares	6304	63.3
Aluguel de bens e equipamentos de transporte de passageiros	(1) 7111, (1) 7112, e (1) 7113	7110, 7121, 7122 e 7123
Serviços culturais	9232 e 9233	9252 e 9253
Serviços desportivos e de outros serviços de lazer	(1) 9214, (1) 9219, (1) 9241 e (1) 9249	9231, 9232, 9239, 9261, e 9262

FONTE: IBGE 2008, p. 14.

NOTA: (1) Somente uma parte das classes ou grupos está diretamente relacionada com as Atividades Características do Turismo.

Quadro extraído de: IBGE (2008). Economia do turismo: Uma perspectiva macroeconômica 2000 2005.

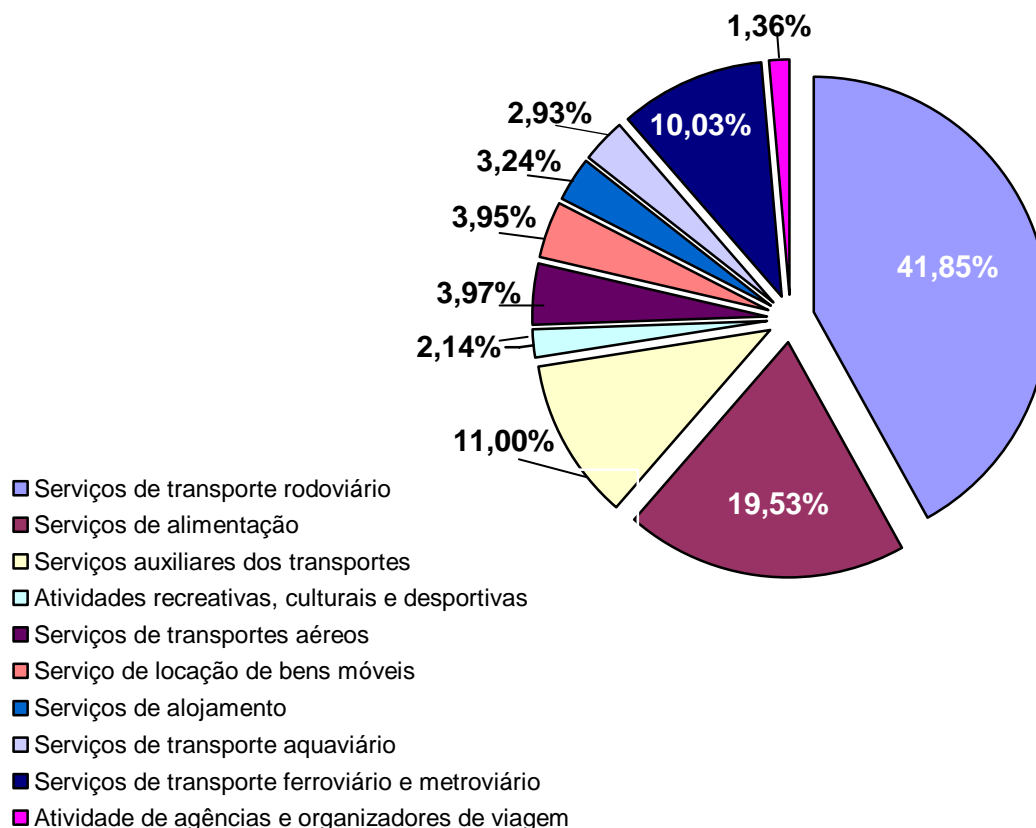
Estudos e Pesquisas. Informação Econômica, Rio de Janeiro, n. 7.

A PNAD 2003 possibilitou a construção dos indicadores socioeconômicos que “projetam uma visão da importância do turismo e de sua participação em relação à economia brasileira”. (IBGE, 2008, p. 15). Esses indicadores referem-se às unidades de produção, formalmente constituídas, relacionados às ACT. Os indicadores encontram-se assim distribuídos: macroeconômicos, setoriais, microeconômicos, demanda e socioeconômicos.

A seleção dos indicadores somados às atividades definidas pela OMT “como aquelas que de algum modo tem sua produção afetada por este consumo” viabilizou a construção das ACT. Embora se constitua em um grupo de atividades econômicas heterogêneas, o agrupamento e a análise consideraram o grau de interferência no desempenho do consumo dos turistas.

Os dados apresentados (Gráfico 1) sobre a participação dos segmentos que constituem as ACT ratificam a heterogeneidade das atividades que compõem o setor. Permitem, também, visualizar a relevância econômica do setor na economia brasileira.

**Gráfico 1 - Participação na geração de valor agregado das Atividades Características do Turismo, por setores de serviços - Brasil - 2005.**



A relevância econômica da atividade se faz presente no plano nacional e mundial, tanto que tem demonstrado crescimento médio superior aos setores da indústria e da agricultura, o que se traduz nos dados otimistas de organismos internacionais como a Organização Mundial do Turismo - OMT e a *World Travel and Tourism Council* - WTTC e em financiamento de projetos pelas agências multilaterais, como o BID.

Outro dado relevante é o crescimento da participação do valor adicionado das ACT (Tabela 9). No período 2005-2004, a evolução “correspondeu a 12,45%, enquanto para a economia brasileira esta variação foi de 10,47%. Com preços constantes, portanto, o valor adicionado das ACT registrou na economia brasileira, no ano 2005, uma participação de 6,93% contra 6,80% do ano anterior”.

**Tabela 9 - Valor Adicionado, Constante e Corrente da Economia das Atividades Características do Turismo, segundo Setores de Serviços - Brasil - 2001-2005.**

Setores de serviços	Valor adicionado (1 000 000 R\$)									
	2001		2002		2003		2004		2005	
	constante	corrente	constante	corrente	constante	corrente	constante	corrente	constante	corrente
	<b>1 036</b>	<b>1 118</b>	<b>1 153</b>	<b>1 273</b>	<b>1 288</b>	<b>1 470</b>	<b>1 553</b>	<b>1 666</b>	<b>1 715</b>	<b>1 842</b>
	<b>324</b>	<b>613</b>	<b>388</b>	<b>129</b>	<b>867</b>	<b>614</b>	<b>062</b>	<b>258</b>	<b>619</b>	<b>253</b>
<b>Atividades Características do Turismo</b>	<b>75 123</b>	<b>83 507</b>	<b>86 103</b>	<b>91 015</b>	<b>90 978</b>	<b>100 363</b>	<b>105 725</b>	<b>113 324</b>	<b>118 892</b>	<b>131 755</b>
Serviços de alojamento	2 518	2 772	2 842	2 769	2 932	2 990	3 115	3 476	3 920	4 271
Serviços de alimentação	15 650	17 646	18 586	20 428	21 047	19 846	21 047	23 142	24 375	25 729
Serviços de transporte ferroviário	1 412	1 312	1 385	1 461	1 529	1 810	2 115	2 449	2 492	2 823
Serviços de transporte rodoviário	31 976	34 319	34 039	37 925	36 454	43 360	45 086	45 900	47 018	55 138
Serviços de transporte aquaviário	1 257	2 317	2 855	2 117	2 266	2 105	2 287	3 720	3 807	3 862
Serviços de transporte aéreo	4 062	4 893	4 896	4 613	4 081	4 684	5 329	5 234	5 980	5 229
Serviços auxiliares dos transportes	6 751	7 519	8 025	8 168	8 407	9 693	10 354	12 455	12 802	14 494
<b>Atividade de agências e organizadores</b>										
Viagens	864	1 092	936	1 160	1 197	1 246	1 393	1 467	1 566	1 780
Serviços de locação de bens móveis	2 035	2 315	2 368	2 846	2 841	3 186	3 384	3 759	4 349	5 209
Atividades recreativas, culturais e Desportivas	8 598	9 322	10 171	9 528	10 224	11 443	11 615	11 722	12 583	13 220

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Sistema de Contas Nacionais.

No conjunto de ACT, os segmentos de serviços de alimentação e de transporte rodoviário foram os que apresentaram crescimento mais significativo em seu valor adicionado, seguidos dos serviços auxiliares de transportes e das atividades recreativas, culturais e desportivas. Sobre o comportamento do valor adicionado das ACT a preços correntes “... pode ser explicado, em parte, a partir do comportamento dos preços. No período, os preços do valor adicionado a preços básicos das ACT aumentaram em 10,82%, enquanto para a economia, como um todo, a variação foi de 7,38%, na comparação 2005/2004”. (IBGE, 2008, p. 26)

Esses e outros dados positivos sobre a atividade turística têm despertado o interesse dos governos em incentivar a implantação e a expansão do setor.

[...] seja em função do interesse que o assunto vem despertando através da imprensa, pelo crescimento de estudos relacionados ao tema, ou mesmo por fenômenos relacionados à difusão de padrões de consumo e estilo de vida promovidos pela indústria cultural, o fato é que nos últimos anos tem aumentado o número de países que vêem o turismo como uma alternativa defensável para aumentar suas receitas cambiais e melhorar os níveis de emprego e bem-estar de seus cidadãos (BEZERRA, 2002, p. 1).

A compreensão dos setores e subsetores que interferem direta e indiretamente no setor turístico foi necessária, também, para atender o propósito deste trabalho. Contudo, as agregações e desagregações apresentadas pelos autores, citados neste trabalho, atendiam parcialmente ao escopo proposto, quer seja, o de compreender se o setor promove igualdade ou desigualdade nos municípios em que a atividade tem papel relevante em sua economia, evidenciada na participação relativa do emprego total, no ano de 1991.

Assim, os setores e subsetores que interferem diretamente no setor turístico, examinados no estudo, são: operadoras e agências de viagens, estabelecimentos de hospedagem, transporte regular e não regular de passageiros, empresas de eventos, restaurantes, bares e similares de interesse turístico, atividades auxiliares de transporte, aluguel de carros e de outros meios de transporte, serviços recreativos, culturais e esportivos. Para o propósito desta pesquisa, os setores foram desagregados (Tabela 10).

**Tabela 10 - Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0**

<b>Descrição das atividades</b>	<b>Classe</b>
Hotéis e similares	55108
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	56112
Locação de automóveis sem condutor	77110
Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor	77195
Agências de viagens	79112
Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	79902
Atividades de bibliotecas e arquivos	91015
Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares	91023
Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	91031
Gestão de instalações de esportes	93115
Clubes sociais, esportivos e similares	93123
Atividades esportivas não especificadas anteriormente	93191
Parques de diversão e parques temáticos	93212
Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	93298

FONTE: IBGE (2008)

Como foi possível perceber, é visível a relevância do turismo para a economia do país, bem como as ambigüidades perante a definição e classificação, enquanto atividade econômica, devido à particularidade do setor por não se caracterizar por uma “função de produção própria” (IBGE, 2008, p. 12). Essas imprecisões parecem contribuir para “[...] a

dominância da vertente sistêmica nos estudos sobre o turismo” (SIQUEIRA, 2005, p. 83) e velar uma questão fundamental que é o entendimento do turismo como instrumento na redução/ampliação da pobreza, através da verificação de seu papel na variável distribuição de renda, seus efeitos de concentração e desconcentração da renda nacional e, conseqüentemente, de sua contribuição para o aumento de igualdade ou ampliação das condições de desigualdade com o aumento de concentração de renda.

## 4. TURISMO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A distribuição desigual da renda “[...] é tão parte da história brasileira que adquire fórum de coisa natural” (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2001, p. 11).

É sabido que a desigualdade econômica presente na distribuição da renda, historicamente provoca a desigualdade social em Países da América Latina, especialmente no Brasil. Também é fato que o setor do turismo é relevante entre as atividades econômicas contemporâneas. Contribui para isso, o avanço tecnológico na informação e nos transportes que facilitam os deslocamentos, bem como as necessidades de consumo do sujeito pós-moderno.

As mudanças, os ritmos e a descontinuidade tão presentes na modernidade tardia, interferem sobremaneira no cotidiano das pessoas e na relação destas com o mundo, pois “[...] na medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (GIDDENS, 1991, p. 6). As viagens e as necessidades de conhecer outros lugares tomam força nesses tempos de incentivo ao consumo no ponto de vista de que a “produção do consumidor, hoje, precede à produção dos bens e dos serviços [...]. Há toda essa maneira de organizar o consumo para permitir, em seguida, a organização da produção” (SANTOS, 2001, p. 49).

A adaptabilidade do setor nesses tempos de produção do consumidor (SANTOS, 2001, p. 48), contudo, não impede os questionamentos de diversos agentes da classe política, dos gestores públicos, de pesquisadores das diversas áreas, bem como de profissionais da área. A atividade é mostrada de forma contraditória, conforme já explicitado anteriormente.

São muitas questões que emergem: para alguns, o segmento tem considerável relevância econômica, alternativa na reestruturação produtiva e visto, muitas vezes, como “salvação” para economias em declínio; para outros, causador de impactos negativos, devido à relativa intervenção nos aspectos socioambiental e cultural nas cidades e nos sítios vocacionados para o turismo.

Diante dessas constatações, faz-se necessário entender a questão distributiva da renda de trabalho, na forma desigual que impera no país.

#### 4.1 Principais Determinantes da Distribuição de Renda

De fato, os preceitos do conceito de desenvolvimento humano do PNUD<sup>29</sup>, evidenciam que grande parte da população mundial tem acesso reduzido à melhoria de vida, considerando as três vertentes básicas necessárias ao seu bem estar.

O Processo de desenvolvimento humano é considerado como a ampliação da gama de opção e oportunidades das pessoas e abrange três vertentes básicas, tidas como condição para a sustentação das demais; desfrutar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente. O paradigma do desenvolvimento humano está centrado no direito à vida e às oportunidades que cada indivíduo tem de desenvolver as suas capacidades para que possa usufruir os benefícios advindos do processo de crescimento econômico. A desigualdade e a pobreza são vistas como as grandes barreiras que impedem o desenvolvimento das pessoas e sua inserção na vida econômica, política, social e cultural de um país (PNUD/IPEA<sup>30</sup>, *apud* RIBEIRO, 2004).

A situação social da população brasileira demonstra que a relação entre a riqueza produzida e a melhoria da qualidade de vida não são análogas, considerando o nível de bem-estar em sociedades menos desiguais, onde a distribuição de recursos é mais equânime. Essa desigualdade social, baseada na análise da distribuição de renda<sup>31</sup>, interfere sobremaneira nos índices de desenvolvimento humano da população brasileira que tem uma distribuição de renda bastante desigual entre seus habitantes.

Essa realidade deve-se, em grande parte, ao modelo altamente concentrador na distribuição de renda, que historicamente privilegia um pequeno grupo de eleitos, que permanece impassível ao fato de que essa desigualdade econômica reforça a desigualdade social, em detrimento da maioria da população brasileira.

<sup>29</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

<sup>30</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília; Pnud/Ipea, 1996.

<sup>31</sup> “Dentre os diversos tipos de recursos disponíveis a renda aparece com um papel de destaque. Este destaque advém do fato de que se existissem mercados perfeitos para todos os tipos de recursos o nível de bem estar social seria completamente determinado apenas pela distribuição de renda” (BARROS, MENDONÇA e DUARTE, 1997, p. 4).

O bom desempenho do país na última década, independentemente de haver divergência sobre seus impactos na distribuição de renda, ainda não retirou do Brasil essa marca da distribuição desigual de renda. O país continua desigual, embora venha tendo crescimento do seu PIB.

Grande parte dos estudos sobre desigualdade está baseada na investigação sobre a distribuição de renda e demonstra que o PIB não é uma medida suficiente para investigar a qualidade de vida. O crescimento econômico não se traduz por si só em melhoria social para as populações.

A riqueza produzida no país não é distribuída de forma igualitária entre seus habitantes e é grande o contingente de pessoas que ainda são incapazes de atender às suas necessidades básicas. Essa concentração de renda teve ínfima alteração nas últimas décadas e, com isso, perpetuam-se as desigualdades, principalmente nas cidades brasileiras.

Outra explicação para uma distribuição de renda tão desigual no Brasil é apresentada por Francisco H. G. Ferreira, que considera como principal determinante a natureza do sistema educacional (FERREIRA, 2000, p. 15, 24-25), já que esta interfere de forma simultânea em três distribuições: a distribuição de educação, a distribuição de riqueza e a distribuição de poder político.

Em Carneiro e Arbache (2003)<sup>32</sup>, encontrou-se análise sobre os efeitos da abertura da economia para a pobreza e desigualdade no Brasil. Os autores constataram que “[...] a pobreza e a desigualdade seriam fenômenos estruturais e que mudanças no setor externo e mesmo choques de produtividade teriam poucos efeitos positivos sobre a pobreza e a distribuição de renda” (CARNEIRO e ARBACHE (2003), *apud* ARBACHE, 2003, p. 22). Para eles, o crescimento, por si só, principalmente através do setor externo, não contribuiria para diminuir o nível de pobreza e os índices de desigualdade.

Além do mais, o processo de crescimento econômico brasileiro pouco contribuiu com a redução no grau de pobreza, pois “a combinação entre flutuações macroeconômicas e o crescimento populacional” (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001, p. 4) resultou no aumento do número de pobres. Os autores afirmam ainda que a pobreza deriva de dois determinantes imediatos: a escassez agregada de recursos e a má distribuição dos recursos existentes.

Na comparação, no período 1976 a 2004, a distribuição de renda em 2004 foi a mais igual desde que a PNAD mede rendimentos no Brasil (SOARES, 2006, p. 11). O autor aponta

---

<sup>32</sup> O estudo teve por base a modelagem de equilíbrio geral computável e de micro-simulações contra-factuais.



dois conjuntos de explicações para a ocorrência: primeiramente, o mercado de trabalho como responsável pela queda no índice de desigualdade. A participação do mercado de trabalho não ficou restrita ao ano de 2004, conforme ressalta Marcelo Néri. A PNAD mostrou que a pobreza caiu 15% de 2006 para 2007 e em três anos foram criados 7,4 milhões de empregos<sup>33</sup>. Em segundo lugar, pelo fato de a desigualdade ter sido tema relevante para a política social do Estado, em particular para os programas de transferência de renda.

Entender a desigualdade na distribuição da renda presente na sociedade brasileira é de suma importância para maior compreensão do impacto do setor turístico na distribuição de renda e na possibilidade de promoção de uma distribuição mais igualitária de renda nas cidades turísticas brasileiras. Essa realidade social deve ser estudada por meio dos indicadores de mercado de trabalho [rendimento médio real do trabalho] e de renda e desigualdade [nível de pobreza], para uma análise do grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos e ao fenômeno distributivo (JANNUZZI, 2004, p. 97).

Por isso, é imperativo a compreensão das variáveis que influenciam o conceito de renda, da forma como ocorre a distribuição de renda nos municípios de pequeno e médio porte. É necessário analisar o padrão de distribuição nas cidades ditas turísticas, para uma avaliação do grau de igualdade ou desigualdade na distribuição de renda ocorrida com a atividade turística, isto é, para verificar-se se o turismo é produtor de igualdade ou de desigualdade.

Os indicadores de renda “diferenciam-se entre si em três aspectos: abrangência do conceito de renda (renda bruta, renda líquida após descontos, renda do trabalho etc.), população em referência (indivíduos, indivíduos ocupados, famílias, domicílios etc.) e a unidade de estudo [renda individual, renda familiar total, renda familiar *per capita*, renda familiar adulto-equivalente etc.]” (JANNUZZI, 2004, p. 97).

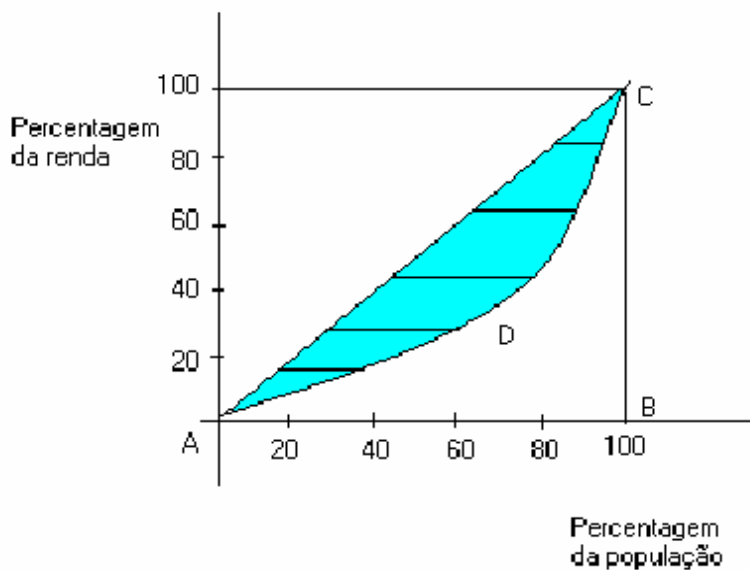
Uma das medidas mais utilizadas para mensurar a desigualdade na distribuição de renda é a curva de Lorenz. A curva é formada pela união de pontos em duas dimensões e agrega uma proporção acumulada da renda a uma proporção acumulada da população. “A população é inicialmente ordenada de forma crescente segundo o nível de renda *per capita*. Assim, a proporção acumulada da população define um domínio para a função que varia entre 0 e 1”. (BARROS, MENDONÇA e SANTOS, 1999, p. 9).

---

<sup>33</sup> NÉRI, Marcelo. Economista chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas em entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo - domingo 16/03/2008 - p. A 8.

Em uma comparação gráfica (Gráfico 2), a situação de distribuição perfeita seria representada por uma reta de 45 graus. Já, em outra ocorrência, como uma distribuição desigual da renda, a curva afasta-se da reta de 45° e torna-se cada vez mais convexa, na medida em que piora a distribuição da renda, isto é, uma proporção maior da população vai se apropriando de uma proporção menor da renda e conseqüentemente amplia-se a concentração de renda.

**Gráfico 2 - Demonstração do Grau de Convexidade da Curva em Relação ao Eixo AB**



FONTE: CACCIAMALI, Maria Cristina. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. Publicado no livro Pinho, D.& Vasconcellos, M.A. S., *Manual de Economia*, São Paulo: Ed. Saraiva, 2002, p. 406-422.

NOTA: Baseado em uma curva de Lorenz genérica, linha ADC.

Assim, a Curva de Lorenz pode indicar, a partir da variável renda, a proporção da fração acumulada no conjunto da renda das populações nas cidades, bem como o grau de (des)igualdade entre os estratos da distribuição.

O Índice Gini, resultante da Curva de Lorenz, é um dos indicadores de distribuição de renda mais utilizados. Isto, graças à facilidade de entendimento e também por sua aderência a uma série de propriedades nos estudos sobre distribuição de renda. Ao medir a evolução da desigualdade de renda, considera o rendimento mensal da população e o grau de desigualdade na distribuição da renda. Se a desigualdade é zero, a distribuição de renda é perfeita; quando o valor (máximo) é 1 (um), significa que apenas um indivíduo acumula a totalidade da renda. O

índice não atinge seus valores extremos em situações empíricas concretas. Nas cifras, alcançadas pelo Brasil, na ordem de 0,5 representa grau de extrema perversidade distributiva.

As facilidades apontadas, contudo, não impedem as ressalvas quanto ao emprego do índice. Para alguns autores ele se presta mais à mensuração distributiva nos segmentos de renda média e à análise de uma realidade específica do que como medida associada à riqueza e pobreza extrema (JANNUZZI, 2004, p. 97; BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001, p. 17).

Outros índices são empregados na análise da desigualdade, tais como o índice T de Theil, a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres e a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres. “As duas últimas medidas correspondem a distintas razões entre segmentos extremos da distribuição de renda traduzindo, em termos econômicos, uma noção de (in) justiça social” (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001, p. 12).

O índice T de Theil mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda familiar *per capita*. É “o logaritmo da razão entre as médias aritméticas e geométricas das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Para seu cálculo, excluem do universo os indivíduos com renda domiciliar *per capita* nula” (UNDP, 1998, p. 3). Esse índice tem maior sensibilidade aos extremos na distribuição de renda e não comporta os indivíduos com renda domiciliar nula.

Os índices T de Theil e o Coeficiente de Gini são eficientes na descrição dos indicadores de pobreza e desigualdade considerando-se que medem o “[...] grau de concentração de renda numa região ou num dado grupo socioeconômico. A interpretação é direta: quanto maior o valor do índice, maior o grau de concentração de renda, isto é, mais desigualmente distribuída está a renda” (BARROS, MENDONÇA e SANTOS, 1999, p. 4).

O índice Coeficiente de Gini associado ao Índice T de Theil são as medidas (clássicas), que servirão como ferramentas para medir as (des)igualdades dos municípios turísticos. Na análise dos municípios turísticos vs os não turísticos, serão utilizados os índices de Gini para a avaliação setorial e o de T de Theil para a avaliação da trajetória da concentração de renda na década de 1990.

Assim, é uma falsa expectativa achar que o turismo vai resolver toda a questão, quando a distribuição de renda desigual é histórica no Brasil. Não se pode cobrar de uma atividade econômica uma meta tão vasta. No caso do turismo, podem-se verificar forças nas duas direções: na promoção de maior igualdade e no reforço da concentração de renda.

## 4.2 Discussão sobre a Distribuição de Renda no Setor do Turismo

A supremacia econômica da atividade e sua forma peculiar de apropriação do espaço vão se estabelecendo nas cidades turísticas. O turismo, com a “*turistificação*” do lugar, se apropria do espaço social (LEFEBRE, 1997, p. 70, *apud* CRUZ<sup>34</sup>), da cultura e das artes, que passam a exercer fator de atratividade para ampliar o fluxo turístico. Essa apropriação tem a lógica da produção capitalista, aliada às novas tendências de administração urbana no capitalismo tardio, que David Harvey chama de empresariamento urbano.

Os investimentos, no intuito de atrair o consumo, paradoxalmente se aceleram como reação à recessão generalizada; cada vez mais se concentram na qualidade de vida, na valorização do espaço, na inovação cultural e na elevação da qualidade do meio urbano [...] nos atrativos de consumo [...] e entretenimentos se tornaram facetas proeminentes das estratégias da renovação urbana. [...] a cidade tem que parecer como lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver, para jogar, para consumir (HARVEY, 1996, p. 58).

A implantação de equipamentos urbanos por um lado beneficia a cidade e seus habitantes que dispõem de mais recursos para manterem-se nos locais mais urbanizados; por outro, pode configurar-se na ampliação da desigualdade e na segregação dos autóctones, até mesmo na redução do acesso aos espaços públicos naturais tais como as praias e outros atrativos. Contudo, essa situação não deve ser creditada em sua totalidade ao segmento turismo, pois as heranças culturais pretéritas do processo de aglomeração/urbanização refletem as práticas presentes e, portanto, não se pode prescindir de um “olhar” na trajetória histórica dessas localidades em processo de turistificação, considerando que esta trajetória tem relativa relevância no desenvolvimento social e econômico.

Os dados sobre a entrada de turista no Brasil (Tabela 11) demonstram que a atividade tem desempenho superior nos dois primeiros meses do ano. As estimativas sobre o turismo doméstico deduzem que esse efeito sazonal também é mais concentrado no mesmo período devido às férias escolares de final de ano letivo, carnaval e outros eventos. Com isso, há uma maior oferta de emprego nesses períodos de maior fluxo de turistas. Boa parte dessa oferta deve-se aos empregos temporários.

---

<sup>34</sup> “A problemática do espaço, que subsume os problemas da esfera urbana (a cidade e suas extensões) e da vida cotidiana (consumo programado), deslocou a problemática da industrialização. Ela, no entanto, não destruiu o antigo conjunto de problemas: as relações sociais que predominavam anteriormente ainda predominam, novo problema é, precisamente, o da sua reprodução” (LEFEBRE, 1997, p. 88)

**Tabela 11 - Entrada de Turistas no Brasil, segundo Mês de Chegada, no Período 2005-2006.**

MESES	2005	2006
Janeiro	777.586	770.464
Fevereiro	582.894	589.383
Março	476.365	473.648
Abril	371.384	390.495
Mai	338.112	313.346
Junho	344.653	306.601
Julho	435.881	310.572
Agosto	386.841	339.771
Setembro	357.49	297.162
Outubro	391.949	353.482
Novembro	408.045	369.627
Dezembro	486.970	504.440
<b>TOTAL</b>	<b>5.358.170</b>	<b>5.018.991</b>

FONTE: Embratur/ 2007- Anuário estatístico – volume 34.

O mês de janeiro tem preponderância no turismo receptivo, configurando o dobro da maioria dos meses, em seguida os meses de dezembro, fevereiro, março e julho apresentam ligeira retração, porém com menor redução no fluxo turístico que os demais meses, esses mais impactados pela sazonalidade. O fluxo turístico, aquém da potencialidade do país, tem pouca efetividade na mudança da situação do desemprego sazonal que atinge as cidades turísticas.

Além da sazonalidade, o segmento turismo é suscetível aos “[...] impactos econômicos em determinada economia, decorrentes de variações exógenas na demanda final, que podem ser, por exemplo, aumento (ou diminuição) nos gastos dos turistas ou aumento (ou diminuição) nos gastos do governo” (CASIMIRO FILHO, 2002, p. 87). A sazonalidade aliada às variantes da economia tem severos impactos na taxa de desemprego sazonal presente no segmento turismo.

LAGE e MILONE (2000) dividem esses impactos que resultam do desenvolvimento turístico em três categorias: (a) empregos diretamente relacionados com a direção e funcionamento da indústria turística; (b) empregos resultantes do desenvolvimento da indústria turística, como transportes, agricultura, bancos, dentre outros; (c) empregos indiretos criados pelo turismo, que surgem derivados do montante de recursos obtidos pelas atividades produtivas dos residentes locais. (LAGE e MILONE, 2000, p. 119).

#### **4.2.1 Benefícios do turismo para uma melhor distribuição de renda**

Os dados da Organização Mundial do Turismo sobre emprego indicam que em cada nove empregos gerados no mundo um é do segmento turismo, o que leva a considerar as

estimativas sobre a geração de empregos em 10,7% da força mundial de trabalho. “Um dos maiores empregadores de mão-de-obra no mundo, o turismo, movimentou US\$ 3,38 trilhões em 1995 [10 % do PIB mundial]” (DIREF/EMBRATUR, 1999, p. 79). Diante do relevante papel do turismo na economia mundial, evidenciado, também, no estudo realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, confirma-se a importância dessa atividade no cenário internacional por tratar-se:

[...] da maior atividade do comércio internacional, empregando milhões de pessoas, direta ou indiretamente, em hotéis, transportadoras, locadoras de veículos, lavanderias, agências turísticas, lojas de souvenirs, restaurantes, fazendas, artes e artesanato, entre outros, e reunindo, ao todo, cerca de 56 segmentos da economia.(...) O turismo contribui para a ativa preservação do patrimônio histórico no mundo e, conseqüentemente, é uma atividade que promove o desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador dos investimentos (BNDES, 2005, p. 35).

O efeito multiplicador revela-se também na economia nacional, devido ao impacto da atividade no desenvolvimento econômico do país, já que:

[...] representa 8% do PIB nacional e causa impacto em 52 setores produtivos. Cerca de 6 milhões de empregos são gerados pela economia turística. Tanto micro e pequenas como grandes empresas são beneficiadas pelo setor, mas o potencial turístico do país é ainda subaproveitado. [...] Sua arrecadação com divisas representa apenas 0,7% da arrecadação mundial (DIREF/EMBRATUR, 1999, p. 79).

Sobre o potencial redistributivo do turismo, Takasago (2006) investiga se um estímulo na demanda do turismo doméstico poderá resultar “em geração de renda para os mais pobres, uma vez que eles participam muito da atividade turística através da remuneração, pois uma das características do setor é ser intensivo em mão de obra não qualificada e em trabalhadores por conta própria (autônomos), utilizando pouco capital”. (TAKASAGO, 2006, p. 1).

Na medida em que os estudos sobre a participação setorial no valor de produção e no valor adicionado se multiplicam (CASIMIRO FILHO, 2002; TAKASAGO, 2006 e outros), ampliam-se, nos resultados desses trabalhos, a relevância econômica do turismo.

A atividade turística de forma espontânea ou planejada tem causado um intenso processo de transformação na economia das cidades, influenciando na ocupação do espaço, na forma de aglomeração, com reflexos na dinâmica territorial dessas localidades, apesar das controvérsias nas classificações e da complexidade na mensuração do impacto da atividade

como promotora de distribuição de renda *vis-à-vis* outros segmentos produtivos em cidades que tem o turismo como setor chave.

Independentemente das divergências quanto à classificação e à complexidade do setor, que detém uma diversidade de expressões tais como “uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida – um produtor, consumidor e organizador de espaços - uma indústria, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços” (RODRIGUES, 2001, p. 28-29), ele tem contribuído positivamente na geração de emprego e renda no Brasil e em outros países da América Latina,

Cancun resulta de um projeto considerado o mais exitoso dentre as experiências latino-americanas. (...) no período de 1970-90, que coincide com a implantação do pólo turístico, enquanto o país cresceu a uma taxa média anual de 2,6%, o Estado de Quintana Rôo teve sua população aumentada em 8,9%, ou seja, mais de três vezes. Apesar do crescimento que os salários, segundo a pesquisa, são superiores à média nacional (RODRIGUES, 2001, p. 26-27).

Os bons resultados são relevantes, considerando que muitos autores, apesar das indagações, enfatizam a contribuição do setor na geração de emprego direto e indireto, o considerável impacto da atividade na economia brasileira, a capacidade em captar divisas, incrementar o segmento produtivo, aumentar a arrecadação fiscal e induzir novos investimentos em equipamentos turísticos que favoreceram o mercado interno (EMBRATUR, 1999, p. 184-185).

Os benefícios do setor na geração emprego para o Brasil são visíveis nos dados apresentados. Segundo a EMBRATUR (2000), o segmento do turismo absorve cerca de seis milhões de empregos. A arrecadação de impostos diretos e indiretos chega a US\$ 7 bilhões, garantindo o desenvolvimento econômico de centenas de municípios. Para Crisóstomo (2004, p. 98), por exemplo, criam maior oportunidade de emprego se comparadas com qualquer outro setor do sistema econômico. Os benefícios do setor podem ser expressos e avaliados, segundo Benevides (2001, p. 166), em quatro manifestações: aumento da renda do lugar visitado através de uma entrada líquida de divisas, estímulo aos investimentos e à geração de empregos, expansão da massa de salários numa economia e transferência de riquezas e aumento das receitas governamentais.

Outras contribuições, além das já citadas, referem-se às melhorias na urbanização das cidades turísticas diante do surgimento da atividade, considerando-se que o processo de turistificação se apropria do espaço e torna evidentes as precariedades dos equipamentos

coletivos e sociais. “Os investimentos, no intuito de atrair o consumo, paradoxalmente se aceleram como reação à recessão generalizada; cada vez mais se concentram na qualidade de vida, na valorização do espaço, na inovação cultural e na elevação da qualidade do meio urbano” (HARVEY, 1996, p. 51).

Esses investimentos, indiretamente favorecem a população do local “[...] o turismo é um poderoso fator de valorização dos lugares frequentemente abandonados pelas outras atividades econômicas, levando para estes sítios eleitos à supressão das marcas, o equipamento coletivo, a promoção comercial e simbólica e novas fontes de receita e empregos” (CAZES, 2001, p. 81).

Assim sendo, outros resultados positivos da atividade, na perspectiva local, referem-se à revalorização dos lugares e à descentralização espacial.

Além disso, devido ao pouco investimento na implantação da atividade e também devido às frágeis políticas de desenvolvimento regional e de planejamento do território no caso brasileiro, o turismo pode ser um dos contribuintes na redução das desigualdades, devido a sua característica de consumidor da paisagem “[...] atingindo lugares mais recônditos, na prática do chamado turismo ecológico” (RODRIGUES, 2001, p. 18-19). A autora exemplifica citando São Gabriel da Cachoeira, situado no alto Vale do Rio Negro e os hotéis de selva, no Estado do Amazonas.

Sobre os impactos econômicos causados pelas variações na demanda final, Casimiro Filho cita os três níveis elaborados por FLETCHER & SNEE (1989)<sup>35</sup>, indicados também por EMBRATUR (1997), CRISÓSTOMO (2004, p. 113-114) e LAGE e MILONE (2000):

1. Impactos diretos - dizem respeito aos impactos diretamente associados com os gastos dos turistas ou investimentos, sendo limitados aos setores diretamente envolvidos com as despesas dos turistas com bens e serviços ou aos setores em que foram realizados investimentos.
2. Impactos indiretos - ocorrem em razão das indústrias direta e indiretamente ligadas à atividade turística que compram bens e serviços das outras indústrias como parte dos insumos da produção deles. Similarmente, os produtos dessas indústrias compram insumos de outras indústrias dentro da economia.
3. Impactos induzidos - como a receita gerada pelos gastos dos turistas circula dentro da economia, haverá adição direta e indireta no nível de renda na economia por

---

<sup>35</sup> CASIMIRO FILHO, 2002 *apud* FLETCHER, J.; SNEE, H. Input-output analysis. In: WITT, S. F.; MOUTINHO, L (Ed.) **Tourism: marketing and management handbook**. 1. ed. Cambridge: Prentice Hall International, 1989, p. 223-226.



meio do pagamento recebido pelo uso dos fatores de produção. Parte dessa renda, talvez, seja poupada, mas grande parte dela será usada para pagar despesas das famílias com bens e serviços produzidos por todos os setores, causando receita gerada pela atividade turística.

#### **4.2.2 Impactos negativos do turismo**

O bom desempenho econômico da atividade não se traduz em aumento de emprego e renda no local. A forma como a atividade acontece tem demonstrado que o modelo brasileiro de turistificação traz impactos pouco positivos na melhoria do bem estar das populações e merece ajustes, principalmente para as populações pobres. As cidades turísticas brasileiras têm enfrentado dificuldades no que se refere à exclusão espacial, já que ocorre o aumento substancial dos terrenos urbanos e de moradia, impactos culturais, propiciados pela chegada de outras culturas, prostituição, além de dificuldade de inserção no mercado de trabalho, pois muitas vezes os residentes não estão preparados para assumir esses postos.

A precarização nas cidades e municípios turísticos tem na sazonalidade uma aliada frequente na maioria dos destinos turísticos brasileiros. Nos meses de férias escolares, janeiro e fevereiro, as cidades turísticas brasileiras têm um fluxo de turistas que ultrapassa a capacidade receptiva, enquanto nos demais meses ocorre uma brusca queda na demanda. Com isso, as empresas do setor priorizam também o emprego sazonal. Na baixa temporada, predominam as atividades informais ou o subemprego. O impacto é ainda maior em cidades onde a atividade tem preponderância.

Se uma cidade ou região torna-se muito dependente da indústria do turismo, sua estrutura de emprego pode ser afetada negativamente. Uma expansão na construção de hotéis irá aumentar o número de empregos, de trabalhadores nos hotéis, boates, restaurantes e lojas locais. Estes empregos, muitas vezes sazonais, de pouca qualificação, baixa remuneração e pouca perspectiva de progresso profissional, são pobremente antecipados pelos planejadores de turismo (LAGE, 2000, p. 123).

Ocorre, muitas vezes, conforme CAZES (2001), que a entrada de divisas geradas pelo turismo não se traduz por si só em geração de renda ou melhoria de vida para a população, considerando que a conjuntura de emprego no segmento turismo tem dois lados: o primeiro refere-se à criação abundante de empregos, especialmente os indiretos (artesanato, comércios, construção, diversos serviços, alimentação etc.). O segundo, à precariedade desses trabalhos

(sazonalidade, absenteísmo, subqualificação, excesso de jovens e mulheres) e sua ligação frequente com a informalidade. “Eles constituem, todavia, uma válvula de segurança, que os governos não negligenciam [...]” CAZES (2001, p. 80).

Essas implicações, se por um lado reduzem o impacto do desemprego e da ausência de renda para parcela da população que habita as cidades ditas turísticas, de outro se evidenciam na mobilidade da força de trabalho empregada no turismo que, ante às flutuações sazonais do mercado, é forçada a deslocar-se no território em busca de emprego, durante a baixa estação, em outros segmentos. Essa alternância da atividade laboral que os trabalhadores do turismo enfrentam devido à sazonalidade tem outras decorrências, tais como: baixos salários, desamparo legal, custos assumidos no decorrer do seu processo de trabalho.

Para Lage e Milone, aspectos físicos, como aumento de fluxo de turistas para uma região, geram crescimento econômico, mas só pode haver desenvolvimento se houver melhoria no nível da atividade turística e da população local, como, por exemplo, a construção de novos aeroportos, estradas, serviços de abastecimento de água, energia, esgoto, etc. Os autores argumentam que existem países considerados receptores de fluxos turísticos, geralmente países em desenvolvimento, em que as rendas per capita são baixas e as necessidades de recursos econômicos muito grandes, incluindo aí os exigidos para atender as atividades turísticas. Isso já não acontece, geralmente, no caso de países desenvolvidos, com forte fluxo emissor de turismo e com população de renda alta. Nesse caso, “os impactos do turismo são mais controlados e os ganhos da atividade visivelmente melhor distribuídos no que se refere à criação de empregos, diminuição de desigualdades e geração de divisas” (LAGE e MILONE, 2001, p. 169).

A sazonalidade também interfere sobremaneira no desempenho da atividade no país. Esse processo acarreta uma sobrecarga nas cidades turísticas no período e considerável retração nos demais meses, pois ocorre, nesse período, uma subutilização da infraestrutura turística disponível para esse fim, o que resulta no encarecimento dos serviços.

É preciso considerar que os efeitos da sazonalidade refletem-se mais em cidades turísticas localizadas em países onde há pouca efetividade no planejamento regional, como é o caso brasileiro. Reduz, com isso, o acanhamento das ações socioeconômicas voltadas para o segmento do turismo, que poderiam ser mais bem aproveitadas se houvesse uma integração regional efetiva, que poderia resultar no arrefecimento de custos sazonais da implantação e manutenção da infraestrutura turística<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup>A infraestrutura turística de um núcleo abrange a infraestrutura de acesso, a INFRAESTRUTURA básica urbana e os equipamentos e serviços de apoio e os recursos turísticos (BARRETO, 1991, p. 52).

Porém, esses efeitos não impedem que as cidades ampliem a dependência econômica do turismo. O retorno nos investimentos, aliado a custos reduzidos de implantação da atividade, faz com que o turismo torne-se para alguns governantes, em muitas cidades do mundo, um eficiente meio de substituição a outras atividades econômicas que se encontram em declínio ou em processo de extinção.

Quanto menos desenvolvido é o país, maior será a intervenção governamental sobre suas atividades de turismo. (...) porque o turismo requer sua ação em diversos aspectos, inclusive de legislação, como exemplos, no caso da regulamentação das horas semanais de trabalho, do período de férias remuneradas, dos feriados nacionais, da aduana, da entrada de moedas estrangeiras e de outros (LAGE e MILONE, 1999, p. 110).

Igualmente, deve-se observar se a entrada de divisas no país receptor tem efeito potencializado para a renda interna. Lage e Milone alertam que o montante de divisas gastas em importações para atender às necessidades dos turistas, que mantêm seus costumes de consumo de origem, podem interferir sobremaneira nos resultados da entrada de divisas, denominado “a razão de reflexão do turismo”. Os autores mostram que em “alguns países essa razão é tão alta que os governos começam a duvidar da conveniência e eficiência da utilização do turismo como fonte principal, muitas vezes única, de obtenção de divisas estrangeiras”. Exemplificam a situação pela qual passou o Caribe, “descobriu-se que a razão de reflexão do turismo era de 70%, ou seja, 70 cents de cada dólar recebido pelas exportações turísticas saíam do país para pagar as importações exigidas pelos turistas” (LAGE e MILONE, 2001, p. 94).

O ativismo econômico presente nos dados sobre a empregabilidade do setor no nível nacional não se traduz em equidade de renda, como já foi apresentado anteriormente. “Os empregos no setor sofrem interferências da sazonalidade turística nacional com o “boom” das férias escolares e outros feriados” da alta temporada, principalmente no turismo doméstico. Com isso, há uma intensa oferta de vagas nesses períodos e uma redução drástica das mesmas nos períodos de baixa temporada. Além do mais, a atividade é fortemente marcada pela informalidade, dificultando, assim, a aferição sobre o papel da atividade no binômio crescimento e equidade. Vale ressaltar que:

[...] apesar da evidente importância da redistribuição de renda para o combate à pobreza no Brasil, os únicos mecanismos utilizados para reduzir a pobreza, além de extremamente limitados quanto ao seu impacto, resultam, de modo sistemático, do crescimento econômico (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001, p. 23).

Nesse sentido, as políticas do turismo ainda precisam avançar, pois persistem nessas uma excessiva preocupação com o aumento da oferta de emprego, mas do ponto de vista do crescimento econômico e, muitas vezes, questões relacionadas ao desempenho do setor na distribuição de renda e a forma de evolução desse indicador.

A investigação estuda os efeitos do segmento turismo sobre a distribuição da renda nos municípios turísticos brasileiros. Na pesquisa, são considerados os elementos que possibilitam o entendimento do turismo como gerador de maior grau de igualdade ou desigualdade. Isso demanda a mensuração do impacto do setor na distribuição de renda dessas localidades e de como este indicador evolui em relação aos municípios não-turísticos.

Esse propósito requer, a partir do resultado da agregação e da desagregação dos setores e subsetores que interferem direta e indiretamente no setor turístico (Tabela 11, seção 2.3), a identificação dos principais municípios dependentes economicamente do turismo no Brasil. Nesse sentido, vem contribuir o estudo<sup>37</sup>, de grande importância para o setor, realizado pelo IBGE em 2007 e publicado em 2008, abordado na seção 2.3 que trata da desagregação setorial.

A participação setorial pode apresentar pequenas alterações nos resultados dos dados que evidenciam se os municípios dependem economicamente do turismo ou não, porém essa implicação não reduz a relevância do estudo. O entendimento dessa participação auxilia na compreensão de que “o perfil do mercado de trabalho no setor turismo é diferente e se comporta de forma desigual ao imaginado por muitos analistas e dirigentes do setor” (IPEA, 2006, p. 25) e, também, no entendimento da contribuição que a evolução do mercado de trabalho oferece na melhoria da situação social dessas localidades.

---

<sup>37</sup> IBGE. Economia do turismo: Uma perspectiva macroeconômica 2000-2005. **Estudos e Pesquisas**. Informação Econômica, Rio de Janeiro, n. 7, 2008. p. 14.

## **5. O PAPEL DO TURISMO NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS**

Para entender como são classificados os municípios turísticos em termos de distribuição de renda comparativamente aos demais municípios e, com isso, compreender a contribuição do setor para a questão distributiva, procurou-se evidenciar os procedimentos empregados na escolha dos municípios e a descrição dos mecanismos utilizados na seleção das localidades em que a atividade demonstra ter papel relevante em sua economia, no ano censitário de 1991, apresentados na seção que trata da metodologia.

Além disso, buscou-se constituir, a partir de uma análise acerca da distribuição intra-setorial, um diagnóstico genérico da forma como o setor do turismo distribui a renda no país frente aos demais setores, isto é, como a concentração de renda no interior do setor turismo é menor do que nos demais setores.

Na visão de SEN (2000, p. 115), “O tratamento da desigualdade na avaliação econômica e social encerra muitos dilemas. Com frequência é difícil defender desigualdades substanciais por meio de modelos de [equidade]”.

Também se analisou a trajetória dos indicadores de desigualdade de renda, ao longo da década de noventa, nos municípios turísticos e, por meio da comparação dessas ocorrências, verificou-se em que medida o grau de desigualdade pode ser observado comparativamente entre municípios turísticos e não-turísticos.

## 5.1 Procedimentos Empregados na Escolha dos Municípios Turísticos

As tentativas de classificação funcional das cidades não são recentes. Outros autores buscaram classificar as cidades pela sua função ou especialização, tais como o método de classificação funcional de C. D. Harris em 1943, voltado às cidades americanas e W. William-Olsson para cidades européias.

Na classificação dessas cidades, foram considerados “oito tipos funcionais: cidades de mineração, cidades industriais, cidades entrepostos, cidades-centros de redistribuição, cidades-centros de trânsito, cidades universitárias, cidades de recreação e repouso, cidades de atividades diversificadas para o estudo urbano” (GEORGE, 1983, p. 179-180).

As cidades turísticas ou cidades com especialização no setor turístico, ainda que não mencionadas como tal na década de 1940, nominadas como cidades de recreação e repouso são classificadas em quatro tipos funcionais: cidades de tratamento, de repouso, de turismo e de recreação.

A necessidade em definir o que é uma cidade vem desde a antiguidade. A cidade antiga era considerada uma confederação. O cidadão pertencia à cidade e era reconhecido como tal todo aquele que tomava parte no culto da cidade e desta participação lhe derivavam todos os seus direitos civis e políticos. Ao estrangeiro, não era permitida a participação na religião, a proteção dos deuses e nem sequer o direito de invocá-los (COULANGES, 2002, p. 138, 213).

A cidade do século XXI quando comparada à cidade antiga tem significativa e relevante diferença, especialmente no campo socioeconômico, embora “certas tendências parecem ter-se reafirmado; provavelmente porque, na verdade, jamais tenham deixado de estar presentes” (HALL, 2005, p. 14)<sup>38</sup>.

Embora os autores reforcem a importância da classificação funcional das cidades, insistem na superficialidade do método de classificação, que não responde ao comportamento dinâmico das cidades.

---

<sup>38</sup> Em Tiradentes em dias de procissões: “O povo acompanha o cortejo formando colunas periféricas ordenadas, os turistas, que não se arriscam a penetrá-las, margeiam aleatoriamente, às vezes andando, às vezes parados aguardando em frente aos Passos [...]. Mas essa disposição programada só ocorre no segundo dia quando já estão sabendo das celebrações, pois a procissão do Depósito é feita com tanto silêncio e mistério que os surpreende na rua [...] Assim, ao turista é reservado um lugar, que não é desprezível, mas aparece como um componente vital do drama, o de espectador, que desperta no grupo uma vaidade importante para sua auto-afirmação” (GIOVANNINI, 2001, p. 163).

Gunnar Alexandersson desenvolveu em 1956 um método estatístico por meio da aplicação de uma fórmula:  $K + n\%$ , na qual  $k$  representa a parte da população ocupada pelas atividades de serviço e  $n\%$  a proporção do pessoal empregado na atividade interessada (*Ibidem*, 1983, p. 180).

Sobre a função econômica das cidades, SINGER (1983, p. 142) afirma que as “Cidades pequenas e médias não apenas transmitem às grandes uma parte do excedente agrícola que captam, mas também podem lhe vender serviços. Serviços turísticos, por exemplo, são fornecidos em Teresópolis à população carioca e em Guarujá à população paulistana”.

A afirmação do autor pode ser aplicada aos municípios selecionados. Destes, a maioria situa-se próxima às cidades-centro. Acabam, assim, obtendo vantagens na preferência dos visitantes devido a essa proximidade geográfica. Segundo os dados do turismo doméstico (MTUR/EMBRATUR/FIPE, 2006), nas razões para viajar e na propensão a viajar, essas externalidades<sup>39</sup> concorrem e favorecem as localidades no entorno de grandes centros.

Considerando os riscos de cometer imprecisões ao conceituar municípios turísticos, optou-se - com intuito de evitar equívocos e anacronismos que pontuaram em alguns períodos as idéias de planejamento de cidades - por uma conceituação que atendesse ao propósito deste estudo.

Considerou-se como município turístico, a localidade em que as atividades de serviços são preponderantes, com relativa especialização em atividades de hospedagem, lazer e entretenimento. Nesses municípios, o percentual de pessoas ocupadas nas atividades turísticas é maior. Evidenciam-se, nesses espaços, ações de produção da imagem da localidade e das atividades de lazer para o desenvolvimento de atividades turísticas. Assim, diante desta nova ordem, o município busca aumentar a sua atratividade para tornar-se um objeto de consumo e ocorre o distanciamento do mundo da produção, muitas vezes com o aval do poder público.

Assim, classificaram-se os setores e subsetores que interferem diretamente na atividade turística, quais sejam: serviços de alojamento; serviços de alimentação, serviços de diversão e promoção de espetáculos artísticos, transportes rodoviários de passageiros, transportes aéreos (Tabela 12). Esse critério foi utilizado, primeiramente, por unidade federativa e, posteriormente, por município.

---

<sup>39</sup> “A proximidade gera externalidades em prol dos membros de um grupo [...], através de um processo de construção de um [interno] em relação a um [externo]. O efeito da proximidade espacial se traduz por uma projeção desta dinâmica de discriminação sobre o espaço físico” (PECQUER e ZIMMERMANN, 2005, p. 82).

A Tabela 12 foi construída baseada na Classificação de Setores de Atividades<sup>40</sup> utilizada no Censo Demográfico de 1991, segundo a variável 0347, que considera o vínculo laboral do recenseado e a natureza da atividade do trabalhador autônomo ou por conta própria.

**Tabela 12 - A Classificação de Setores, por Código de Atividade, segundo a Variável nº 0347, Censo Demográfico de 1991.**

<b>Código de Atividade</b>	<b>Atividade</b>
472	Transportes rodoviários de passageiros
476	Transportes aéreos
511	Serviços de Alojamento
512	Serviços de Alimentação
551	Serviços de diversão e promoção de espetáculos artísticos
617	Entidades desportivas e recreativas

Fonte: Dicionário de Variáveis, Censo 1991. Censo Demográfico (IBGE, 1991).

Assim, os municípios foram ordenados de forma decrescente, do mais turístico para o menos turístico. Fez-se o “ranking” a partir do peso do turismo no conjunto dos setores, considerando-se a distribuição de pessoas ocupadas nas atividades consideradas específicas do turismo para este estudo.

Optou-se pela retirada dos municípios que evidenciavam característica de cidade dormitório, segundo o domicílio do trabalhador, principalmente aquelas localizadas em regiões metropolitanas. O critério estabelecido evitou que município pouco vocacionado para o turismo fosse classificado. A partir do levantamento em parte desses municípios que apresentaram essa situação, estas localidades foram consideradas não-turísticas.

O procedimento empregado na escolha das localidades considerou a fragilidade do estudo, decorrente da capilaridade do turismo com outros grandes setores da economia e dos entraves para se definir os subsetores do Turismo (seção 2.3). Contudo, as limitações para se mensurar o impacto do mercado de trabalho no setor turístico, não inviabilizam a questão fundamental deste estudo: compreender se os municípios com maior peso no turismo promovem igualdade ou desigualdade.

Ainda assim, permanecem as inquietações sobre a aplicabilidade de índices de especialização de atividades baseadas no pessoal empregado. Após considerar as dificuldades

<sup>40</sup> Essa categorização antecede a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, elevada a classificação padrão do Sistema Estático Nacional a partir de 1995, Resolução PR 054/94, publicada no D.O.U. de 26/12/94.



já apresentadas na disponibilização dos dados, além da estrutura difusa do setor, considerou-se como caminho mais indicado utilizar como fonte de dados o Censo 1991 para a seleção dos municípios que evidenciam maior peso de vínculos de empregos no setor.

Entender os períodos de maior ou menor intensidade do fluxo de turistas, principalmente nos municípios em que o setor tem maior relevância - embora não seja o objeto principal de estudo - foi relevante, pois essa variável interfere sobremaneira na renda da população em municípios com relativa dependência turística, notadamente se é o principal empregador.

O contingente de visitantes que afluem em determinadas estações para a maior parte desses municípios causa um aumento, também sazonal, do consumo de serviços e alimentos em comparação aos dispêndios da população residente, a qual tem consumo reduzido e pouco acesso ao lazer devido à precariedade de renda, o que é acentuado nesses períodos com a elevação dos preços dos produtos e gêneros alimentícios. Ainda assim, o aumento temporário da população local proporciona “[...] trabalho e o necessário aos artesãos e comerciantes e pode orientar, parcialmente, certos setores de produção, pelo menos para a temporada de férias” (GEORGE, 1983, p. 202).

Assim, ratifica-se a relevância da pesquisa no levantamento dessas localidades em que o setor muitas vezes é atividade preponderante na geração de emprego e renda.

## **5.2 Distribuição de Renda Intra-setorial**

Selecionaram-se as atividades econômicas que evidenciaram maior inter-relação com serviços característicos do setor (Figura 1, seção 2.3), pois, de fato, não haverá correspondência perfeita considerando-se as limitações na classificação das atividades do turismo.

A análise intra-setorial, período 2000-2006, foi baseada nos dados dos Relatórios Anuais de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE. A opção pelas bases cadastrais do MTE foi para compreender a distribuição dos setores e subsetores que interferem diretamente no setor turístico, considerando que trata do domicílio da empresa e não do empregado e da abrangência dos municípios brasileiros em dados sobre emprego formal.

Estabeleceu-se uma associação entre padrões de desigualdade de renda e o processo de turistificação. Esses padrões foram avaliados por meio do índice de Gini e da razão da renda média entre os 20% mais ricos e os 40% mais pobres.

A análise foi realizada através da multiplicação do pessoal ocupado de cada faixa pelo ponto médio das faixas (em salário mínimo), para tornar possível o entendimento do peso da renda *per capita* do setor turismo em relação aos demais setores e, também, verificar se há correlações significativas que evidenciem uma distribuição mais igualitária da renda.

A distribuição de renda no turismo é caracterizada por aspectos ambíguos: de um lado há diferenças, embora pequenas, no sentido de apontar que o turismo distribui melhor a renda entre o conjunto da mão de obra empregada no setor; por outro, evidencia que o setor (pelo menos no tocante ao emprego formal) experimenta uma média salarial inferior aos demais. O resultado é que é um setor de salário médio baixo, mas que distribui melhor a renda.

O setor ocupa posição importante na oferta de trabalhos, precários ou não, no país. O levantamento dos dados e o cálculo da participação do setor turístico no emprego evidenciam que o índice de Gini é ligeiramente inferior aos demais setores e pode, com isso, demonstrar que há encadeamentos significativos nos indicadores de desigualdade de renda com o processo de turistificação.

Convém, no entanto, reconhecer a importância da realização de um estudo mais robusto que analise os vínculos informais de trabalho neste setor, considerando o significativo grau de informalidade característico do Turismo, abordado em outras seções. O trabalho informal marginaliza e retira as possibilidades de uma idealização do cotidiano e das ações futuras, diante da ausência de renda oriunda do trabalho fixo. No setor, a informalidade constante no trabalho sazonal tem duas faces.

De um lado, a informalidade possibilita que pessoas com baixa qualificação trabalhem nos períodos de alta temporada, em que a oferta de empregos informais é bastante expressiva e o critério “qualificação” fica em segundo plano diante da demanda por mão-de-obra. Isso se deve à característica sazonal da atividade, com períodos mais longos de retração (baixa temporada), principalmente em cidades litorâneas, de março a dezembro no país, diferentemente do que ocorre nas cidades serranas, que recebem um aumento no fluxo de visitantes nos meses de julho e dezembro.

Por outro, a precariedade dessas relações de trabalho impossibilitam que esses trabalhadores estabeleçam perspectivas futuras de melhoria de vida, de ampliação de consumo e de acesso a crédito, entre outras possibilidades. Assim, o mercado de trabalho informal contribui para a manutenção da pobreza brasileira. “Cerca de 51,3% dos pobres brasileiros

estão em famílias chefiadas por informais. [...] Pobre não pode se dar ao luxo de ficar buscando emprego; pobre cai na informalidade” (NERI, 2001, p. 57).

Ao comparar a distribuição de renda intra-setorial do turismo frente aos demais setores econômicos, nota-se a disparidade da renda *per capita* mínima entre os grandes setores da economia nacional, principalmente nos setores da indústria e serviços. A tabela 13 apresenta pouca relação entre a renda *per capita* e a distribuição de renda, ainda que a renda *per capita* do salário mínimo no setor seja menor na comparação aos demais setores (1,89).

**Tabela 13 - Cálculo do Gini e Renda Per Capita, por classe de rendimento médio, segundo a faixa de remuneração média. Brasil, 2006.**

Faixa de remuneração média-FRM	Sal Min	Distribuição do Pessoal Ocupado segundo Faixa Salarial				
		Turismo	Indústria	Agropecuária	Comércio	Construção
ATE 0,50 - Até 0,5 salário mínimo	0,25	0,40%	0,19%	0,30%	0,24%	0,18%
0,51 1,00 – De 0,51 a 1,00 salário mínimo	0,75	6,61%	2,81%	12,17%	4,90%	3,06%
1,01 1,50 – De 1,01 a 1,50 salários mínimos	1,25	47,15%	24,52%	43,74%	39,36%	25,36%
1,51 2,00 – De 1,51 a 2,00 salários mínimos	1,75	23,20%	20,21%	20,02%	25,41%	24,05%
2,01 3,00 – De 2,01 a 3,00 salários mínimos	2,5	13,14%	19,62%	14,44%	16,85%	24,53%
3,01 4,00 – De 3,01 a 4,00 salários mínimos	3,5	3,87%	9,19%	4,32%	5,54%	8,69%
4,01 5,00 – De 4,01 a 5,00 salários mínimos	4,5	1,61%	5,45%	1,54%	2,66%	3,99%
5,01 7,00 – De 5,01 a 7,00 salários mínimos	6	1,38%	5,91%	1,09%	2,31%	3,63%
7,01 10,00 - De 7,01 a 10,00 salários mínimos	8,5	0,80%	4,47%	0,62%	1,33%	2,36%
10,01 15,00 - De 10,01 a 15,00 salários mínimos	12,5	0,41%	3,12%	0,33%	0,69%	1,16%
15,01 20,00 - De 15,01 a 20,00 salários mínimos	17,5	0,13%	1,37%	0,11%	0,28%	0,41%
MAIS DE 20,0 - Mais de 20,00 salários mínimos	25	0,26%	1,86%	0,14%	0,44%	0,50%
IGNORADO – Ignorado	-	1,04%	1,27%	1,19%	0,72%	2,07%
Índice de Gini	-	<b>0,65</b>	<b>0,73</b>	<b>0,65</b>	<b>0,67</b>	<b>0,68</b>
Renda Per Capita (Salário Mínimo)	-	<b>1,89</b>	<b>3,61</b>	<b>1,85</b>	<b>2,2</b>	<b>2,67</b>

FONTE: IBGE (6 categorias) - GRSET IBGE (2006)

A situação do setor é bastante acanhada, considerando que possui uma renda muito menor em termos *per capita*, equiparada apenas ao setor agropecuário. Na distribuição de renda intra-setorial, o setor do turismo demonstra uma melhor distribuição de renda no país, *vis a vis* aos demais setores. Os percentuais da participação acumulada, por renda e pessoal ocupado, evidenciaram que a concentração de renda tem estruturas diferenciadas entre os

setores econômicos brasileiros. Assim, os setores que apresentaram maiores rendas *per capita* (indústria e serviços) evidenciam uma distribuição de renda mais concentrada.

Observa-se, na distribuição de pessoal ocupado segundo a faixa salarial, a predominância do setor na faixa salarial média de 0,25 salário. O setor, comparado aos demais setores da economia, evidencia similaridade, em seus percentuais, nas faixas de menor e maior remuneração, embora tenha apresentado melhor distribuição de pessoal na FSM de 4,5 a 25 salários mínimos.

As classes de rendimento médio no setor do turismo, considerando-se a distribuição das pessoas ocupadas nas regiões político-administrativas do país, realçam uma condição anacrônica que é o universo de pessoas com remuneração de 0,51% a um salário mínimo, considerando que o mínimo está aquém de atender às necessidades de consumo de um indivíduo. Essa realidade perversa ocorre em todas as regiões, com mais destaque na região nordestina, seguida da região sul (Tabela 14). Os dados assinalam a predominância da faixa de 1,01 a 1,50 salário mínimo no setor.

**Tabela 14 - Distribuição das pessoas ocupadas no setor turismo, por classe de rendimento médio e participação acumulada, segundo as grandes regiões do Brasil, 2006.**

Faixa de Remuneração Média	Regiões					Brasil	Participação acumulada	
	Norte	nordeste	Centro oeste	sudeste	sul		Renda cumulativa	Pessoal ocupado cumulativa
Até 0,5 salário mínimo	0,38%	0,77%	0,25%	0,29%	0,51%	0,40%	0,05	0,41
0,51 1,00 - De 0,51 a 1,00 SM	6,87%	12,41%	6,66%	5,11%	6,04%	6,61%	2,70	7,08
1,01 1,50 - De 1,01 a 1,50 SM	63,53%	62,06%	56,53%	40,06%	49,43%	47,15%	34,17	54,72
1,51 2,00 - De 1,51 a 2,00 SM	15,12%	11,42%	17,07%	27,79%	23,31%	23,20%	55,85	78,17
2,01 3,00 - De 2,01 a 3,00 SM	8,47%	6,89%	10,30%	15,86%	12,14%	13,14%	73,40	91,45
3,01 4,00 - De 3,01 a 4,00 SM	2,70%	2,51%	3,29%	4,46%	3,65%	3,87%	80,63	95,36
4,01 5,00 - De 4,01 a 5,00 SM	1,01%	0,95%	1,39%	1,89%	1,52%	1,61%	84,50	96,99
5,01 7,00 - De 5,01 a 7,00 SM	0,66%	0,75%	1,84%	1,63%	1,05%	1,38%	88,91	98,38
7,01 10,00 - De 7,01 a 10,00 SM	0,41%	0,45%	0,88%	0,97%	0,59%	0,80%	92,54	99,19
10,01 15,00 - De 10,01 a 15,00 SM	0,16%	0,24%	0,89%	0,47%	0,22%	0,41%	95,30	99,60
15,01 20,00 - De 15,01 a 20,00 SM	0,04%	0,10%	0,15%	0,16%	0,09%	0,13%	96,55	99,74

**Tabela 14 - Distribuição das pessoas ocupadas no setor turismo, por classe de rendimento médio e participação acumulada, segundo as grandes regiões do Brasil, 2006.**

Faixa de Remuneração Média	Regiões					Brasil	Participação acumulada	
	Norte	Nordeste	Centro Oeste	sudeste	sul		Renda cumulativa	Pessoal ocupado cumulativa
MAIS DE 20,0 - Mais de 20,00 SM	0,06%	0,68%	0,09%	0,22%	0,09%	0,26%	100,00	100,00
IGNORADO - Ignorado	0,60%	0,77%	0,66%	1,09%	1,37%	1,04%	-	-
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	-

CONCLUSÃO para a última  
 FONTE: Ministério do Trabalho/RAIS. GRSET, IBGE (2006).

As regiões Nordeste, em maior grau, e a Sudeste apresentam melhor desempenho, no critério essencialmente qualitativo, de pessoas remuneradas na faixa de mais de 20 salários mínimos. São muitas as suposições sobre esse desempenho do Nordeste, mas é provável que isso se justifique especialmente pela implantação de empreendimentos hoteleiros internacionais.

Nessa linha de hipótese, considerou-se que essas empresas remuneraram melhor o corpo gerencial e pagam menores salários às funções operacionais, pois, frequentemente, os gerentes são oriundos de outras localidades, principalmente do eixo sul-sudeste, que dispõem de mais capacidade na formação profissional.

Na análise da apropriação de renda, segundo as classes de rendimento, observa-se que os 54,72% mais pobres se apropriam de 34,17%, enquanto, no outro extremo, os 1,62% mais ricos, aqueles que recebem mais de 5 salários mínimos (ou 100% - 98,38%), ficam com 11,09% da renda do setor (100% -88,91).

Embora o grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda mantenha-se alto, “no ano de 2006 esse indicador da desigualdade na distribuição pessoal da renda foi ainda significativamente alto (0,54%), porém 8,5% inferior ao constatado em 1980 (0,59)” (POCHAMANN, 2007, p. 1). Ainda, segundo o autor, para avançar nessa questão distributiva, “o Brasil tenderia a levar mais de seis décadas para alcançar o estágio atualmente verificado nas economias avançadas”.

Ainda que a remuneração do setor esteja entre as mais baixas no plano nacional e internacional (AGUILLAR, 1994, p. 14), estima-se que o setor, direta e indiretamente, responda por 10% da força de trabalho mundial (COOPER, SHEPHERD, WESTLAKE,

2001, p. 89). Além do mais, incorpora (Tabela 12) setores considerados de uso intensivo de trabalho humano e cria empregos em localidades com desemprego recorrente<sup>41</sup>.

A Tabela 15 evidencia a razão entre a renda dos 20% mais ricos sobre a renda dos 40% mais pobres para os 6 setores da economia. Esse indicador, ao evidenciar os estratos díspares, demonstra a concentração de renda individual, ou seja, considera o número de “vezes que a renda do quinto superior da distribuição da renda é maior do que a renda do quinto inferior de renda *per capita*” (IBGE, 2004, p. 2).

**Tabela 15 - Cálculo do Percentual de Renda Absorvida, Razão de Renda e Índice de Gini, por atividade econômica, segundo a faixa de remuneração média. Brasil, 2006.**

Setores da economia	Percentual de renda absorvida peso 40% mais pobres (%)	Percentual de renda absorvida pelos 20% mais ricos (%)	Razão entre a renda dos 20% mais ricos sobre a renda dos 40% mais pobres (%)	Índice de Gini
<b>Turismo</b>	<b>11,23</b>	<b>58,27</b>	<b>5,19</b>	<b>0,65</b>
Indústria	6,47	44,93	6,95	0,73
Agropecuária	10,27	59,38	5,78	0,65
Comércio	10,12	55,60	5,50	0,67
Construção Civil	8,69	54,01	6,21	0,68
Serviços	5,65	44,42	7,86	0,74

FONTE: GRSET, IBGE (2006).

Assim, a capacidade de distribuição de renda do turismo em uma comparação intra-setorial é ambígua, ainda que apresente melhor desempenho sobre os quatro setores - Indústria, (0,73), Serviços (0,74), Construção Civil (0,68) e Comércio (0,67) - segundo o Índice de Gini. Comparativamente, o setor do turismo (e também o agropecuário) demonstrou uma renda *per capita* extremamente baixa.

Considerando a renda apropriada pelos diversos segmentos sociais dos anos 1980 para cá, pouca coisa mudou em termos de distribuição de renda, o que mostra que diferenças do índice do Gini como as encontradas são, de fato, significativas. Isso reflete a rigidez da distribuição de renda brasileira.

O bom desempenho do setor, embora muito importante para a economia nacional, ainda tem pouca significância para uma distribuição de renda menos perversa. Sinaliza, porém, para uma contribuição mais efetiva. Os dados apresentados evidenciam que a desigualdade, com leve graduação entre um setor e outro, perpassa indistintamente todos os setores da economia. De fato, quanto maior a apropriação do percentual de renda absorvida

<sup>41</sup> IBGE. Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005. EBAPE-FGV. Boletim de Desempenho Econômico do Turismo, 2006.

pelos 20% mais ricos em relação ao outro extremo, mais se concretiza o perfil distributivo desigual.

A Tabela 15 sinaliza o comportamento dos setores líderes da economia na apropriação de renda dos 40% mais pobres, isto é, a razão entre a parcela da renda detida pelos 40% do percentual de pessoal ocupado. O resultado evidencia que o turismo contribui em maior grau na apropriação de renda pelos 40% mais pobres.

Portanto, o fato de o turismo apresentar um Índice de Gini igual a 0,65 é bastante significativo. Ele distribui melhor a renda do que o próprio setor da construção civil. O setor vem apresentando destaque em seu desempenho se comparado aos setores tradicionais, com crescimento constante, e ampliando significativamente seu papel como fonte geradora de emprego e renda.

Para melhor compreensão da contribuição do setor para a questão distributiva, na próxima seção, faz-se uma análise comparativa da situação de desigualdade entre os municípios turísticos e aqueles não-turísticos.

Essa relação, muitas vezes, depende de variáveis externas à atividade turística, ou seja, a distribuição de renda é apenas uma das consequências do turismo sobre o desenvolvimento das cidades dos países periféricos. Já em países centrais, tais como Alemanha, Japão, Austrália e outros, têm saldos deficitários derivados de uma maior saída de turistas do país, sem representar um aspecto econômico negativo ao país (WITT e MOUTINHO, *apud* LAGE e MILONE, 2001, p. 170). Os autores afirmam ainda que é preciso o esclarecimento de que, em termos de pólos turísticos emissores e receptores, nem sempre os países emissores, notadamente os desenvolvidos, têm necessariamente um superávit na conta turismo da balança de pagamentos (LAGE e MILONE, 2001, p. 170), nem por isso a distribuição de renda é tão desigual.

As contradições emergem quanto à efetividade do setor como promotor de mudança social em países em desenvolvimento a despeito do crescimento econômico do setor, inclusive no Brasil.

### **5.3 Análise da Trajetória de Indicadores de Desigualdade ao Longo da Década de 1990**

O turismo ocupa a pauta de muitas discussões, sejam elas do ponto de vista econômico ou social, e está presente especialmente em planos diretores de muitos municípios ou em planos de governo municipais, sobretudo quando o assunto é melhoria das cidades e das

condições de vida da população. Em 2008, foi citado, de modo incisivo, nas propostas de trabalho de candidatos a prefeito nas últimas eleições.

Os dados sobre a contribuição do setor nos aspectos econômicos e sociais são pouco evidentes. Essa situação parece mais acentuada nas localidades onde a atividade instituiu-se de forma espontânea ou foi induzida pela esfera pública e privada sem uma planificação prévia e efetiva, focada essencialmente na avaliação das suas potencialidades e fragilidades como destino turístico.

A lacuna de informações, quanto ao grau de intervenção do turismo na distribuição de renda nas localidades, pode ser um dos fatores que contribuem para discursos pouco consistentes, e deve-se, em parte, à capilaridade do setor com outras atividades econômicas aliada ao alto grau de informalidade e à falta de regulação no setor, tema discutido em seções anteriores.

Além disso, não se pode esquecer que esses municípios refletem, historicamente, a característica do país como agro-exportador, determinante no desenho espacial das cidades (REIS FILHO, 1995, p. 23). É possível perceber que as transformações na produção e nas relações sociais, decorrentes do processo de formação do Estado Nacional no Brasil e do processo de estruturação das cidades brasileiras, ainda têm a questão urbanística tratada não no âmbito da sociedade e sim no âmbito de garantia do fluxo de mercadoria. E o processo de turistificação apresenta pouca distinção deste modelo.

Essa recorrência histórica decorrente do processo de estruturação das cidades brasileiras do final do século XIX, que prioriza segmentos da sociedade, se perpetua nas políticas urbanas e habitacionais também nos municípios turísticos. As prioridades de investimento público nos serviços coletivos destinados às áreas que demonstram mais atratividade para o visitante ficam mais evidentes.

Na análise sobre as localidades, observou-se que os seguintes impactos positivos e negativos do turismo, abordados no terceiro capítulo - privatização da paisagem, participação da população nas políticas de desenvolvimento do turismo, predominância da atividade sobre outras atividades, caráter informal e descaracterização dos lugares devido à nova função - aparecem em menor ou maior intensidade.

Em relação à privatização da paisagem, verifica-se que a supremacia econômica da atividade e sua forma peculiar de apropriação do espaço vão se estabelecendo, ampliando a vulnerabilidade dos residentes com menor capacidade social de adaptação, que acabam impelidos a habitar as periferias das cidades de pequeno e médio porte, reproduzindo um fenômeno já observado nas metrópoles. Essa vulnerabilidade social, que provoca o



deslocamento da comunidade local nesses espaços, apresenta-se nas desigualdades relacionadas à questão econômica: preços de terrenos, de alimentos e serviços básicos; deve-se, também, à segregação social, resultante da velada restrição de acesso desta aos espaços livres, áreas verdes, parques urbanos, praias, considerando que a função estética (embelezamento da cidade) está intimamente relacionada à função social de uma localidade, isto é, com as possibilidades de lazer que essas áreas oferecem à população (USP, 1994, p. 3-4).

Também se percebe que as políticas de turismo estão centralizadas no âmbito público e contam com pouca participação da comunidade local e com frágil efeito multiplicador para a região. É comum o estímulo dos governos para instalação de complexos turísticos, oposto ao incentivo de criação e fortalecimento de pequenas empresas locais. Também ocorre escassez de recursos destinados à formação profissional da população como mecanismo para minimizar a vinda de trabalhadores de outras localidades mais preparados profissionalmente. Além do mais, não ocorre integração do setor com outras atividades econômicas e outras políticas (educação, infraestrutura, saúde, transporte, etc.) para evitar ações isoladas considerando a interdependência do setor com outras atividades socioeconômicas.

Outro impacto refere-se à predominância da atividade sobre outras. Não são consideradas as diversas funções e atividades em que a população já dispõe de uma cultura técnica (pesca, agricultura etc.), que acabam se perdendo no decorrer do processo de turistificação. Cria-se uma dependência excessiva do turismo, com impactos na renda e perda na atividade principal. Sabe-se da importante associação das atividades já existentes ao turismo, permitindo a continuação de atividades outras, com impactos significativos na renda dos habitantes devido à sazonalidade e outros fatores já discutidos sobre o setor.

É preciso considerar ainda o caráter informal da atividade. A proliferação de “*nano-empresas*”, tais como vendedores de roupas, chapéus, alimentos, bebidas, especialmente em locais que se situam nas faixas litorâneas, e a sazonalidade características do setor favorecem o trabalho informal.

Outro impacto refere-se à descaracterização dos lugares devido à nova função. Conduzida pelo “boom” imobiliário, reforçada pela falta de regulamentação, bairros, ruas e construções sofrem interferências e perdem, com isso, o valor histórico-cultural, aprofundando as diferenças sociais e, assim, tornando mais antagonica a relação entre o visitante e a população local. Esse antagonismo se dá “[...] quando a população local precisa competir contra os turistas por recursos escassos ou por espaço, mas continua tendo validade como marco de referência” (BARRETO, 2004, p. 5).

Algumas dessas localidades oferecem pouca variedade de serviços em comparação à maioria das cidades que dispõem de mais recursos e variedade de tipos de serviços necessários às atividades de consumo da vida cotidiana, tais como atividades bancárias, financeiras e centro de compras e, até mesmo, mercado de abastecimento de gêneros alimentícios. Assim, essas cidades irradiam atividades para cidades vizinhas mais equipadas e que respondem melhor às necessidades de abastecimento das cidades turísticas, principalmente na alta temporada.

O aumento sazonal do consumo de serviços de hospedagem, alimentação e de lazeres é uma situação corriqueira nessas cidades. Em determinados períodos, recebe um fluxo de pessoas muitas vezes aquém da sua estrutura turística. Além do mais, a população residente tem consumo reduzido perante o contingente de visitantes. Com isso, muitas vezes, as cidades e os moradores sofrem os impactos da superpopulação sazonal, e tem a oferta de equipamentos coletivos e o acesso à infraestrutura básica comprometidos.

A contradição é que ao mesmo tempo em que esses fatores incomodam e interferem sobremaneira no cotidiano dessas localidades, esses conflitos são intermediados pela constatação de que esse é “um mal necessário” para a manutenção dos períodos de baixa temporada. Essa é outra particularidade do turismo. O setor presume uma relação linear, que pode ser positiva ou negativa, depende da ótica de análise.

Em algumas dessas cidades, em especial às de pequeno porte, os moradores priorizam, nos períodos de férias e finais de semanas prolongados, o trabalho no setor como atividade laboral principal. Retomam, nos períodos de menor fluxo, a outras atividades de menor renda, porém de maior constância ou, então, também de sazonalidade acentuada, como é o caso da pesca. Assim, fazem o “caixa” para suportar os períodos mais magros no aguardo da nova temporada.

Ainda assim, “[...] a especialização turística pode fortalecer outros setores da economia local que estavam estagnados, ou devido à situação de renda insuficiente dos residentes para o consumo, trazendo benefícios para as pessoas na geração de renda, empregos e na revalorização de alguns traços culturais e recursos locais” (BENEVIDES, 1999, p. 76).

Outros avanços podem ser observados a partir do processo de turistificação recorrente nessas localidades como melhoria dos equipamentos coletivos em atendimento às demandas do setor por serviços sociais básicos, aumento da arrecadação de impostos e outras taxas do setor e a descentralização espacial.

A descentralização espacial tem particular importância para o país, considerando a realidade social pautada por desigualdades regionais e poucas perspectivas de mudança em curto prazo. Sabe-se que “[...] o desenvolvimento é desigual no espaço territorial brasileiro, além do mais, o alargamento da base técnica produtiva não incorporou ao mercado parcela expressiva da população nem se fez acompanhar de uma melhoria na distribuição de renda interna” (PIQUET, 1993, p. 13).

O turismo tem essa capacidade de se instalar em lugares distantes e desprovidos da estrutura existente em espaços mais equipados e é, também, menos exigente que a indústria<sup>42</sup>, podendo até se instalar em locais de acesso precário e pouco atrativo para outras atividades econômicas. Desse modo, “[...] o setor pode utilizar atividades atrativas para induzir o fluxo de visitantes por meio da promoção de eventos que em determinadas localidades representam soluções para a economia estagnada” (HARVEY, 1996, p. 59).

A falta de clareza para compreender se o setor é gerador de maior grau de igualdade ou desigualdade nos municípios em que a atividade tem relativa predominância, deve-se, em grande parte, às dificuldades na mensuração dos impactos, decorrentes do aspecto heterogêneo das atividades características do turismo.

Na busca do entendimento da questão principal que norteia este trabalho, qual seja compreender de que forma a atividade turística interfere na distribuição da renda nos municípios turísticos brasileiros, traçou-se um panorama sobre a situação de desigualdade de renda dos municípios turísticos entre os anos censitários de 1991 e 2000, comparando-os com os demais municípios brasileiros.

### **5.3.1 Panorama sobre a situação de desigualdade de renda dos municípios turísticos**

Para conhecer a situação de desigualdade de renda nos municípios turísticos entre os anos censitários de 1991 e 2000, comparando-os com os demais municípios brasileiros, fez-se a seleção dos cinquenta municípios com maior peso relativo deste setor, em 1991, a partir da identificação dos municípios que evidenciaram maior peso na proporção pessoal ocupado no turismo pessoal ocupado total no país.

---

<sup>42</sup> Em O estado capitalista e a questão urbana, J. LOJKINE (1981) analisa os critérios de implantação das grandes firmas, assegura que o fator determinante para a escolha do lugar de instalação de indústria são as vantagens locais: ligações fáceis com outros países, existência de um conjunto de INFRAESTRUTURAS urbanas e dedica especial atenção ao subdesenvolvimento crescente das regiões menos equipadas em INFRAESTRUTURAS urbanas (meios de circulação materiais e meios de consumo coletivos).

O *ranking* dos cinquenta municípios que dependem economicamente do turismo no Brasil (Tabela 16), devido ao peso do pessoal ocupado nas atividades consideradas diretamente relacionadas ao setor neste estudo, evidencia que algumas dessas localidades tiveram dentre as principais ocorrências:

**Tabela 16 - Municípios com maior peso no turismo, por vínculos dos setores agregados, o percentual de vínculos de pessoas ocupadas no setor. Brasil, 1991.**

Ranking	UF	Município	Percentual de Vínculos no setor	Ranking	UF	Município	Percentual de Vínculos no setor
1	SP	Águas de São Pedro	28,7%	26	RS	Canela	11,6%
2	GO	Caldas Novas	25,3%	27	SP	Campos do Jordão	11,4%
3	BA	Porto Seguro	22,0%	28	SP	Águas de Santa Bárbara	11,4%
4	SP	Águas de Lindóia	19,6%	29	SP	Aparecida	11,3%
5	PE	Fernando de Noronha	18,6%	30	SP	Itanhaem	11,2%
6	GO	Rio Quente	18,5%	31	RJ	Cabo Frio	11,2%
7	PR	Foz do Iguaçu	16,9%	32	SP	Serra Negra	10,9%
8	MG	Caxambu	15,5%	33	SP	Mongagua	10,9%
9	SP	Ilhabela	15,1%	34	RJ	Parati	10,8%
10	PR	Balneário Camboriu	14,7%	35	RS	Arroio do Sal	10,8%
11	RJ	Itatiaia	13,9%	36	SP	Ubatuba	10,6%
12	BA	Santa Cruz de Cabralia	13,5%	37	BA	Milagres	10,5%
13	SC	Gravatal	13,4%	38	SP	Guarujá	10,3%
14	RJ	Mangaratiba	13,1%	39	RS	Gramado	10,3%
15	MG	São Lourença	13,1%	40	SP	São Vicente	10,2%
16	SC	Porto Belo	12,7%	41	RJ	Miguel pereira	10,1%
17	SC	Camboriú	12,6%	42	RJ	Angra dos Reis	9,8%
18	BA	Itaparica	12,6%	43	SP	Praia Grande	9,8%
19	SP	São Sebastião	12,4%	44	MG	Sabará	9,5%
20	SP	Caraguatatuba	12,2%	45	SP	Queluz	9,4%
21	RS	Tramandaí	12,0%	46	SP	São Pedro	9,3%
22	PR	Matinhos	12,0%	47	SP	Paraibuna	9,3%
23	SC	Itapema	11,9%	48	SC	Santo Amaro da Imperratriz	9,2%
24	BA	Vera Cruz	11,8%	49	MG	Congonhas	8,9%
25	ES	Guarapari	11,6%	50	RJ	Resende	8,6%

FONTE: IBGE, Censo 1991.

No conjunto, cinco municípios são considerados Estâncias Hidrominerais. Destes, Águas de São Pedro figura em primeiro lugar na lista de municípios selecionados com o maior vínculo (28,7%) de empregos na relação pessoal ocupado no turismo e pessoal ocupado total. O município é considerado como detentor de um dos melhores IDH: IDH-M Renda: 0,918 IDH-M Longevidade, 0,874 IDH-M e Educação 0,933 (IPEADATA, 2006) do país. O município localiza-se a 169 km da cidade de São Paulo (SP), Mesorregião de Piracicaba, segundo menor município brasileiro (3,64 km<sup>2</sup>). A criação do município se deu a partir instalação da Empresa Águas Sulfídricas e Termiais de São Paulo (1936), posteriormente Estância Hidromineral e Climática de Águas de São Pedro (1940). Na década de 1940, as

fontes termiais tiveram significativa relevância no cenário ainda bastante incipiente do turismo no Brasil.

O peso do setor de serviços em Fernando de Noronha é de 82,2%, considerando o PIB (valor adicionado em agropecuária, indústria e serviços) de 2006. O arquipélago foi base avançada na II Guerra Mundial, em um tratado de cooperação com os Estados Unidos da América. Posteriormente, período de 1957 a 1965, Posto de Observação de Mísseis Teleguiados. (IBGE, 2007). Território Federal, em 1942, foi administrado por militares do exército até 1981, pela Aeronáutica até 1986 e pelo Ministério do Interior até 1988, quando se deu a reintegração a Pernambuco. Sua trajetória inclui, ainda, a instalação de um presídio para abrigar presos políticos (1938), os ciganos (1739), os farroupilhas (1844) e os capoeiristas (em 1890). Hoje, a atividade predominante é o turismo.

Na investigação das principais ocorrências e características dessas localidades na variável recurso turístico, geradoras de atratividade para a visita, utilizou-se, como base, a tipologia de recursos naturais de interesse turístico (PIRES, 2002, p. 232). Buscou-se uma visão panorâmica das ocorrências de recursos naturais que podem ser atributos motivadores dessa demanda e, assim, trazer conjecturas sobre o grau de interesse desses recursos e as suas ocorrências nas localidades selecionadas. Cabe esclarecer que a demanda turística não é objeto deste estudo, portanto foi pouco explorada, bem como os fatores locacionais das atividades em localidades com vocação turística ou não.

O perfil dessas localidades, considerando a tipologia, parece pouco atrativo para a instalação de indústrias<sup>43</sup>, mas elas são detentoras de grande atratividade nos aspectos de paisagem, com número limitado de atividades de serviço - excetuando, Foz do Iguaçu (PR) nos dez primeiros do *ranking*. Percebe-se que ocorre predominância do bioma Mata Atlântica e também que a maior parte dos municípios turísticos localiza-se na faixa litorânea brasileira, embora os dois primeiros municípios do ranking, que evidenciaram maior peso do turismo no pessoal ocupado em 1991, localizem-se no Bioma Cerrado.

Convém considerar que para as pessoas que visitaram algumas dessas localidades restam, certamente, boas recordações: das belas paisagens, da beleza das praias e serras e dos momentos de descanso e recreação. A visão do visitante é seletiva, muitas vezes “vê o que quer ver”, o sítio ideal. O sítio real pode até passar despercebido, dependendo de como o pacote turístico foi elaborado, especialmente em relação ao modo de vida da população dessas

---

<sup>43</sup> Considerando a preferência locacional das indústrias, em que a maioria “[...] prefere a concentração em centros industriais existentes, mesmo que os custos de produção sejam mais elevados do que em locais alternativos com desvantagens quanto ao acesso ao mercado” (RICHARDSON, 1975, p. 102).

localidades visitadas. Assim, ao visitante não é possível perceber se o segmento do turismo contribui como produtor ou promotor de maior igualdade ou desigualdade.

Para contribuir com a análise dessa questão, elaborou-se um diagnóstico genérico de como ocorre à distribuição de renda no interior do setor do turismo. O estudo dos vínculos do trabalho da população ocupada no turismo em atividades econômicas ligadas ao setor, resultante da análise intra-setorial, trouxe um conjunto de informações que torna possível uma avaliação do grau de (des)igualdade na distribuição de renda nos municípios ditos turísticos.

Em uma análise comparativa da forma como ocorreu o padrão de distribuição da renda, nos municípios ditos turísticos e nos municípios não-turísticos, observou-se, a partir do cruzamento dos dados, que estes apresentam desempenho análogo na distribuição de renda.

Na análise comparativa do cruzamento dos dados resultantes do Índice T de Theil, que mede o grau de desigualdade na distribuição, segundo a renda familiar, dos 50 municípios, há pouca evidência sobre um melhor comportamento dos municípios mais turísticos e os menos turísticos.

Ao avaliar a variação do índice no período 1991-2000 (Anexo 4), constata-se que em semelhante período o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita* nos municípios turísticos aumentou consideravelmente.

Os efeitos do setor sobre a distribuição de renda, considerando o índice, demonstraram que a concentração de renda nas localidades turísticas ampliou-se. Assim, evidencia-se a relativa sensibilidade do crescimento econômico na redução do grau de igualdade. Essa forma de crescimento reflete-se no aumento da pobreza, pois a desigualdade econômica provoca a desigualdade social, fruto da alta concentração da renda, o que ocorre no país em geral.

O aumento da desigualdade de renda, medida pelo Índice de T de Theil (Tabela 17), é evidente na maior parte dos cinquenta municípios, ou seja, do conjunto. Na maioria dos municípios houve um aumento no grau de desigualdade no período 1991-2000, apesar da relativa estabilidade econômica. Esse aumento pode ter ocorrido em decorrência das políticas do turismo<sup>44</sup>, implantadas em 1995, especialmente o Programa Nacional de Municipalização do Turismo-PNMT.

Uma das propostas do Programa visava “[...] disponibilizar, aos municípios brasileiros com potencial turístico, condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o desenvolvimento da atividade turística” (PNMT, 1994). Essa política favoreceu a implantação de equipamentos turísticos e impulsionou especialmente as redes hoteleira e gastronômica.

---

<sup>44</sup> EMBRATUR/AMPTUR. Programa Nacional de Municipalização do Turismo-PNMT. Brasília, 1994. EMBRATUR/IBAMA. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Brasília, 1994.

Contudo, como a viabilização dos recursos junto às instituições financeiras para implantação dos equipamentos turísticos ficaram sob a responsabilidade dos municípios<sup>45</sup>, os quais têm demanda diversificada, e isso levou à priorização de algumas áreas consideradas mais atrativas ao capital nacional e estrangeiro.

**Tabela 17 - Índice T de Theil dos cinquenta municípios turísticos, ordenados segundo vínculos de maior número de emprego no turismo, em 2006. Brasil, 1991-2000.**

Nº	UF	Município	Índice T de Theil		Nº	UF	Município	Índice T de Theil	
			1991	2000				1991	2000
1	SP	Águas de São Pedro	0,606	0,764	26	RS	Canela	0,456	0,476
2	GO	Caldas Novas	0,525	0,645	27	SP	Campos do Jordão	0,465	0,525
3	BA	Porto Seguro	0,771	0,694	28	SP	Águas de Santa Bárbara	0,524	0,493
4	SP	Águas de Lindóia	0,595	0,514	29	SP	Aparecida	0,584	0,507
5	PE	Fernando de Noronha	0,216	0,516	30	SP	Itanhaém	0,477	0,533
6	GO	Rio Quente	0,509	0,630	31	RJ	Cabo Frio	0,533	0,625
7	PR	Foz do Iguaçu	0,573	0,581	32	SP	Serra Negra	0,513	0,531
8	MG	Caxambu	0,646	0,528	33	SP	Mongaguá	0,434	0,522
9	SP	Ilhabela	0,509	0,567	34	RJ	Parati	0,457	0,636
10	SC	Balneário Camboriú	0,526	0,635	35	RS	Arroio do Sal	0,443	0,445
11	RJ	Itatiaia	0,604	0,516	36	SP	Ubatuba	0,506	0,578
12	BA	Santa Cruz Cabralia	0,608	0,699	37	BA	Milagres	0,499	0,525
13	SC	Gravatal	0,527	0,342	38	SP	Guarujá	0,403	0,46
14	RJ	Mangaratiba	0,483	0,559	39	RS	Gramado	0,417	0,402
15	MG	São Lourenço	0,670	0,751	40	SP	São Vicente	0,412	0,443
16	SC	Porto Belo	0,410	0,465	41	RJ	Miguel Pereira	0,646	0,74
17	SC	Camboriú	0,368	0,333	42	RJ	Angra dos Reis	0,525	0,493
18	BA	Itaparica	0,476	0,526	43	SP	Praia Grande	0,419	0,52
19	SP	São Sebastião	0,447	0,529	44	MG	Sabará	0,528	0,41
20	SP	Caraguatatuba	0,526	0,524	45	SP	Queluz	0,561	0,6
21	RS	Tramandaí	0,491	0,618	46	SP	São Pedro	0,437	0,459
22	PR	Matinhos	0,453	0,468	47	SP	Parafbuna	0,614	0,535
23	SC	Itapema	0,428	0,867	48	SC	Santo Amaro da Imperatriz	0,342	0,357
24	BA	Vera Cruz	0,608	0,669	49	MG	Congonhas	0,533	0,46
25	ES	Guarapari	0,541	0,613	50	RJ	Resende	0,581	0,563

FONTE: Construída com base nas informações contidas no Censo, IBGE (2007), PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; MuniNet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal (2008).

Assim, acredita-se que o aumento da desigualdade de renda (Tabela 17) relacione-se especialmente aos efeitos da concentração de renda advindas do processo de turistificação pelo qual passaram muitas dessas localidades nesse período.

<sup>45</sup> “O programa estabelecia a adequação de linhas de créditos e outros instrumentos voltados para as empresas do turismo, promovendo parcerias junto às instituições financeiras, propondo torná-las mais acessíveis” (EMBRATUR, 1994).

A situação pela qual o grau de desigualdade de renda dos municípios turísticos versus não-turísticos em 1991 se manifestou tanto no Índice T de Theil como na razão de renda 20% mais ricos e 40% mais pobres. Os indicadores sociais retratam a evolução da pobreza para muitos e o aumento da apropriação de renda para poucos no Brasil. A pobreza “refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter o padrão mínimo de vida, condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico” BARROS *et al*, 2001, p. 2).

A seleção evidenciou que 41 municípios (Anexo 3), onde o turismo tem maior peso no pessoal ocupado, têm população estimada em até 50 mil habitantes, ou seja, predominam os municípios de pequeno porte. A predominância é significativa e pode reforçar que o setor é um vetor de desenvolvimento regional em municípios de pequeno porte. Mas tal constatação pode também espelhar um resultado puramente estatístico, uma vez que um município menor, de menor complexidade produtiva, tem mais probabilidade de ser especializado em alguma atividade.

Ampliam-se, assim, as evidências de que subsidiariamente o setor poderá contribuir na redução da pobreza que acometem muitas das localidades<sup>46</sup> incluídas nessa classe de tamanho e que são vocacionadas para o setor e que dispõem de poucas alternativas de trabalho e renda.

Devem-se considerar, também, as limitações quanto à mensuração dos impactos do setor nos municípios de pequeno porte, os quais são menos equipados que os demais e, na maioria das vezes, bastante dependentes das infraestruturas de cidades médias metropolitanas e não metropolitanas mais equipadas para apoio à implantação, manutenção e crescimento da atividade.

A questão da infraestrutura de acesso, principalmente quando esta é precária, e a falta de proximidade geográfica com outras cidades sedes de médio e grande porte parece interferir na composição do conjunto de cidades ditas turísticas. A região norte, neste estudo, não tem nenhum município representado entre os mais turísticos em 1991 (conforme Tabela 18).

---

<sup>46</sup> Corroborando com a assertiva, a afirmação de Rosélia Piquet: “A pobreza é dispersa, pois, dos 29 milhões de pobres localizados em áreas urbanas, quase 20 milhões se encontram dispersos pela rede de pequenas e médias cidades fora da órbita metropolitana” (PIQUET, 1991, p. 9).



**Tabela 18 - Variação (1991-2000) da diferença (razão) entre a renda *per capita* da renda *per capita* média dos 20% mais ricos e dos 40 % mais pobres, nos municípios turísticos e não-turísticos, segundo as regiões geográficas e classes de tamanho populacional - Brasil.**

Classes de tamanho da população (habitantes)	Nº de municípios Turísticos	Variação da razão entre a Renda Média de Ricos e Pobres <sup>47</sup>		
		TURISTICO	NÃO TURISTICO	GERAL
<b>Centro Oeste</b>	<b>2</b>	82,68%	35,69%	35,90%
Até 10 000	1	131,27%	39,35%	39,60%
De 10 001 até 20 000	-	34,10%	19,74%	19,99%
De 20 001 até 50 000	1	-	10,55%	10,55%
De 50 001 até 100 000	-	-	17,78%	17,78%
De 100 001 até 500 000	-	-	22,52%	22,52%
<b>Nordeste</b>	<b>6</b>	34,84%	124,61%	124,30%
Até 10 000	3	55,47%	132,62%	132,44%
De 10 001 até 20 000	1	18,44%	126,91%	126,32%
De 20 001 até 50 000	2	-	36,18%	36,18%
De 50 001 até 100 000	-	-	23,82%	23,82%
De 100 001 até 500 000	-	5,73%	20,74%	18,60%
<b>Norte</b>	<b>0</b>	-	233,08%	233,08%
Até 10 000	-	-	288,29%	288,29%
De 10 001 até 20 000	-	-	70,02%	70,02%
De 20 001 até 50 000	-	-	33,57%	33,57%
De 50 001 até 100 000	-	-	22,67%	22,67%
De 100 001 até 500 000	-	-	42,61%	42,61%
<b>Sudeste</b>	<b>30</b>	15,12%	25,73%	25,54%
Até 10 000	3	12,76%	28,51%	28,37%
De 10 001 até 20 000	7	15,60%	17,31%	17,24%
De 20 001 até 50 000	12	11,29%	14,01%	13,87%
De 50 001 até 100 000	5	30,39%	19,59%	20,03%
De 100 001 até 500 000	3	9,53%	30,98%	29,03%
<b>Sul</b>	<b>12</b>	15,20%	10,34%	10,39%
Até 10 000	2	17,43%	10,81%	10,85%
De 10 001 até 20 000	4	13,98%	6,12%	6,45%
De 20 001 até 50 000	5	-	5,28%	5,28%
De 50 001 até 100 000	1	7,91%	17,70%	17,38%
De 100 001 até 500 000	12	-	30,67%	30,67%
<b>Total Geral</b>	<b>50</b>	<b>20,21%</b>	<b>72,27%</b>	<b>71,80%</b>

FONTE: Censos 1991-2000.

A distribuição de localidades por região resultou na seguinte composição regional no período de estudo: 84% das localidades ditas turísticas estavam localizadas no eixo sul-sudeste e 16% nas demais regiões. Essa composição pode estar relacionada, principalmente, à

<sup>47</sup> É uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Compara a renda média dos indivíduos pertencentes aos dois décimos mais ricos da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição. Para obter mais informações metodológicas acesse (UNDP, 2000).

densidade populacional do entorno, às condições de consumo da população, à proximidade das cidades e às condições de acesso.

Considerando essas facilidades, as regiões sul e sudeste têm preponderância nos deslocamentos de suas populações entre as localidades. Contudo, estimativas (MTur, 2008; FIPE 2006; UNB/CET, 2006) apontam para uma participação regional menos concentrada e com uma ligeira tendência de polarização regional. Possivelmente, haverá avanços na desconcentração regional para o período censitário 2000-2010.

A Região Sudeste manteve a hegemonia (Tabela 18). Essa situação é análoga ao que ocorre nos demais grandes setores da economia. Porém, na demanda potencial, a Região Nordeste tem possibilidades de avanço em relação às demais, considerando que as atratividades foram alavancadas nas artes e na cultura na composição do produto turístico em um significativo número de localidades.

Esse resultado pode ser creditado aos investimentos públicos e privados destinados a algumas UFs (Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte) ou beneficiadas pelo PRODETUR-NE. Além do mais, em períodos de menor crescimento, nas décadas de 1980 e 1990, houve políticas de indução para a diversificação da economia nordestina, surgindo, então, serviços modernos e vetores da atividade turística, tais como pólos médicos concentrados, pólos de comércio, turismo e hospedagem (GUIMARÃES NETO, 1999, p. 244).

O Brasil tem um dos mais elevados grau de concentração de renda entre os países da América do Sul, em vista dessa má distribuição de renda, uma considerável desigualdade social, que se reflete quase que na totalidade dos municípios brasileiros. Escapam a essa realidade poucas localidades, as “ilhas de prosperidade”, que também apresentam rendas concentradas, mas com menor grau de desigualdade.

A situação de pobreza de parcela da população é recorrente na maioria dos municípios brasileiros, em diferentes graduações, inclusive nos municípios turísticos. As variações do percentual de pobreza, ainda que acentuadas, refletem uma sensível diminuição. Essa tendência, em menor grau, ocorre também em municípios não turísticos.

É preciso considerar que este indicador é influenciado pelas variações da renda, decorrentes de aumento de salário mínimo, programas de renda mínima, preços de alimentos, bem como da dinâmica do mercado de trabalho (JANNUZZI, 2004, p. 103). Assim, o declínio dos percentuais de pobreza dessas localidades pode estar associado a essas variações.

Os resultados sugerem que nos municípios turísticos a razão (20% mais ricos e 40% mais pobres) cresceu significativamente menos do que nos demais municípios. Ou seja, o

quadro foi de concentração de renda generalizado, mais este fenômeno causou menos impacto nos municípios turísticos do que nos não turísticos.

Contudo, em geral houve uma expressiva queda na renda apropriada pela parcela dos 40% mais pobres, tanto nos municípios turísticos quanto nos não turísticos. Contudo o quadro geral também mostra que enquanto nos municípios turísticos a renda dos mais pobres caiu - 8,9%, nos municípios não turísticos esta renda caiu cerca de - 14,6%. Esse resultado deu-se graças à diferença expressiva nos municípios turísticos do NE onde os pobres tiveram uma redução de sua participação na renda de 15,3%, sendo esta queda de mais do que o dobro (- 31,1%) para os municípios não turísticos do NE (Anexo 4).

A análise dos indicadores de pobreza, no período 1991 e 2000, demonstra encadeamento entre os municípios mais turísticos e os menos turísticos, ou seja, há poucas evidências da contribuição do setor para a melhoria desses percentuais quando se compara os resultados do indicador.

A maioria dos municípios apresentou diminuição do grau de pobreza, mas isso não demanda comemoração. Os percentuais de pobreza ainda são elevados, indicando que a redução não traduz menor desigualdade. Assim, do ponto de vista quantitativo, os municípios mais turísticos foram mais efetivos na concentração de renda perante os menos turísticos.

Há indicação de que o setor também concentra renda em boa parte das cidades turísticas brasileiras. A maior evidência se encontra no retrato urbano dessas localidades, em que paulatinamente a população tradicional se afasta das áreas de maior interesse político de forma espontânea ou induzida, com maior frequência, pelo alto custo de moradia dessas áreas a partir do processo de turistificação.

Esse processo desencadeia o interesse privado de um lado, principalmente do mercado imobiliário, que se apodera desses espaços para a construção de prédios e condomínios; de outro, o reforço do setor público na urbanização e revitalização desses locais de interesse turístico na dotação de infraestruturas. Os benefícios de acesso e uso dessas infraestruturas apresentam, na maioria das cidades sedes dos municípios, alto grau de segregação. Nem sempre a instalação e implantação dessas infraestruturas visam o bem-estar da sociedade.

Assim, no campo da melhoria urbana, o turismo tem ação segregadora, especialmente nos municípios brasileiros. Contudo, em uma visão panorâmica sobre o papel do setor na distribuição da remuneração dos fatores de produção *vis-à-vis* a outros setores da economia brasileira, há evidências de que o setor de turismo é “intensivo em trabalho em comparação com o restante da economia, que se caracteriza por ser intensiva em capital” (CET/UNB, 2004, p. 9).

Além dessas implicações, há a mobilidade da força de trabalho empregada no turismo que, ante às flutuações sazonais do mercado, é forçada a deslocar-se no território em busca de emprego durante a baixa estação, em busca de trabalho em outros segmentos. Essa alternância da atividade laboral que os trabalhadores do turismo enfrentam devido à sazonalidade tem outras decorrências, tais como baixos salários, desamparo legal, custos assumidos no decorrer do seu processo de trabalho.

Pautar o estudo nos rendimentos do trabalho poderá dissimular outras dimensões tais como a “distribuição funcional de renda e aquela dos efeitos do desemprego sobre a própria distribuição” (DEDECCA *et alii*, 2004, p. 1), como afirmado em seções anteriores. Contudo, houve pouca mudança na distribuição de renda antes e depois do processo de turistificação pelo qual passaram e passam esses municípios.

Embora haja essas implicações, pode se afirmar que o grau de desigualdade tende a ser análogo nos municípios mais turísticos e nos menos turísticos. Note-se que, em princípio, os municípios mais turísticos, embora apresentem aumento no percentual de pobreza, no período, essas estimativas da evolução temporal entre os municípios e as regiões revelam pouca disparidade entre os municípios mais turísticos e menos turísticos.

As diferenças observadas nessas localidades podem refletir o adensamento significativo pelo qual passaram muitas delas, já mencionados neste capítulo e na Tabela 19 e, contribuem, assim, na ampliação da proporção de pobres. Porém, essa realidade é parte da história da desigualdade brasileira, já que a miséria e a pobreza presentes nessas localidades passam a ter uma explicação bem mais complexa (GUIMARAES NETO, 1999, p. 231) e ultrapassam a questão da turistificação de um lugar.

É neste contexto que se precisa analisar o adensamento que ocorreu a partir do momento que estas localidades pousaram nos roteiros e pacotes turísticos nacionais e internacionais. Assim, na medida em que essas localidades ampliavam a oferta de serviços nos períodos de alta temporada, aumentava a necessidade de mão-de-obra.

Além do considerável crescimento da população residente em algumas cidades, a taxa média de crescimento superou 10% no período 1991-2000 (Tabela 21). As que demonstraram maior ativismo populacional foram Santa Cruz de Cabrália (15,49%) e Porto Seguro (11,95%) na Bahia, Rio Quente (10,74%) em Goiás, Esse aumento populacional em municípios em até 5 mil habitantes é mais comum quando surge uma nova atividade, embora esse critério não se aplique a Porto Seguro, onde a variação foi considerável, passou de 34.661 para 114.459 no período 1991-2007.

Apenas um município evidenciou crescimento negativo no período 1991-2000: Águas

de Santa Bárbara (SP), embora a ocorrência tenha sido pouco expressiva. Nas informações e dados sobre os municípios, nada se encontrou que justifique essa variação na dinâmica demográfica. No período de 2000-2007, a taxa de crescimento foi menos pronunciada.

A classificação dos municípios incluiu 9 localidades que compõem o elenco de 65 Destinos Indutores-DI. Se a política de indução cumprir o estabelecido, quer seja, efetivar as ações propostas no documento<sup>48</sup> do MINTUR (2008), especialmente na manutenção dos investimentos, certamente haverá um movimento importante na equipagem e melhoria das localidades contempladas. Mas falta fôlego para um movimento de política de desenvolvimento regional, mesmo com a ampliação do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR.

As políticas voltadas para o setor são difusas e, aparentemente suas ações medeiam ao mesmo tempo políticas para o turismo e o desejo de contemplar todas as unidades da Federação, a partir de critérios um tanto subjetivo na definição dos DI selecionados. Muito embora, haja perspectiva de que os investimentos nessas localidades irradiem para a vizinhança e provoquem o incremento na economia, resultando em crescimento econômico e na redução da desigualdade regional.

Esse imediatismo impossibilitava a capacitação de pessoas e incentivava a contratação informal de trabalhadores na maioria das vezes sem qualificação. Evidentemente, a informalidade tem outras causalidades. Em um empirismo abstrato pode-se suscitar que a maioria dos municípios teve um adensamento concomitante às atividades do turismo e receberam um quantitativo de pessoas com baixa qualificação, oriundas de outras atividades econômicas ou de atividades informais.

Ainda assim, acredita-se que esses municípios tenderiam a apresentar mais dificuldades sem o processo de turistificação, pelas razões já apresentadas, considerando as variáveis: tamanho, população, acesso à qualificação, entre outras. Além dessas variáveis, muitas dessas localidades têm sua economia baseada em produtos primários, agricultura de subsistência e formas arcaicas de produção, situações essas análogas às que constituíam obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico do Nordeste, que culminaram com a proposta do GTDN<sup>49</sup> para Uma Política de Desenvolvimento Econômico do Nordeste. Dessa vez, é baseada no turismo, isto é, tem a intenção de materializar essa atividade e dotá-la de mais identidade funcional, para que retrate com mais exatidão o seu papel perante a economia

---

<sup>48</sup> Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do desenvolvimento turístico regional - Relatório Brasil (MTUR, EBAPE/FGV, SEBRAE, 2008).

<sup>49</sup> Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, sob a liderança de Celso Furtado (1959).

(SIQUEIRA, 205, p. 83) a partir de políticas efetivas que tornem o segmento menos difuso e alcance um papel mais central nas políticas públicas.

Nessa pesquisa, procurou-se evidenciar o papel do turismo na questão da distribuição de renda. Constatou-se que essa dimensão é pouco explorada e começa a tomar corpo com os estudos do IBGE (2008), que está qualificando as atividades características do turismo. O setor não consta do Sistema das Contas Nacionais 2004 e 2005, IBGE (2007) como atividade econômica, ou seja, os dados sobre o setor permanecem polarizados e classificados no conjunto de unidades de produção de outras classes, especialmente a de serviços. Há previsão do Sistema de Contas Nacionais incorporar o turismo nos próximos anos para elaboração de um sistema integrado de estatísticas.

O Sistema de Contas Nacionais é base de cálculo de um país, que permite vislumbrar a real condição de fatores econômicos vividos em um determinado período de tempo. Com isso, permitirá avaliar a forma como o Turismo participa da geração, distribuição e apropriação da renda, além de evidenciar a participação do setor na economia nacional.

Assim, o estudo, a partir do Sistema de Contas Nacionais, do IBGE (2008), que compõe os principais agregados macroeconômicos das atividades que caracterizam o turismo e a participação do setor na economia, vem prover as lacunas existentes pela não inserção do setor como atividade econômica nas pesquisas nacionais. Além disso, a desagregação do turismo como uma atividade econômica facilitará um estudo analítico para avaliação do setor na dinâmica da economia nacional.

Tornará possível, também, uma abordagem mais detalhada e específica da dimensão do setor e dos reflexos deste na economia dos municípios em que a atividade tem relevante papel na economia local, além de facilitar as pesquisas que não mais encontrarão muitas das limitações apontadas neste estudo, conforme explicitado no corpo do trabalho.

Os resultados encontrados a partir de uma avaliação subjetiva por classe de rendimento indicam que a renda média recebida pela população dos municípios mais turísticos comparada à renda média recebida pela população dos menos turísticos tem pouca alteração.

Houve uma expressiva queda na renda apropriada pela parcela dos 40% mais pobres, tanto nos municípios turísticos quanto nos não turísticos. Contudo, nos municípios turísticos a queda na renda dos mais pobres foi em menor grau que nos municípios não turísticos.

Os municípios selecionados como mais turísticos, principalmente, aqueles de pequeno porte, dispõem de poucas possibilidades de atração de investimentos e de instalações de infraestrutura para investimento dos cinco outros grandes setores das atividades econômicas.

Diante dessa situação, a atividade turística vai se mantendo de forma espontânea, sem maiores reflexões, reforçada pelas políticas públicas pouco eficientes no âmbito do turismo municipal e regional.

A evolução da atividade sofre a interferência da forma de planejamento e gestão do turismo no plano local, regional e nacional. O “Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão” (MTUR, 2007) reconhece o turismo como elemento de desenvolvimento econômico social e cultural. Contudo, as diretrizes propostas ainda necessitam percorrer um significativo caminho para o desenvolvimento regional do turismo, especialmente nas regiões que abarcam municípios turísticos de pequeno porte.

Isso difere do que ocorreu em um dos principais receptores do turismo mundial, como é o caso da França, que a partir da Lei Cornudet<sup>50</sup> (1911), que visava à ordenação do território francês, aprovou 273 projetos. Desses, 197 eram concernentes a cidades de menos de 10 mil habitantes, em grande parte estações balneárias, climáticas, termais e turísticas.

Um dos principais inconvenientes para a implantação das diretrizes para o desenvolvimento do turismo deve-se em parte à visão e às práticas de gestão e operação das atividades ligadas direta e indiretamente ao setor, ainda fortemente arraigada a concepções em desuso nos demais segmentos econômicos, além do “olhar” em uma perspectiva do crescimento econômico, o que contribui para acentuar o isolamento da população residente e a concentração de renda.

De acordo com o coeficiente de Gini, para a distribuição da renda total familiar *per capita*, cuja média, durante as duas últimas décadas, ficou em 0,58, o Brasil continua ocupando posição de destaque internacional como uma das sociedades mais desiguais do planeta. Durante o mesmo período, a média latino-americana ficou entre 0,49 e 0,50 e a africana entre 0,43 e 0,47. Em regiões mais igualitárias, como o clube dos países ricos (OCDE), o mesmo índice médio não ultrapassou 0,34.

---

<sup>50</sup> Denominada de “*l'Aménagement, l'embellissement et l'extension des villes*”, embrião do sistema francês de planejamento. A Lei Cornudet, foi implantada pela necessidade do disciplinamento da reconstrução da França, depois da assinatura do armistício que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Ela foi inspirada na legislação sobre o uso do solo existente em países vizinhos, como a Suécia (1874), Grã-Bretanha (1909) e Países - Baixos (1901) (SOUZA, 2005, p. 37).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou fazer um apanhado dos resultados empíricos e abordagens sobre a distribuição de renda no Brasil, nos municípios turísticos. Retratou-se a situação dos municípios com melhor desempenho no turismo comparando-os com aqueles que têm participação mais retraída no setor, considerando a evolução do grau de desigualdade.

Os municípios turísticos apresentaram aumento na concentração de renda, fator que se reflete no aumento do grau de desigualdade. No entanto, como a maioria dos municípios é de pequeno porte, possivelmente a criação de políticas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico dessas localidades poderá reduzir o quadro de concentração de renda já em curso e contribuir para uma melhor distribuição de ativos, o que produzirá efeitos na redução da pobreza.

Sugere-se que sejam focadas as políticas de turismo aliadas às políticas sociais dessas comunidades, o que provocará efeitos mais positivos na redução da pobreza do que o simples aporte de novos recursos, considerando-se que a pobreza e a desigualdade podem estar associadas à elevação do desemprego e da informalidade.

Também se acredita que o incentivo para a formalização de empresas, em especial as de pequeno porte, pode minimizar os efeitos da informalidade, o que, evidentemente, requer uma reformulação na legislação, bem como ações pontuais de planejamento voltadas para combater as desigualdades por meio do turismo. Isso, certamente ajudará a conter a evolução temporal das disparidades nessas localidades.

Concluiu-se que se o turismo é economicamente relevante, seus efeitos contribuem na distribuição da renda nacional e podem ser significativos para o aumento de igualdade, nos casos em que as políticas pró-turismo são justificadas efetivamente pela aplicação de políticas de promoção de igualdade; caso contrário, podem provocar maior concentração de renda,



com efeitos perversos geradores de desigualdade. O impacto do setor de turismo sobre a renda, emprego e desigualdade pode ser positivo, desde que a condução das políticas econômicas para o setor contemple as especificidades regionais e, principalmente, a capacidade de polarização dessas localidades na melhoria da qualidade de vida no entorno.

Para tanto, recomenda-se a instituição de um instrumento analítico mais eficaz para o setor, por meio da ampliação de pesquisa e dos dados estatísticos, além da criação de indicadores que permitam mensurar a relevância econômica do turismo na economia brasileira.

Por fim, ressalta-se a importância de aplicar estratégias de implantação e sequência de investimentos no setor através da articulação de programas e planos que considerem o uso sistêmico dos recursos ambientais e que visem o combate à pobreza e à concentração de renda nas cidades e municípios.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDEL WAHAB, S. E. **Introdução à administração do turismo**. São Paulo, Pioneira, 1977. p. 23.

ACERENZA, M. A. **Administração do turismo: conceituação e organização**. Bauru: EDUSC, 2002. 348 p. p. 235.

AGUILAR, Adrián G. **Ingresos y mercado laboral en ciudades turísticas**. Ciudades, n. 6. jul.-sep. Mexico, 1994. 22 p.

AMORIM FILHO, Oswaldo. SERRA, Rodrigo Valente. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento regional: Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 3 p.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo - fundamentos e dimensões**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000. 112 p.

ANDRADE, Thompson A. SERRA, Rodrigo V. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. IPEA, ISSN 1415-4765. Rio de Janeiro, Texto para discussão nº 554, mar. 1998. 7 p.

ANDRADE, Thompson, SERRA, Rodrigo. Notas sobre a experiência de crescimento recente das cidades medias brasileiras. In: KON, Anita (Org). **Unidade e Fragmentação**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 2002, p. 117-164.

ARBACHE, Jorge Saba. **O mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil**. Brasília: Editora UNB, 2001.

ARBACHE. Jorge Saba. **Pobreza e mercados no Brasil?** Convênio CEPAL/DFID. Departamento de Economia/UNB, Brasília, LC/BRS/R.135, mar. de 2003. 95 p.

ARRILLAGA, José Ignacio de. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

ARIAS, Alfonso Rodriguez. **População, força de trabalho e emprego na Amazônia**. (\*) Consultor do IPEA-SEPLAN. Seminário sobre Populações Amazônicas. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/text/arias.do>. Acesso em 25 set. 2007.

BANCO MUNDIAL. A remodelação do estado em todo o mundo. In: \_\_\_\_\_. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1997: O Estado num mundo em transformação**. Primeira Parte. p. 19-39.

BARRETO, Margarida N. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991. p. 48.

\_\_\_\_\_. Manual de iniciação ao estudo do turismo. 7. ed. Campinas: Papirus, 1995. 164 p.

BARROS, Ricardo P. HENRIQUES, Ricardo. MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Texto para discussão nº 800, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, jun. 2001. 29 p.

BARROS, Ricardo P. MENDONÇA, Rosane. **O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza**. Texto para discussão nº 528, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, jun. 1997. 22 p.

BARROS, Ricardo P. MENDONÇA, Rosane. DUARTE, Renata P. N. **Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais**. Texto para discussão nº 454, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, jun. 1997. 59 p.

BARROS, Ricardo P. MENDONÇA, Rosane. SANTOS, Daniel. **Incidência e natureza da pobreza**. Texto para discussão nº 686, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, dez. 1999. 32 p.

BENI, Mario C. **Análise estrutural do turismo**. 3. ed. rev. e amp. São Paulo: SENAC, 2000. p. 33-35.

BIANCHI, Anna Cecília. **Orientação para estágio em turismo: trabalhos, projetos e monografias**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

BNDES Setorial. **Setor de turismo no Brasil: segmento de hotelaria n. 22**, p. 111-150. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/estatisticas/setor.asp>>. Acesso em 10 out. 2006.

\_\_\_\_\_. **Considerações sobre o desenvolvimento do setor de turismo no Brasil**. Setor de turismo no Brasil: segmento de hotelaria n. 10, p. 285-312. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/estatisticas/setor.asp>>. Acesso em 09 nov. 2006. n. 10, p. 285-312, set. 1999.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, D. & VASCONCELLOS, M.A. S. **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 406-422.

CAMPOS, L. GONCALVES, M. **Introdução ao turismo e hotelaria**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1998. p. 53.

CASIMIRO FILHO, Francisco. **Contribuições do turismo à economia brasileira**. 2002. 220f. Tese (Doutorado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP, Piracicaba SP, 2002.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES. A.A.B. (Org.) **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 94-121.

CAZES, George. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES. A.A.B. (org.) **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 77-85.

CHON, Kie-Sung. **SPARROWE**, Raymond T. **Hospitalidade: conceitos e aplicações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

COOPER, Chris; SHEPHERD Rebeca; WESTLAKE John. **Educando os educadores e turismo: Manual de educação e turismo e hospitalidade**. Coleção de treinamento e educação e turismo da Organização Mundial de Turismo São Paulo: Roa 2001. p. 114.

DEDECCA, Cláudio S. *et al.* **Mudanças na Distribuição de Renda Individual e Familiar no Brasil**. In: I Congresso da Associação Latino Americana de População-ALAP, 1., 2004.

DINIZ, C.C., LEMOS, M.B. (Org.). **Economia e Território: Espaço global versus espaço local: Dinâmica global-local e seus desdobramentos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DINIZ, Clélio C., GONÇALVES, Eduardo Gonçalves. Economia do Conhecimento e desenvolvimento Regional no Brasil. Cap. 5, 1999. p. 165-166.

EMBRATUR. **Estudo de demanda turística**. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em 04, 06, 12, 20 jun. 2007.

EMBRATUR/AMPTUR. Programa Nacional de Municipalização do Turismo-PNMT. Brasília, 1994.

FERREIRA, Francisco H. G. **Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional?** Texto para discussão nº 415, PUC-Rio. In: Seminário sobre Desigualdade e Pobreza no Brasil, 2000. Rio de Janeiro, dez. 1999. 29 p.

IPEA. **Definição e metodologia de cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida**. Disponível em: <<http://www.undp.org.br/HDR/HDR2000/Metodologias%20-%20IDH-M%20e%20ICV.pdf>>. Fundação João Pinheiro. Atlas de Desenvolvimento Humano, 1998.

FUSTER, Fernández. Teoría y técnica del turismo. Madrid: Nacional, 1974. 324 p.

GEORGE, Pierre. **1909 - Geografia urbana**. Tradução pelo Grupo de Estudos Franceses de Interpretação e Tradução. São Paulo: Difel, 1983.

GIANSANTI, Roberto. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Atual, 1998. p. 88.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GUILHOTO, Joaquim J.M. et al (2002). **Nota Metodológica: Construção da Matriz Insumo - Produto Utilizando Dados Preliminares das Contas Nacionais**. Anais do II Encontro de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, São Paulo, 25 a 26 de outubro. CD-ROM.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **O planejamento regional no nordeste**: Notas para ma avaliação. In: KON, Anita. **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999. 310 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 102 p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens. São Paulo: Ed. Loyola, 1994. p. 203.

\_\_\_\_\_. **Do gerenciamento ao empresariamento**: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço e Debate 39: 48-64, vol. 2, 2001.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 228 p.

IBGE/IPEA/UNICAMP/NESU/SEADE. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil**. Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: Campinas: UNICAMP/IE/NESUR, Brasília: IPEA, 2001, v. 5; 168 p. Série 6 volumes.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Planejada e organizada por Jurandyr Pires Ferreira. 31 de janeiro de 1959.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. **Economia do turismo**: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005. Informação Econômica no. 7. Rio de Janeiro, RJ, 2008. 53 p.

\_\_\_\_\_. Sistema de Contas Nacionais Brasil 2004-2005. **Relatório Contas Nacionais**. Nº 20. Rio de Janeiro, RJ, 2007. 72 p.

\_\_\_\_\_. **Resultados preliminares do Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>>. Acesso em: 20 set 2008.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999. 135 p.

IPEA. **PIBs municipais**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/PIBsMu/pibs.htm>>. Campinas: UNICAMP/IE/NESUR, 1999. 2. v. (Coleção pesquisas, 3).

\_\_\_\_\_. Boletim de conjuntura. Nº 78. Set 2007. 14 p.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil. Conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2004.

KLOTTER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo: Atlas, 1998.

LAGE, Beatriz H. G. MILONE, Paulo C. Fundamentos econômicos do turismo. In: \_\_\_\_\_. **Teoria e prática do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 23-37.

\_\_\_\_\_. Fundamentos multidisciplinares do turismo. Economia do turismo. In: TRIGO, Luiz G. G. **Turismo (Org). Como aprender, como ensinar**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001. p. 151-175.

LIMONAD, Éster. **Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos**. In: Programa de pós-graduação em Geografia. (Org.). Território e territórios. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, v.1. p. 15-170.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOPES, A. R. **O ABC do turismo: noções básicas**. Brasília: A.R. Lopes, 1994, 95 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Ministério do Trabalho. RAIS. **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho** <<http://www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp?viewarea=rais>> referente a 2006.

Ministério do Turismo/EMBRATUR. **Estudo da demanda turística internacional 2002**. Brasília, jun. 2003. 55 p.

\_\_\_\_\_. Turismo receptivo 1. **Entrada de turistas no Brasil 2005-2006**. Anuário estatístico EMBRATUR. v 34. 2007. 126 p.

\_\_\_\_\_. **Meios de hospedagem estrutura de consumo e impactos na economia**. Relatório final. São Paulo. Abr. 2006.

Ministério do Turismo/EMBRATUR/FIPE. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil**. PRODETUR NE II - PRODETUR SUL. set. 2006.

MOESCH, Maruska M. **A produção do saber turístico**. Campinas: Contexto, 2000. 230 p. p.15.

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS. **Águas de Lindóia - GO**. Disponível em: <[http://www.aguasdellindoiia.com/lindoiia\\_pontos.html](http://www.aguasdellindoiia.com/lindoiia_pontos.html)>. Acesso em 08 set. 2008.

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS. **Aparecida - SP**. Disponível em: <[http://www.aparecida.sp.gov.br/htm/pontos\\_turisticos.php](http://www.aparecida.sp.gov.br/htm/pontos_turisticos.php)>. Acesso em 11 set. 2008.

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS. **Armação de Búzios - RJ.** Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br/cidinho/municipio/armacaodosbuzios.pdf>>. Acesso em 06 set. 2008.

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS. **Campos de Jordão - SP.** Disponível em: <[http://www.netcampos.com/guiadepasseios/6/cevejarria\\_baden\\_baden/](http://www.netcampos.com/guiadepasseios/6/cevejarria_baden_baden/)>. Acesso em 13 set. 2008.

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS. **Ilha Bela - SP.** Disponível em: <<http://www.ecoviagem.com.br/brasil-viagem-turismo/sao-paulo/ilhabela/atrativos-turisticos.asp>>. Acesso em 09 set. 2008.

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS. **Porto Seguro - BA.** Disponível em: <[http://www.bahiaemfoco.com/Porto\\_Seguro](http://www.bahiaemfoco.com/Porto_Seguro)>. Acesso em 05 set. 2008.

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS. **Queluz - SP.** Disponível em: <<http://www.circuitovalehistorico.com.br>>. Acesso em 16 set. 2008.

\_\_\_\_\_. **Queluz - SP.** Disponível em: <<http://www.explorevale.com.br/cidades/queluz/economia.htm>>. Acesso em 16 set. 2008.

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS. **São Sebastião - SP.** Disponível em: <<http://www.ecoviagem.com.br/brasil-viagem-turismo/sao-paulo/sao-sebastiao/atrativos-turisticos.asp>>. Acesso em 14 set. 2008.

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS. **Silves - AM** (Microrregião de Itacoatiara). Disponível em: <<http://dtr2002.saude.gov.br/caadab/indicadores/amazonas/SILVES.pdf>>. Acesso em 01 set. 2008.

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS. **Tibau do Sul - RN.** Disponível em: <[http://www.bahiaemfoco.com/Tibau\\_do\\_Sul](http://www.bahiaemfoco.com/Tibau_do_Sul)>. Acesso em 03 set. 2008.

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS. **Tiradentes - MG.** Disponível em: <<http://www.idasbrasil.com.br/idasbrasil/cidades/Tiradentes/port/chegar.asp>>. Acesso em 07 set. 2008.

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS. **Ubatuba - SP.** Disponível em: <<http://www.ecoviagem.com.br/brasil-viagem-turismo/sao-paulo/ubatuba/atrativos-turisticos.asp>>. Acesso em 15 set. 2008.

NERI, Marcelo C. **Trabalho e Condições de Vida nas Favelas Cariocas.** Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV) e da EPGE/FGV. Dezembro de 2007. Ensaio Econômico N° 664 - ISSN 0104-8910. Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas. p. 3

PECQUER, Bernard. ZIMMERMANN, Jean B. **Fundamentos de uma economia da proximidade.** In: DINIZ, Clélio C., LEMOS, Mauro B. Economia e território. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 578 p.

PIQUET, Rosélia. Os anos 1990: Crise e perspectivas de mudanças. Capítulo integrante do relatório “**Determinantes estruturais da pobreza urbana**”. Ministério da Ação Social em convênio com o IPPUR/UFRJ. Mimeo.

PIQUET, Roselia Périssé da Silva. **Reestruturação do espaço regional e urbano do Brasil: o papel do Estado e dos grandes investimentos**. Rio de Janeiro UFRJ/IPPUR, 1993.

PIRES, P.S. **Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico**. In: YÁZIGI, Eduardo *et al* (Orgs). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 2002.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília; Pnud/Ipea, 1996.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **100 Anos de Ensino de Arquitetura e Urbanismo em São Paulo**. 1. ed. São Paulo: FAU-USP/FUPAM, 1995. v. 1. 96 p.

REJOWSKI, Miriam. SOLHA, Karina T. **Pesquisa, trabalho científico e organização do turismo**. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas. MILONE, Paulo César (Org.). Turismo: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000. p. 297.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e Pesquisa científica: pensamento internacional x situação brasileira**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

RIBEIRO, Eliane. **Políticas públicas de direito à educação de jovens e adultos no rj: estudos da região metropolitana**. Rio de Janeiro: UNIRIO. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt18/t186.pdf>>. Acesso em 15 set. 2008.

RICHARDSON, Harry W. **Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RODRIGUES, Adyr B. **Desafios para os estudiosos do turismo**. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 17-32

SAAB, William G. L. **Considerações sobre o desenvolvimento do setor de turismo no Brasil**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 10, p. 285-312, set. 1999.

SANTOS, Eduardo de O. **Modelo gravitacional do turismo: proposta teórica e estudo empírico dos fluxos turísticos no Brasil**. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - USP/ECA, São Paulo, 2004. p. 20.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 3.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 236 p. p.49.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



SERRA, Rodrigo Valente. **Contribuições para o debate acerca da repartição dos royalties petrolíferos no Brasil.** f. Tese (Doutorado em Economia. Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Economia), Campinas SP, 2005.

SOARES, Sergei. SERVO, Luciana S. ARBACHE, Jorge S. **O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil.** Texto para discussão nº 843, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/UNB. Rio de Janeiro, nov. 2001. 28 p.

SZWARCWALD, Célia Landmann e et al. **Desigualdade de renda e situação de saúde: o caso do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 15 (1): 15-28, jan-mar, 1999.

SINGER, Paul. **Economia política e urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 139.

SIQUEIRA, Deis. **Historia social do turismo.** Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Vieira, 2005. 164 p. p.83

SOUZA, Luiz A. **A função social da propriedade e da cidade: entre a cidade do direito e o direito à cidade.** 183 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

TAKASAGO, Milene. **Análise das potencialidades do setor de turismo na economia brasileira: uma aplicação de modelo de equilíbrio geral computável.** 99 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas), UNB. Brasília DF, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social. **Normas para apresentação de documentos científicos: Redação e editoração.** Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Núcleo de Economia do Turismo. CET - Centro de Excelência em Turismo. **Matriz de Contabilidade Social do Brasil para o Turismo - 2002.** Brasília, 2004.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: uma esperança condicional.** 2. ed. São Paulo: Global, 1999, 190 p.

## ANEXOS

- Anexo 1 (A 1) - Agregação e desagregação dos setores usados na construção do modelo de insumo-produto do turismo, 1999, por Francisco Casimiro Filho**
- Anexo 2 (A 2) - Classificação Internacional das Atividades Turísticas (CIUAT), terceira revisão, elaborada pelas Nações Unidas, da International Standard Industrial Classification (ISIC).**
- Anexo 3 (A 3) - Variação (1991-2000) da proporção da renda apropriada pelos 40% mais pobres, por renda *per capita* média dos 20% mais ricos e dos 40% mais pobres, nos municípios turísticos e não turísticos, segundo as regiões geográficas e classes de tamanho populacional – Brasil.**
- Anexo 4 (A 4) - População residente total, taxa de urbanização e taxa de crescimento anual, segundo os municípios turísticos. Brasil - 1991, 2000 e 2007.**

**A 1 - Agregação e desagregação dos setores usados na construção do modelo de insumo-produto do turismo, 1999, por Francisco Casimiro Filho**

Ordem	Setores Matriz	Ordem	Setores Desagregados e Agregados	Ordem	Setores Matriz	Ordem	Setores Desagregados e Agregados
1	Agropecuária	1	Agropecuária	30	Outros Produtos Alimentares	26	Outros Produtos Alimentares
2	Extrativa Mineral			31	Indústrias Diversas	27	Indústrias Diversas
3	Petróleo e Gás	2	Extrativa Mineral	32	Serviços Industriais de Utilidade Pública	28	Serviços Industriais de Utilidade Pública
4	Mineral não Metálico	3	Mineral não Metálico	33	Construção Civil	29	Construção Civil
5	Siderurgia	4	Siderurgia	34	Comércio	30	Comércio
6	Metalurgia não Ferrosos					31	Transporte rodoviário de passageiros, regular
7	Outros Metalúrgicos	5	Metalurgia			32	Transporte rodoviário de passageiros, não regular
8	Máquinas e Equipamentos	6	Máquinas e Equipamentos			33	Transporte regular próprios para exploração de pontos turísticos
9	Material Elétrico	7	Material Elétrico	35	Transportes	34	Transporte Rodoviário de cargas
10	Equipamento Eletrônico	8	Equipamento Eletrônico			35	Outros transportes terrestres
11	Automóveis, Caminhões e Ônibus	9	Automóveis, Caminhões e Ônibus			36	Transporte Aquaviário
12	Peças e Outros Veículos	10	Peças e Outros Veículos			37	Transporte aéreo, regular
13	Madeira e Mobiliário	11	Madeira e Mobiliário			38	Transporte aéreo, não regular

**A1 - Agregação e desagregação dos setores usados na construção do modelo de insumo-produto do turismo, 1999, por Francisco Casimiro Filho**

Continua para a primeira

<b>Ordem</b>	<b>Setores Matriz</b>	<b>Ordem</b>	<b>Setores Desagregados e Agregados</b>	<b>Ordem</b>	<b>Setores Matriz</b>	<b>Ordem</b>	<b>Setores Desagregados e Agregados</b>
14	Celulose, Papel e Gráfica	12	Celulose, Papel e Gráfica			39	Agência de viagens e organizadoras de viagem
15	Indústria da Borracha	13	Indústria da Borracha			40	Atividades auxiliares ao transporte terrestre
16	Elementos Químicos					41	Atividades auxiliares ao transporte aquaviário
17	Refino do Petróleo	14	Química			42	Atividades auxiliares ao transporte aéreo
18	Químicos Diversos					43	Outras atividades auxiliares do transporte
19	Farmácia e Veterinária	15	Farmácia e Veterinária	36	Comunicações	44	Comunicações
20	Artigos Plásticos	16	Artigos Plásticos	37	Instituições Financeiras	45	Instituições Financeiras
21	Indústria Têxtil	17	Indústria Têxtil	38	Serviços Prestados à Família	46	Estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporário

**A1 - Agregação e desagregação dos setores usados na construção do modelo de insumo-produto do turismo, 1999, por Francisco Casimiro Filho**

Continua para a última

<b>Ordem</b>	<b>Setores Matriz</b>	<b>Ordem</b>	<b>Setores Desagregados e Agregados</b>	<b>Ordem</b>	<b>Setores Matriz</b>	<b>Ordem</b>	<b>Setores Desagregados e Agregados</b>
22	Artigo do Vestuário	18	Artigo do Vestuário			47	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação
23	Fabricação de Calçados	19	Fabricação de calçados e produtos de couros e peles			48	Serviços Culturais e Recreativos
24	Indústria do Café	20	Indústria do Café			49	Outros Serviços Prestados às Famílias
25	Beneficiamento Produtos Vegetais	21	Beneficiamento Produtos Vegetais	39	Administração Pública	50	Administração Pública
26	Abate de Animais	22	Abate de Animais			51	Aluguel de automóveis e outros meios de transporte
27	Indústria de Laticínios	23	Indústria de Laticínios	40	Serviços Prestados às Empresas	52	Outros Serviços Prestados às Empresas
28	Fabricação de Açúcar	24	Fabricação de Açúcar	41	Aluguel de Imóveis	53	Aluguel de Imóveis
29	Fabricação de Óleos Vegetais	25	Fabricação de Óleos Vegetais	42	Serviços Privados não Mercantis	54	Serviços Privados não Mercantis

Fonte: Casimiro Filho (2002, p. 60-61).

**A 2 - Classificação Internacional das Atividades Turísticas (CIUAT), terceira revisão, elaborada pelas Nações Unidas, da International Standard Industrial Classification (ISIC).**

**Quadro 1 - Correspondência entre a International Standard Industrial Classification – ISIC Ver. 3 e a Clasificación Internacional Uniforme de Actividades Turísticas – CIUAT**

<b>Descrição das atividades</b>	<b>International Standard Industrial Classification (ISIC Ver. 3)</b>	<b>Clasificación Internacional Uniforme de Actividades Turísticas - CIUAT</b>
1. Hotéis e similares	5510	5510
2. Segundas residências em propriedades (imputada)	(1) 7010	(1) 7010
3. Restaurantes e similares	5520	5520
4. Serviços de transporte ferroviário de passageiros	(1) 6010	6010-1 e 6010-2
5. Serviços de transporte rodoviário de passageiros	(1) 6021 e (1) 6022	6021-1, 6021-2, 6021-3, 6022-1, 6022-2, 6022-3 e 6022-4
6. Serviços de transporte marítimo de passageiros	(1) 6110 e (1) 6120	6110-1, 6110-2, (1) 6110, 6120-1, 6120-2, 6120-3 e (1) 6120
7. Serviços de transporte aéreo de passageiros	(1) 6210 e (1) 6220	6210-1, 6220-1 e 6220-2
8. Serviços anexos ao transporte de passageiros	(1) 6303	6303-1, 6303-2 e 6303-3
9. Aluguel de bens e equipamentos de transporte de passageiros	(1) 7111, (1) 7112 e (1) 7113	7111-1, 7111-2, 7111-3, (1) 7112 e 7113-1
10. Agências de viagens e similares	6304	6304
11. Serviços culturais	9232 e 9233	9231-1, 9232-2, 9233-1 e 9233-2
12. Serviços desportivos e de outros serviços de lazer	(1) 9214, (1) 9241, (1) 9219 e (1) 9249	(1) 9214, 9241, 9219-1 e 9249

(1) Somente uma parte das classes ou grupos está diretamente relacionada com as Atividades Características do Turismo.

FONTE: IBGE 2008, p. 12.

NOTA: Quadro extraído de: IBGE (2008). Economia do turismo: Uma perspectiva macroeconômica 2000 2005. Estudos e Pesquisas. Informação Econômica, Rio de Janeiro, n. 7.

**A 3 - Variação (1991-2000) da proporção da renda apropriada pelos 40% mais pobres, por renda *per capita* média dos 20% mais ricos e dos 40 % mais pobres, nos municípios turísticos e não turísticos, segundo as regiões geográficas e classes de tamanho populacional – Brasil.**

Classes de tamanho da população (habitantes)	Média de variação		
	TURISTICO	NÃO TURISTICO	GERAL
<b>Centro Oeste</b>	-31,3%	-9,2%	-9,3%
Até 10 000	-43,8%	-9,2%	-9,2%
De 10 001 até 20 000	-18,9%	-9,2%	-9,3%
De 20 001 até 50 000	-	-7,3%	-7,3%
De 50 001 até 100 000	-	-10,2%	-10,2%
De 100 001 até 500 000	-	-14,9%	-14,9%
<b>Nordeste</b>	-15,3%	-31,1%	-31,0%
Até 10 000	-24,4%	-32,7%	-32,7%
De 10 001 até 20 000	-6,9%	-29,8%	-29,7%
De 20 001 até 50 000	-	-19,4%	-19,4%
De 50 001 até 100 000	-	-14,3%	-14,3%
De 100 001 até 500 000	-4,6%	-13,1%	-11,9%
<b>Norte</b>	-	-26,0%	-26,0%
Até 10 000	-	-26,5%	-26,5%
De 10 001 até 20 000	-	-27,9%	-27,9%
De 20 001 até 50 000	-	-16,7%	-16,7%
De 50 001 até 100 000	-	-13,8%	-13,8%
De 100 001 até 500 000	-	-23,2%	-23,2%
<b>Sudeste</b>	-7,8%	-6,4%	-6,5%
Até 10 000	-4,5%	-5,5%	-5,5%
De 10 001 até 20 000	-8,1%	-8,7%	-8,6%
De 20 001 até 50 000	-8,2%	-7,8%	-7,9%
De 50 001 até 100 000	-18,4%	-11,8%	-12,0%
De 100 001 até 500 000	-7,6%	-18,2%	-17,2%

**A 3 - Variação (1991-2000) da proporção da renda apropriada pelos 40% mais pobres, por renda *per capita* média dos 20% mais ricos e dos 40 % mais pobres, nos municípios turísticos e não turísticos, segundo as regiões geográficas e classes de tamanho populacional – Brasil.**

Conclusão para a última

Classes de tamanho da população (habitantes)	Média de variação		
	TURISTICO	NÃO TURISTICO	GERAL
<b>Sul</b>	-4,7%	1,9%	1,8%
Até 10 000	-1,5%	3,0%	3,0%
De 10 001 até 20 000	-8,3%	-1,7%	-2,0%
De 20 001 até 50 000	-	-2,5%	-2,5%
De 50 001 até 100 000	-6,8%	-10,9%	-10,7%
De 100 001 até 500 000	-	-18,6%	-18,6%
<b>Total Geral</b>	<b>-8,9%</b>	<b>-14,6%</b>	<b>-14,5%</b>

FONTE: Censos 1991-2000.



**A 4 - População residente total, taxa de urbanização e taxa de crescimento anual, segundo os municípios turísticos. Brasil - 1991, 2000 e 2007.**

Nº	UF	Municípios turísticos	População Residente Total			Taxa média de crescimento 1991/2000	Taxa média de crescimento 2000/2007
			1991	2000	2007		
1	SP	Águas de São Pedro	1.697	1.883	2.340	1,16%	3,15%
2	GO	Caldas Novas (1)	24.159	49.660	62.204	8,34%	3,27%
3	BA	Porto Seguro (1)	34.661	95.721	114.459	11,95%	2,59%
4	SP	Águas de Lindóia (2)	11.966	16.190	15.867	3,42%	-0,29%
5	PE	Fernando de Noronha (1)	1.686	2.051	2.801	2,20%	4,55%
6	GO	Rio Quente	837	2.097	2.959	10,74%	5,04%
7	PR	Foz do Iguaçu (1)	190.123	258.543	311.336	3,47%	2,69%
8	MG	Caxambu (2)	19.491	22.129	21.009	1,42%	-0,74%
9	SP	Ihabela (1)	13.538	20.836	23.886	4,91%	1,97%
10	SC	Balneário Camboriu (1)	40.308	73.455	94.344	6,90%	3,64%
11	RJ	Itatiaia	16.073	24.739	31.185	4,91%	3,36%
12	BA	Santa Cruz de Cabrália	6.535	23.888	25.110	15,49%	0,72%
13	SC	Gravatal (2)	8.272	10.799	10.510	3,01%	-0,39%
14	RJ	Mangaratiba	17.925	24.901	29.253	3,72%	2,33%
15	MG	São Lourenço	29.870	36.927	40.441	2,38%	1,31%
16	SC	Porto Belo	11.689	10.704	13.232	-0,97%	3,08%
17	SC	Camboriú	25.806	41.445	53.388	5,41%	3,68%
18	BA	Itaparica	15.055	18.945	19.897	2,59%	0,70%
19	SP	São Sebastião	33.890	58.038	67.348	6,16%	2,15%
20	SP	Caraguatatuba	52.878	78.921	88.815	4,55%	1,70%
21	RS	Tramandaí	20.130	31.040	39.891	4,93%	3,65%
22	PR	Matinhos (2)	11.325	24.184	23.357	8,80%	-0,50%
23	SC	Itapema	12.176	25.869	33.766	8,73%	3,88%
24	BA	Vera Cruz	22.136	29.750	35.060	3,34%	2,37%
25	ES	Guarapari	61.719	88.400	98.073	4,07%	1,49%

**A 4 - População residente total, taxa de urbanização e taxa de crescimento anual, segundo os municípios turísticos. Brasil - 1991, 2000 e 2007.**

Nº	UF	Municípios turísticos	População Residente Total			Taxa média de crescimento 1991/2000	Taxa média de crescimento 2000/2007
			1991	2000	2007		
26	RS	Canela	24.801	33.625	38.318	3,44%	1,88%
27	SP	Campos do Jordão	37.135	44.252	44.688	1,97%	0,14%
28	SP	Águas de Santa Bárbara (2)	6.049	5.224	5.360	-1,62%	0,37%
29	SP	Aparecida	33.247	34.904	35.903	0,54%	0,40%
30	SP	Itanhaém	46.074	71.995	80.778	5,08%	1,66%
31	RJ	Cabo Frio	84.915	126.828	162.229	4,56%	3,58%
32	SP	Serra Negra	21.704	23.851	24.671	1,05%	0,48%
33	SP	Mongaguá	19.026	35.098	40.423	7,04%	2,04%
34	RJ	Parati (1)	23.928	29.544	32.838	2,37%	1,52%
35	RS	Arroio do Sal	3.031	5.273	6.635	6,35%	3,34%
36	SP	Ubatuba	47.398	66.861	75.008	3,90%	1,66%
37	BA	Milagres (2)	9.298	12.067	11.771	2,94%	-0,35%
38	SP	Guarujá	210.207	264.812	296.150	2,60%	1,61%
39	RS	Gramado (1)	22.095	28.593	31.652	2,91%	1,46%
40	SP	São Vicente	268.618	303.551	323.599	1,37%	0,92%
41	RJ	Miguel Pereira	19.446	23.902	24.585	2,32%	0,40%
42	RJ	Angra dos Reis	85.571	119.247	148.476	3,76%	3,18%
43	SP	Praia Grande	123.492	193.582	233.806	5,12%	2,73%
44	MG	Sabará	89.740	115.352	120.770	2,83%	0,66%
45	SP	Queluz	7.710	9112	10323	1,87%	1,80%
46	SP	São Pedro	20.176	27.897	29.733	3,67%	0,91%
47	SP	Paraibuna	14.891	17.009	16.456	1,49%	-0,47%

Conclusão da primeira

**A 4 - População residente total, taxa de urbanização e taxa de crescimento anual, segundo os municípios turísticos. Brasil - 1991, 2000 e 2007.**

Conclusão para a última

Nº	UF	Municípios turísticos	População Residente Total			Taxa média de crescimento 1991/2000	Taxa média de crescimento 2000/2007
			1991	2000	2007		
48	SC	Santo Amaro da Imperatriz	13.392	15.708	17.602	1,79%	1,64%
49	MG	Congonhas	35.364	41.256	45.984	1,73%	1,56%
50	RJ	Resende	91.757	104.549	118.547	1,46%	1,81%

FONTE: Construída com base nas informações contidas em IBGE (2007); Mtur/FGV (2007); IBGE/SIDRA (2007).

NOTAS: (1) Municípios incluídos no relatório, Destinos Indutores do MTUR/FGV 2007.

(2) Municípios que apresentam redução populacional.